

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CARLOS CHAGAS VILELA LIMA

**A VERDADE (DES)CONSTRUÍDA: a inserção da homossexualidade na Comunidade
Cristã Nova Esperança, em Natal**

NATAL, RN
2013

CARLOS CHAGAS VILELA LIMA

**A VERDADE (DES)CONSTRUÍDA: a inserção da homossexualidade na Comunidade
Cristã Nova Esperança, em Natal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Berenice Bento.

NATAL, RN
2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Lima, Carlos Chagas Vilela.

A verdade (des)construída: a inserção da homossexualidade na
Comunidade Cristã Nova Esperança em Natal / Carlos Chagas Vilela Lima.
– 2013.

113 f. -

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal
do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Natal, 2012.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Berenice Alves de Melo Bento.

1. Homossexualidade – Natal, RN. 2. Cristianismo – Natal, RN. 3.
Religião. 4. Comunidade Cristã Nova Esperança - Natal, RN. I. Bento,
Berenice Alves de Melo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 392.6:2

CARLOS CHAGAS VILELA LIMA

**A VERDADE (DES)CONSTRUÍDA: a inserção da homossexualidade na Comunidade
Cristã Nova Esperança, em Natal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Berenice Bento

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Berenice Alves de Melo Bento – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Carlos Guilherme Octaviano do Valle – Convidado
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Antonio Vladimir Félix da Silva – Convidado
Universidade Potiguar

Prof. Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – Convidado
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

NATAL, RN
2013

A todos os que fazem parte da Comunidade Cristã Nova Esperança em Natal, sem os quais seria impossível a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pontífice maior do conhecimento;

À minha orientadora Berenice Bento, que me presenteou com suas orientações e importantes contribuições para a realização deste trabalho;

À minha esposa Soliana de Araújo, pela força e compreensão dispensadas nesta trajetória;

A todos os professores do Departamento de Antropologia Social da UFRN, em especial: Juliana Melo, Eliane Tânia, Rita Neves e Julie Cavnac que foram fulcrais para o desenvolvimento de minha formação nesta etapa acadêmica;

Aos professores Orivaldo Lopes Júnior e Carlos Guilherme do Valle, sou muito grato pelas relevantes sugestões por eles elencadas durante a defesa de qualificação;

Ao meu amigo Francisco Canindé Dias, que na informalidade de nossas conversas despertou-me o interesse pela Antropologia;

Aos meus colegas de turma do mestrado (2011) por suas contribuições durante as aulas;

Às “pedras vivas” da Congregação Cristã Nova Esperança que têm lutado significativamente para a quebra de preconceitos no seio da religiosidade cristã.

“Não existe religião alguma que seja falsa. Todas elas respondem, de formas diferentes, às condições dadas da existência humana”.

Emile Durkheim

RESUMO

A pluralidade religiosa tem sido cada vez mais intensa no território brasileiro, ao passo que tem servido como objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Neste contexto, esta dissertação tem como objetivo geral apontar a heterogeneidade vivenciada no meio protestante e o crescimento das denominações evangélicas, notadamente aquelas que se declaram inclusivas por atender à diversidade humana, buscando entender a relação entre religião e homossexualidade. Como objetivo específico, visa a compreender o funcionamento e os discursos produzidos pela Comunidade Cristã Nova Esperança em Natal. O referencial teórico esteve assentado nas obras de Bento (2008), Lima (2009), Goffman (2001), Natividade (2008), Musskopf (2008), Helminiak (1998), Foucault (1997), entre outros. Buscou-se discutir a trajetória e como se dá o processo de organização da Comunidade Cristã Nova Esperança em Natal, os avanços sociais a que têm alcançado os homossexuais em nosso país, de que forma esta instituição tem contribuído para a quebra de paradigmas no cristianismo no que tange às questões pertinentes à religião e homossexualidade, bem como o significado de ser um cristão homossexual segundo a ótica percebida pelos sujeitos sociais que vivem esta experiência.

Palavras-chave: Cristianismo. Sexualidade. Inclusão. Diversidade.

ABSTRACT

The religious plurality has been increasingly intense in Brazil, while it has served as an object of study in various fields of knowledge. In this context, this paper aims to point out the general heterogeneity among experienced growth of Protestant and evangelical denominations, especially those who claim to be inclusive by attending to human diversity, seeking to understand the relationship between religion and homosexuality. Specific objectives aim to understand the functioning and speeches produced by Comunidade Cristã Nova Esperança in Natal. The theoretical framework was seated in the works of Bento (2008), Lima (2009), Goffman (2001), Natividade (2008), Musskopf (2008), Helminiak (1998), Foucault (1997), among others. We tried to discuss the trajectory and how is the process of organization of the Comunidade Cristã Nova Esperança in Natal, the social advances that have reached homosexuals in our country, how this institution has contributed to the shift in paradigm in Christianity in respect to matters pertaining to religion and homosexuality, and the meaning of being a homosexual christian from the viewpoint perceived by social subjects living this experience.

Key-words: Christianity. Sexuality. Inclusion. Diversity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
3	ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS: uma breve análise sobre a condição dos homossexuais no Brasil	21
4	UMA BREVE GENEALOGIA DA COMUNIDADE CRISTÃ NOVA ESPERANÇA EM NATAL	41
4.1	UMA DESCRIÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA CCNE.....	49
5	SIMILITUDES E DISCURSOS DIVERGENTES ENTRE A CCNE E AS IGREJAS CRISTÃS HEGEMÔNICAS	63
5.1	QUANDO A BÍBLIA NÃO CONDENA A HOMOSSEXUALIDADE.....	75
6	TORNAR-SE UMA “PEDRA VIVA”	85
6.1	A EXPERIÊNCIA DE SER UM CRISTÃO DA CCNE	97
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

Peço licença ao leitor para expor uma experiência que me ocorreu há alguns anos. Eu lecionava em uma instituição educacional privada em Natal. Enquanto abordava um determinado assunto, a temática estabelecida em sala acabou nos conduzindo para a discussão sobre a homossexualidade; isto porque o tema era proeminente devido à repercussão em nosso país das *paradas gay* que à época soavam, do ponto de vista exposto pela mídia, como algo novo. Nesse ínterim, um dos alunos expusera, de maneira rude e incisiva, que sua opinião sobre o tema era bastante clara. Para ele, a relação entre pessoas do mesmo sexo era pecado; Deus havia estabelecido que o homem fora feito para a mulher, de modo que qualquer outra relação que extrapolasse tal análise estaria fadada à defesa da falsa moral. Não há como negar que esta era, sem dúvida, a opinião compartilhada pela maioria presente. Mesmo os que não argumentavam abertamente demonstravam aprovação sempre que o referido ponto de vista era retomado.

Enquanto a discussão prosseguia, e em meio a tantas defesas à heterossexualidade, proferidas em discursos que, se contados, traziam em quase totalidade o argumento do pecado e a utilização da instituição de Deus para justificá-las, uma jovem levantou a mão e pediu a palavra. Em sua exposição deixou claro que era uma cristã fervorosa, que servia a Deus há anos, tinha a certeza de sua salvação, mesmo sendo homossexual. Todos ficaram estupefatos, inclusive eu. Acredito que a maioria ali presente estava com uma grande interrogação: como um homossexual poderia ser cristão? Como alguém que possui uma orientação sexual diferente daquele modelo que todos acreditam ser o normal poderia ter a certeza de um dia alcançar o céu? Que religião cristã aceitaria tal “absurdo”? Mas sua segurança em proferir que era uma evangélica inquietou-me, precisava saber qual era aquela igreja. Terminada a aula, procurei para satisfazer minha curiosidade, sem saber que ali estava começando minha primeira experiência etnográfica como pesquisador na área da Antropologia.

Como alguém que praticamente nasceu dentro de uma igreja evangélica, fui, por muitos anos, compelido a defender que Deus nos fez homem ou mulher e que o natural é que a orientação sexual aceitável a um cristão fosse a heterossexualidade. Mas agora estava me deparando com uma nova realidade. Diante de mim havia alguém que faz parte do cristianismo, mas que, pelo fato de ser homossexual, causa estranhamento aos que estão habituados somente com a visão unilateral que não concorre para a aceitação de novas ideologias que surgem no seio da cristandade.

Não obstante, embora as bases da religião cristã estejam pautadas em ações sustentadas pela igualdade, amor e benevolência, é notória a presença do discurso pautado sob uma verdade, contrário à presença da homossexualidade entre os cristãos. No entanto, pode-se inferir que a sociedade tem demonstrado paulatinamente um interesse acentuado em discutir esta questão: seria correto aceitar a homossexualidade no cristianismo? Mesmo havendo resistência, as próprias mudanças sociais permitem à religião repensar seus dogmas? Até que ponto as mudanças sociais abrem caminho para que novas verdades sejam construídas?

Sob este prisma, o presente trabalho propõe discutir os marcos teóricos que sustentam a ação de grupos religiosos no que diz respeito ao homossexual em sua relação com a religião e como esse paradigma é discutido na Comunidade Cristã Nova Esperança, doravante CCNE, e em quais aspectos tal atitude pode concorrer para a mudança na mentalidade de outras denominações cristãs. É nesta perspectiva que se pauta a presente pesquisa, tendo em vista que a Comunidade Cristã Nova Esperança, em Natal, distingue-se das demais religiões cristãs ao estabelecer a inserção da homossexualidade em seu reduto religioso.

Sendo assim, a proposta desta pesquisa é, inicialmente, reconstruir a trajetória da CCNE e analisar suas relações sociais enquanto grupo religioso, para compreender até que ponto a atitude daquela comunidade em quebrar o paradigma religioso - cuja projeção está voltada a combater a homossexualidade como um dos pontos primordiais para a sustentação pragmática da religião cristã - tem contribuído para a mudança da mentalidade e comportamento das pessoas na relação homossexualidade e religião.

Para tanto, a dissertação está dividida em sete capítulos. O primeiro corresponde à *introdução*, onde apresento ao leitor o caminho que me levou a desenvolver a temática, justificando o porquê da escolha do tema, a partir de um breve relato sobre os conflitos que envolvem o cristianismo e a sexualidade, numa tentativa de esclarecer a relevância da temática para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada.

No segundo capítulo, são expostos os procedimentos metodológicos, com o fito de apresentar como se deu o processo da pesquisa, de que modo foi desenvolvida a observação participante, bem como o relato da experiência de estar junto aos interlocutores para, desta forma, apontar como o conjunto projetado pela pesquisa me permitiu adentrar ao universo da CCNE. O terceiro capítulo traz uma discussão acerca da condição dos homossexuais no Brasil e da luta sobre a qual estes têm se debruçado na tentativa de excluir as ações homofóbicas vivenciadas no território brasileiro, numa tentativa de despertar a conscientização da população no combate ao preconceito atrelado à orientação sexual. A solicitação de trabalhos educativos nas escolas abrangendo a temática tem levado o povo brasileiro a perceber que

estamos diante de transformações sociais sobre as quais ninguém pode olvidar. Diante deste quadro, explicita-se como a nossa sociedade tem lidado com estas questões, que mudanças têm ocorrido no cotidiano brasileiro no que tange à temática da homossexualidade e quais são os mecanismos utilizados pela justiça brasileira para a garantia da viabilização desta transição. Apontam-se algumas transformações que na prática têm sido efetivamente vivenciadas neste processo de reconhecimento da criminalização da homofobia que, segundo o dicionário Aurélio (1989), corresponde à perseguição direta ou indireta contra indivíduos homossexuais.

O quarto capítulo expõe a reconstrução da história da igreja em Natal, à luz dos discursos daqueles que dela participam desde o início de sua fundação. Enfatizaremos também como se organiza aquela instituição, como se dão seus processos litúrgicos e de que forma se articula a liderança da congregação.

O quinto capítulo apresenta um estudo comparativo entre a Comunidade Cristã Nova Esperança e o protestantismo tradicional. Essa discussão objetiva mostrar em quais aspectos ambos se assemelham e sobre quais condições se diferenciam. O capítulo ainda aborda a visão sobre a homossexualidade à luz da Bíblia, segundo a análise de uma instituição cristã que atende à diversidade humana. Desta forma, são apresentados os principais pontos discutidos pela igreja no que concerne à justificativa para associar o cristianismo e a orientação sexual que diverge do modelo instituído socialmente, cuja centralidade aponta para a prática heterossexual. O sexto capítulo mostra como os partícipes da CCNE compreendem o processo de conversão, como se deu o processo para se tornar um cristão e quais foram os caminhos que lhes permitiram conhecer a igreja. O capítulo expõe ainda um importante relato sobre a experiência de ser um membro ativo do cristianismo inserido no grupo GLBTTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Serão apresentados os relatos de pessoas que professam verdadeiramente a fé cristã, sem negar sua orientação sexual.

O sétimo capítulo é dedicado às *considerações finais* onde são apontados os resultados e conclusões construídos ao longo de um período de pesquisa e observação participante realizada na Comunidade Cristã Nova Esperança, em Natal.

O tema abordado é relevante para os estudos de leitores interessados em canalizar a compreensão acerca da manifestação religiosa na Comunidade Cristã Nova Esperança que conta com a inserção e participação ativa de homossexuais em seu conjunto, revelando, desta forma, como é possível a superação da visão unilateral imposta sob um discurso pautado na força contrária a essa questão concernente à relação entre homossexualidade e cristianismo, apresentando de que forma a CCNE manifesta em sua liturgia, relações e discurso essa inserção.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Cheguei à CCNE às 11h40 aproximadamente. Fui logo recebido por *Jacó* que me informou que o grupo estava arrumando a igreja para um evento que ocorreria no dia seguinte. Pude contar que estavam ali oito pessoas que participavam do trabalho. *Rebeca* que havia marcado a entrevista comigo não foi. Mas pedi a *Eliseu* que me ajudasse com a pesquisa. Fui interrompido por *Raquel* que me pediu para voltar amanhã (terça-feira); disse-me: “se você quiser conhecer a igreja, venha aos cultos, este não é um momento muito viável, nestas condições é difícil te dar atenção, estamos trabalhando”. *Débora* me viu, mas não me cumprimentou. Sua seriedade era notória. Para mim, a pouca atenção dispensada soou como uma simpatia forçada. Mesmo assim, ali, no meio do trabalho, sentei com *Eliseu* que passou informações sobre o culto do lar. Estavam todos vestidos de maneira informal. *Joca* perguntou se eu havia gostado do culto do domingo. Elogiei muito. *Eliseu* perguntou-me qual era minha igreja e onde eu morava. Respondi-lhe. Despedi-me com a certeza de que, naquela manhã, eu havia agido com inconveniência.

(Diário de campo, Natal, outubro de 2011).

O presente capítulo está voltado para apresentar as experiências da pesquisa etnográfica realizada na Comunidade Cristã Nova Esperança, doravante CCNE, em Natal (RN), abordando fundamentalmente aspectos colhidos sob a ótica da observação participante. A realização da pesquisa aconteceu durante o ano de 2011, alcançando o primeiro semestre de 2012. Algumas reuniões (leia-se cultos) foram fundamentais para a aquisição de informações sobre a organização, perfil, princípios e a constituição daqueles que fazem parte da referida instituição. Isto porque, por se tratar de uma organização religiosa, é natural que a utilização do púlpito nestas cerimônias se apresente como um importante veículo de comunicação, cujos discursos permeiam as falas daqueles que dela fazem parte; os *testemunhos*, as pregações, opiniões proferidas, desabafos num momento de euforia – ao lidar publicamente com as questões que envolvem a religiosidade e pronunciamentos entre um hino e outro – permitiram-me a construção de uma interpretação do universo desta pesquisa.

Esta pesquisa representa o resultado de uma observação participante, por este motivo se constitui, na verdade, uma sinédoque¹, ou seja, corresponde a “um tipo de amostragem, mas destinado a servir ao propósito da persuasão, não ao de pesquisa ou estudo” (BECKER, 2007, p. 96). Podemos afirmar que a amostragem projetada neste trabalho é um tipo de sinédoque na medida em que se reconhece a impossibilidade de dar conta de todos os detalhes que envolvem um objeto de pesquisa. Contudo, julgo que a análise dos dados que tive em

¹ Segundo pesquisa on-line, sinédoque consiste na prática de analisar as partes, ou somente algumas delas, com o objetivo de compreender o todo.

mãos no decorrer de minha permanência em campo permitiu-me compreender, efetivamente, a organização da CCNE e o significado desta instituição para todos aqueles que são seus participantes, dos quais pude recolher informações que foram significativas para a construção desta dissertação. Conforme Becker (2007, p. 96):

Todo empreendimento científico tenta descobrir algo que se aplicará a *todas as coisas* de certo tipo por meio do estudo de *alguns exemplos*, sendo os resultados do estudo, como dizemos, “generalizáveis” a todos os membros dessa classe de coisas. Precisamos da amostra para convencer as pessoas de que sabemos alguma coisa sobre toda a classe.

Embora consciente de que nenhum trabalho científico é capaz de dar conta de todos os processos que estão inseridos dentro dos grupos pesquisados pelos antropólogos, apresento o resultado de uma pesquisa que busca, antes de tudo, analisar uma organização religiosa cristã, notadamente protestante, cuja projeção está equiparada às demais igrejas evangélicas em nosso país, exceto pelo fato de permitir que pessoas GLBTTT (sigla utilizada para apontar aqueles que estão inseridos no grupo gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros) se enquadrem nos parâmetros cristãos, independente de sua orientação sexual. Desta forma, esta produção busca mostrar como a relação entre religião e homossexualidade dentro de uma igreja inclusiva se difere dos discursos proferidos no meio cristão tradicional.

Elenquei a CCNE como um privilegiado *locus* para minha pesquisa etnográfica, pelo fato de esta se apresentar como uma instituição cristã que, ao contrário daquelas que estamos acostumados a vivenciar no Brasil, lida com a diversidade sexual. Sendo assim, foram de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa as questões ligadas às relações de gênero e sexualidade que se apresentam de modos significativamente diversos no âmbito de uma igreja inclusiva. Em certa ocasião, um dos interlocutores me corrigiu quando me dirigi à igreja como um espaço para homossexuais, isto porque uma igreja que coaduna com a aceitação à diversidade humana está aberta à recepção de sujeitos sociais cuja orientação sexual se apresenta em consonância com o grupo GLBTTT, não descartando em seu conjunto a participação de heterossexuais.

Nos primeiros apontamentos que registrei em meu caderno de campo, pude criteriosamente, codificar as experiências que vivenciei ali durante os cultos. Nos processos litúrgicos, presenciando os discursos pronunciados, devo reconhecer que não tive dificuldade em adaptar-me, tendo em vista que por muitos anos fui membro de uma igreja protestante tradicional. A nitidez na similitude entre a CCNE e as demais igrejas evangélicas poderia passar despercebida, se não fosse pelos sujeitos que dela fazem parte, suas orientações

sexuais, o que torna esta pesquisa fruto de minhas interrogações e curiosidade, mas também das buscas por respostas que poderão, satisfatoriamente ou não, atender aos anseios das pessoas que questionam sobre a legitimidade de uma igreja que atende à diversidade humana.

Como alguém que cresceu dentro de uma igreja, o cenário que se apresentou a mim nas primeiras idas aos cultos não estava totalmente distante do que pode ser vivenciado em outras congregações cristãs. Enquanto assistia às cerimônias, busquei compreender os argumentos, os aspectos simbólicos, a organização, os rituais, o cotidiano. Isto porque, desejava conhecer, de fato, quais os mecanismos que permitem àquela igreja em particular crescer paulatinamente em oposição a uma sociedade que teima em resistir às mudanças e continua a condenar a liberdade de culto, embora a defenda ardorosamente quando os sujeitos que a ela se submetem se apresentam dentro dos padrões preestabelecidos os quais apontam para a heterossexualidade como modelo a ser seguido pelos indivíduos em nossa sociedade.

Para aqueles que observam de fora, a aceitação de uma igreja notadamente cristã que não põe a orientação sexual como um fator de obstáculo atenuante no que concerne à necessidade do encontro entre o sujeito e Deus, poderia soar como uma produção marginalizada que estaria denegrindo as normas culturalmente aceitas pela maioria de nossa sociedade. Para muitos, ao inserir um sujeito identificado entre o grupo GLBT, tal religião estaria transgredindo o senso comum que fora projetado por pontos de vista unilaterais que ratificam tal relação como uma organização religiosa inferior. No entanto, quando observamos de perto aquilo que esta pesquisa elucida, percebemos gradativamente que o significado da CCNE para aqueles que dela participam representa, não uma violação, mas o retrato das múltiplas possibilidades que a religião dispõe para atender aos diferentes grupos humanos e a certeza de que, ao contrário do que muitos afirmam, aquela igreja é uma instituição séria que está, acima de tudo, comprometida com os princípios cristãos, notadamente aqueles ligados à religiosidade protestante, como em um dos cultos afirmou a pastora *Débora*:

Quando a igreja se iniciou em Natal, muitos não acreditavam que este ministério fosse obter sucesso. Alguns entravam em nossa igreja para confirmar se realmente o trabalho era sério. Para aqueles que estavam aqui apenas para comprovar, eu dizia: não precisava ter esse trabalho, se você quiser posso lhe enviar via email a proposta de nossa igreja. Hoje, depois de cinco anos, podemos mostrar ao mundo os frutos de nosso trabalho e a conversão de muitos que estão aqui presentes é a prova de que trabalhamos em função da glória de Deus.

(Diário de campo, abril de 2012).

Esta declaração torna-se importante na medida em que rompe com a visão preconceituosa presente no senso comum de que uma igreja que acolhe a diversidade humana, por lidar com sujeitos sociais cuja orientação sexual se desvincula da heterossexualidade, estaria aberta à promiscuidade, onde as pessoas ali inseridas estariam abertas a aceitar o sexo livre, sem compromisso, em um espaço cuja liberalidade estaria pautada na oportunidade de seus partícipes a utilizarem como um ambiente de prazer desvinculado da espiritualidade a que prega as instituições cristãs. Não descartamos a ideia de que em uma congregação cristã, a exemplo do que ocorre em outros ambientes institucionais, nas quais se encontram categorias das mais variadas origens, registra-se a presença de pessoas com os mais diversificados interesses, que vão desde a busca atrelada à espiritualidade até o desejo de encontrar alguém com quem possa estabelecer um relacionamento para além da amizade, uma ação natural se levarmos em consideração que a CCNE, neste sentido, se impõe como um espaço de indivíduos “iguais”, o que justificaria a ação aqui descrita.

Durante as entrevistas, ao abordar esta questão, não foram raros os comentários dos interlocutores no sentido de confirmar esta possibilidade, uma vez que, para um membro de uma igreja inclusiva, a probabilidade de encontrar alguém para assumir um compromisso sério estando vinculado a uma instituição religiosa é bem maior do que realizá-lo em outro espaço.

Em minha observação participante², busquei além dos levantamentos bibliográficos, das entrevistas estruturadas ou não estruturadas que realizei entre as diversas categorias que abordei em campo, das anotações e registros que fiz durante o período que estava frequentando aos cultos, dos filmes e documentários que me foram apresentados pelos próprios partícipes da igreja, dentre eles, destaco: *A fé e o arco-íris*, *Orações para Bobby* e *For the Bible tells me so* (como diz a Bíblia), aproveitei cada oportunidade que tive para ouvir e discutir com diferentes pessoas (sempre que tive a oportunidade de abordar o tema), fazendo perguntas ocasionais na tentativa de ampliar minhas informações sobre a relação homossexualidade e cristianismo, no intuito de intensificar minha experiência sobre o tema aqui apresentado. A exemplo disso, menciono as ocasiões em que eu permanecia alguns minutos na igreja após o culto, estabelecendo conversas informais que muito contribuíram para a construção do entendimento sobre a temática envolvida nesta dissertação. Concordamos com Silva (2000, p. 13) quando afirma:

² A partir das primeiras pesquisas desenvolvidas por Malinowski, a observação participante que delinea o trabalho etnográfico tem caracterizado o convívio entre pesquisador (antropólogo) e objeto de estudo (grupo social pesquisado) como mecanismo de pesquisa significativo que diferencia a Antropologia Social das demais ciências humanas. Ver Silva (2000, p. 13).

A observação participante, definida principalmente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski como a convivência íntima e prolongada do pesquisador com seus “informantes nativos”, ao refutar a “antropologia de gabinete”, permitiu o estabelecimento de um determinado tipo de relação na qual o antropólogo se colocava como um instrumento de pesquisa, propiciando à antropologia a perspectiva intersticial (o olhar desde dentro) que é sua ferramenta básica, sua marca registrada, desde então.

Ao dar início à pesquisa de campo, em minha primeira ida à CCNE, fui apresentado à liderança da igreja por *Jacó*, o qual tive a oportunidade de conhecer por intermédio de minha orientadora. Para minha surpresa, muitos membros daquela congregação eu já conhecia. Alguns haviam sido meus alunos, outros fizeram parte de outras igrejas evangélicas às quais havia frequentado, mas o que mais me chamou a atenção foi o fato de eu encontrar pessoas que trabalharam comigo em escolas ou alunos que eu havia conhecido em cursinhos pré-vestibulares de Natal, os quais eram meus conhecidos. No entanto, desconhecia o seu envolvimento com a igreja, questão que discutirei detalhadamente no capítulo cinco.

Estas coincidências foram significativas no processo de levantamento de dados para a pesquisa e permitiu-me descartar aquela sensação malinowskiana de estar sozinho na ilha, sem conhecer a fala, as características pessoais, relações sociais ou mesmo desconhecer os mecanismos que poderiam ser utilizados para estabelecer os contatos necessários que seriam norteadores no processo da observação participante. No instante em que fui bem acolhido na CCNE, descartei a sensação que Malinowski (1976, p. 23) sentiu ao afirmar: “imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastando-se do mar até desaparecer de vista”. Obviamente, a acomodação que senti, fruto do acolhimento dos membros da CCNE, os quais me viam à primeira vista como alguém que estava ali simplesmente para assistir aos cultos, acabou ofuscando as dificuldades que teria no percurso da construção deste trabalho.

As entrevistas formais contabilizaram-se nove. No entanto, é necessário frisar que as conversas informais que estabeleci com alguns partícipes da igreja foram, de igual forma, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao estabelecer esses contatos jamais omiti o real objetivo desses diálogos que consistia na aquisição de informações que me permitissem compreender melhor o universo vivenciado por aqueles que professam sua fé no cristianismo independente de sua sexualidade. Alguns membros acabaram rejeitando a entrevista, todavia, entrei em contato com outros com os quais eu havia estabelecido uma rede de amizade. Em algumas ocasiões, meu interesse em desbravar os motivos que os levaram a procurar a CCNE, o modo comparativo como eles e protestantes de outras denominações

encaram a questão do cristão não heterossexual, o relato da experiência de ser um cristão homossexual, a relação com os outros “irmãos da fé”³, acabou gerando em alguns uma recusa, motivada por questões pessoais. Houve uma ocasião em que a solicitação de uma entrevista a um dos líderes da igreja me foi negada. Neste caso, o argumento utilizado foi o fato de o interlocutor “achar que já estava cansado de tantos pesquisadores ou gente curiosa perguntando sobre isso ou aquilo, como se não bastassem os outros (se referindo aos cristãos de outras correntes religiosas) que não respeitavam sua devoção”. Alguns acabaram simplesmente não concedendo a entrevista por questões próprias do cotidiano, como a falta de tempo ocasionado pelas atividades do dia a dia.

A escolha dos entrevistados não pode ser apontada como aleatória haja vista que sempre tive o cuidado de me aproximar daqueles que estavam mais susceptíveis a permitir um contato que me auxiliasse na pesquisa. Não foram raros os casos em que me deparei com alguns membros que apresentaram certa resistência, após anunciar os objetivos do meu trabalho. Outros, porém, mostraram-se interessados em colaborar no fornecimento de informações. Houve casos em que recebi ligações de pessoas que me cobravam quando eu poderia realizar as entrevistas. No intuito de preservar e proteger a identidade de todas as pessoas envolvidas no processo, tive o cuidado de utilizar nomes fictícios, embora alguns tenham dito que não haveria qualquer problema em expor suas identidades, outros, no entanto, afirmaram que não se sentiam confortáveis com a exposição de seus nomes numa dissertação. Por esta razão, julguei mais sensato omitir todos os nomes reais, para isto os substituí por nomenclaturas bíblicas com o objetivo de promover uma analogia entre os partícipes da CCNE e aqueles que são considerados heróis dentro do contexto cristão inseridos na Bíblia.

Vale salientar que o momento que sucedia ao final do culto era de extrema importância, dado que era ali que ocorriam as confraternizações, ocasião que permitiam aos “irmãos” rever os amigos, dividir experiências e fortalecer laços de fé e amizade, num processo que demandava a declaração de dados que eram fulcrais para o desenvolvimento da pesquisa. Bento (2006) aponta estes espaços como “comunidades de emoção”, oportunidade em que os sujeitos ficam à vontade para expressar suas experiências, sem estarem sob os holofotes preconceituosos daqueles que não compartilham de sua orientação sexual. Durante este processo, procurei estar entre o grupo pesquisado, mas em todos os momentos estive

³ No universo cristão, o termo ‘irmãos’ é utilizado para identificar aqueles que partilham de uma mesma fé. Assim, os membros de uma mesma denominação utilizam esta expressão para acentuarem o espírito de fraternidade comungado na igreja.

preocupado em agir sempre com discrição, isto porque não foi raro presenciar ocasiões em que a mudança de comportamento era visivelmente alterada quando eu me apresentava como pesquisador.

Uma reflexão que julguei necessária no processo da etnografia ali desenvolvida, especialmente durante minha permanência nos cultos e que pude percebê-lo em minhas primeiras experiências, foi o fato de, ao assistir às cerimônias, ter o cuidado de sentar-me mais distanciado, discretamente, de modo a apresentar-me como mais um que estava naquele recinto com o intuito de buscar alento espiritual, de modo a não chamar a atenção das pessoas e ao mesmo tempo forçá-las a se *esquecerem* de mim. Obviamente, refiro-me aos membros da CCNE que desconheciam os objetivos da minha presença na igreja, para que pudesse acompanhá-los sem causar-lhes o desconforto de estarem sendo observados por um pesquisador que ali se encontrava.

A experiência aqui descrita, como muitas outras que fui vivenciando durante a trajetória da pesquisa, permitiram-me perceber que a expressão natural da fé compartilhada com cristãos que dividem a mesma orientação sexual que, em outros contextos, seria motivo de reprovação, humilhação ou marginalização, sem a percepção de estarem sendo observados, poderia me proporcionar ricas informações de campo que me permitiriam interpretar a realidade que se apresentava diante de mim.

Deste modo, quer fosse nos cultos, em conversas paralelas enquanto estes se realizavam, em entrevistas previamente marcadas, em encontros aleatórios na cidade ou participando de cerimônias realizadas pela instituição, pude perceber o empenho dispensado não apenas pela liderança da CCNE, mas em muitos de seus participantes, a sinceridade em expor o interesse em *salvar as almas perdidas*, como afirmou um dos líderes, que estão à procura de um conforto espiritual. Isto pôde ser percebido durante as pregações que atenuavam o interesse em assegurar aos ouvintes a importância de conhecer a “teologia inclusiva”, pois, conforme uma das pregadoras, “existem muitos lá fora que não conhecem o que Jesus pode fazer por eles, almas que estão sedentas da palavra; por isso cabe a nós a responsabilidade de levar o evangelho *pra* estas pessoas”. Ela afirmou que sempre procurava estudar sobre as interpretações dadas à questão da orientação sexual, à luz da Bíblia, e sempre gostava de explorá-las quando pregava.

Enquanto participava dos cultos, percebi que a igreja conta com um número expressivo de homossexuais masculinos. A presença de homossexuais femininas é constante, todavia, com menos intensidade, embora haja duas pastoras na liderança. Com exceção dos líderes, o público em geral é bastante flutuante, isto justifica a rotatividade de pessoas novas

no templo, em sua maioria, visitantes que conhecem a CCNE principalmente a convite dos membros ativos da igreja. Observei que há um grupo que aqui chamarei de fixo, tendo em vista que são os que estão presentes em todas as cerimônias, se envolvem com as atividades realizadas pela igreja que incluem o trabalho missionário voltado para a conquista de mais membros para a instituição e a participação na realização dos cultos, atuam junto aos líderes, se declaram colaboradores na “obra”⁴. Esta afirmação torna-se importante, pois à medida que se frequenta aos cultos regularmente, percebe-se que há uma rotatividade significativa de pessoas que assistem às cerimônias, mas que não o fazem com frequência. Pude constatar, por exemplo, que há um número expressivo de membros que só vai à igreja aos domingos à noite. Alguns destes relataram-me que isto se deve ao fato de não terem tempo de fazê-lo durante a semana e no domingo pela manhã era o tempo que dispunham para descansar e isto prejudicava sua vinda à igreja.

No período em que a pesquisa foi iniciada, o templo já estava sediado na Avenida Bernardo Vieira, mas este não foi o local que marcou o início do movimento em nossa capital. Quando a etnografia ali desenvolvida estava em processo de conclusão, a igreja foi transferida para outra localidade, por questões de mudança da própria dinâmica de grupo, ficou inviabilizada a permanência. A sede atual, localizada no bairro do Alecrim, conta com um espaço mais amplo, o que permite aos participantes das cerimônias litúrgicas momentos de devoção num ambiente que lhes proporciona um melhor conforto. Isto sinaliza para o crescimento da igreja em nossa cidade, como bem assinalou uma das líderes ao afirmar:

Não imaginávamos, no início, que nossa igreja viesse a chegar tão longe. Nós éramos um pequeno grupo em uma sala bem apertada, mas suficiente para todos nós. Quando nos mudamos para cá (referindo-se à igreja na Bernardo Vieira) achei que estávamos nos precipitando, mas hoje, pela graça de Deus, posso ver o quanto a obra tem se desenvolvido.

(Diário de campo, Natal, outubro de 2011).

Minhas investidas ao campo fizeram-me perceber a importância desta igreja na capital do Rio Grande do Norte, tendo em vista os discursos proferidos pelos seus partícipes no que tange à necessidade daqueles que almejam arduamente professar o cristianismo como sua religião, mas que por muitas vezes se viram obrigados a buscar refúgio espiritual em segmentos religiosos ou, não conseguindo espaço em outras religiões, viam-se subordinados a

⁴ No discurso cristão, a expressão “obra” é utilizada para identificar os trabalhos que alguém pode executar para o desenvolvimento do evangelho e para a exaltação a Deus. Ao que tudo indica, sua origem tem respaldo nas palavras do apóstolo Paulo: “Portanto, meus amados irmãos, sede firmes e constantes, sempre abundantes na obra do Senhor, sabendo que o vosso trabalho não é vão no Senhor”. (I cor. 15:58).

viver no *mundo* (termo usado pelos membros para designar a vida fora da atmosfera religiosa proposta pela igreja). Neste sentido, a Comunidade Cristã Nova Esperança, no discurso proferido por alguns entrevistados, apresenta-se como o *tabernáculo* que dispõe de uma assertiva capaz de transformar as “pedras de tropeço”⁵ em “pedras vivas” capazes de realizar *a obra de Deus* independentemente de sua condição ligada à questão da sexualidade.

Na comemoração dos cinco anos da igreja no Rio Grande do Norte, tive a oportunidade de assistir à programação, o que me rendeu importantes informações sobre a trajetória do grupo, seus desafios e sucesso na projeção daquela que seria a primeira igreja em nosso Estado a incluir a diversidade humana no seio da liturgia cristã. Desde então, tem sido uma importante referência no que diz respeito à inclusão daqueles que estão inseridos no grupo GLBT, cuja manifestação de fé esteve em outros contextos engessada, mas que ali encontra terreno fértil para a proliferação de sua devoção, num processo que dá à instituição o *status* de igreja cristã inclusiva, opondo-se ao modelo convencional que opera contra a proliferação de “cristãos gays”, um movimento iniciado na América do Norte, no final dos anos 1960⁶.

A igreja, ao realizar esse evento, buscou reconstruir o processo histórico da congregação e ao mesmo tempo registrar o crescimento que o grupo tem apresentado, fruto do trabalho realizado pelos seus partícipes que têm contribuído significativamente para o seu crescimento enquanto instituição cristã. Os discursos ali proferidos, associados às informações que colhi dos membros com quem mantive contato durante a pesquisa observante foram fundamentais para o levantamento de dados utilizados para sua reconstrução histórica, isto porque na impossibilidade de ter acesso a algum registro escrito, restringi-me a tecer sua história a partir da memória e da oralidade apresentadas pelos interlocutores, numa tentativa de resgatar o processo histórico a partir das lembranças daqueles que acompanharam os primeiros anos da instituição em nosso Estado, numa “história vista de baixo”⁷, associada à análise do livro *Cristianismo e Homossexualidade* (2009), onde neste Bruno Lima⁸, o responsável em trazer a CCNE a Natal, faz um importante relato sobre este processo.

⁵ Segundo foi denunciado, este seria o termo mais comumente usado por outros grupos cristãos para se referirem àqueles que adentram a uma igreja tradicional, mas que apresentam um estereótipo atípico ou orientação sexual desvinculada do modelo que é reclamado como *padrão requerido por Deus para a inserção ao caminho da verdade*.

⁶ Conforme Fátima Weiss (2012, p. 65-67), as igrejas que acolhem os homossexuais existem desde a década de 1960 nos Estados Unidos, diferentemente do Brasil, no qual o movimento só passou a existir a partir do final dos anos 1990.

⁷ Este termo corresponde à visão da Nova História Cultural que desarticula a produção histórica que projeta somente os “grandes personagens” como os responsáveis pela elaboração da História, fazendo uma reconstituição dos fatos a partir da visão vivenciada por pessoas comuns. Essa proposição pode ser encontrada no livro *A Escrita da História*, organizado por Peter Burke (1992).

⁸ Neste caso, não fiz uso de nome fictício; não tive oportunidade de entrevistá-lo, mas utilizei sua obra como referência. Desta forma, julgo que um livro por se tratar de um material de domínio público dispensa a omissão de sua autoria.

3 ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS: uma breve análise sobre a condição dos homossexuais no Brasil

Nos últimos anos têm-se assistido a discussões abertas acerca da homossexualidade, homoafetividade, homocultura e do homoerotismo, termos ligados à questão das relações sexuais sobre pessoas do mesmo sexo. A questão abriu precedentes para algumas igrejas cristãs se impor abertamente, adotando um discurso intransigente no sentido de combater essa prática, sob a justificativa de que tal ação seria algo abominável, segundo a Bíblia. Por outro lado, à medida que um grupo minoritário ganha força, abre-se margem para que este reclame para si uma maior participação na sociedade, numa ação que os leva progressivamente a buscar seus espaços. Em um país onde a maioria esmagadora declara-se cristã, é conveniente pensar que pessoas que possuem uma orientação sexual desvinculada da heterossexualidade exijam para si o direito de participar da religião. Na impossibilidade de romper abruptamente a visão cristã hegemônica, é oportuno projetar novas igrejas que não apontem a questão da sexualidade como fator primordial para a condenação no seio cristão.

Em 2011, a sociedade brasileira foi surpreendida por uma reportagem que denunciava a ação do juiz de Goiás, Jerônimo Villas Boas, que, contrariando a decisão estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal, recusou-se a realizar a união estável⁹ entre pessoas do mesmo sexo. Odílio e Léo, o casal em questão, precisaram se deslocar até o Rio de Janeiro para efetivar o casamento junto a mais 43 casais homossexuais. Em retaliação à ação do juiz, Léo, no momento do *sim*, exclamou: “e não há juiz neste país que irá nos separar”. A cerimônia foi tomada como um espaço de protesto, isto porque a ação do juiz goiano levou um número significativo de homossexuais a suscitar a seguinte questão: afinal de contas, que valores estão investidos em nossa sociedade que denotam a formalização do preconceito à homossexualidade? Qual o papel exercido pela religião neste processo? Que mudanças têm sido estabelecidas no sentido de combater tais ações?

Mediante o exposto, espera-se que esta discussão venha a contribuir para a ampliação de uma nova visão cercada por elementos humanitários no sentido de se reconhecer os direitos dos homossexuais, despertando no leitor a compreensão de que, embora as diferenças não possam ser ofuscadas, o respeito requerido às diversidades passa a ocupar um papel fundamental na construção de uma sociedade igualitária, cujo senso de justiça esteja pautado em elementos norteadores de respeito mútuo. Neste sentido, é urgente a necessidade de

⁹ Sobre a união homoafetiva no Brasil, ver SIMON, Rita J.; BROOKS, Alison. **Gay and Lesbian Communities: the world over**. New York: Lexington Books, 2009. Disponível em: <file:///F:/e-books.htm>.

despertar em nossa sociedade um sentimento de conscientização acerca das mudanças que têm sido frequentes em nossas relações sociais, numa ação que venha a contribuir para a formação de uma mentalidade mais pacífica e harmônica para as interações de seus indivíduos, para que estes construam um país pautado na tolerância e amor ao próximo, seja qual for a orientação sexual deste.

Para Jerônimo, o principal argumento que justifica sua atitude reside no fato de que o casamento entre homossexuais não pode ser considerado formador de família. O juiz se respaldou no artigo 16 da Constituição Brasileira o qual estabelece que constitui-se família o núcleo formado por homem e mulher e que a mesma resguarda proteção especial e esta seria a célula básica da sociedade.

Construir um conceito definitivo sobre família não é uma tarefa simples, já que esta representa uma instituição social e, sendo assim, está sujeita a modificações. Tais transformações são decorrentes da própria sociedade que força as famílias a adaptarem-se a novos sistemas. Se fizermos uma análise sobre a sociedade brasileira no passado, perceberemos que o modelo familiar restrito aos laços do casamento era constitutivo de um padrão marcado pelo patriarcalismo, cujos poderes estavam nas mãos do homem que poderia exercê-los sobre os demais membros. Ademais, a característica patrimonial que predominava neste relacionamento estava condicionada ao ritual do matrimônio. Tais características acabaram sofrendo modificações a partir das transformações que vieram ocorrendo ao longo da história, pois o conceito que temos de família sofreu profundas mudanças, dentre elas a ênfase especial dada aos sentimentos, numa ação onde os vínculos afetivos e de união prevalecem independente da realização de um matrimônio oficial realizado pelo Estado.

Por esta razão, em oposição à decisão tomada pelo juiz, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a lei que reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo, passando a reconhecê-la com os mesmos direitos daquela verificada entre heterossexuais. No plano jurídico, isto representa a validação de vários direitos civis, tais como: o direito à herança (em caso de separação), o direito à pensão, bem como a adoção de filhos, ação antes reservada apenas a um dos membros que vivenciassem uma relação homoafetiva.

Todavia, a união entre casais do mesmo sexo não foi claramente instituída no artigo 226 da Constituição Federal, causando dúvidas concernentes à regulamentação dos direitos que amparam este tipo de formação familiar. Há de se reconhecer que a visão tradicionalista ligada ao conceito de família ainda é muito forte, razão que justifica a resistência em reconhecer o casamento homoafetivo. Aos que se colocam em favor da homologação definitiva da lei que diz respeito ao cumprimento da Constituição no que se refere à

preservação da pessoa humana, poderia ser elencado como argumento maior para se reconhecer a legitimidade de tal relação.

Estes direitos¹⁰, uma vez alcançados, deverão ser analisados com cautela, haja vista que a aceitação e o reconhecimento estão acompanhados por uma parcela significativa da sociedade, que vê estes avanços com preconceito e resistências. Tal observação permite-nos prever um prolongado período de conflitos e tensões que poderão se estender até que se chegue ao pleno reconhecimento da escolha sobre uma determinada constituição familiar. Não se pode esquecer que outros direitos conquistados na área da questão jurídica, que envolvem a família, também sofreram fortes resistências à época de sua elaboração, a exemplo disso tem-se o direito à separação, quando um dos cônjuges se encontrava em casamento restringido pela violência ou pelo sofrimento, onde os interessados na manutenção da ordem vigente argumentavam que o casamento era uma instituição sagrada e eterna e que tal atitude colaboraria para a destruição da harmonia social e que traria acentuados problemas para a sociedade brasileira. Mesmo com focos de resistência, hoje já se convive no Brasil com uma realidade cuja prática contrária à separação já foi, de certo modo, superada. Assim, concordamos com Tiscornia (2011, p. 21),

porque bem sabemos que as leis se transformam como consequência das lutas de grupos de interesses, tanto nas sociedades nacionais como na comunidade internacional, mas essas transformações têm uma relação de tensão com os costumes nos quais o domínio dos sistemas hierárquicos ou de *status*, ou questões de gênero e/ou religião – ou tantos outros – formam comunidades morais que só através de processos de longo prazo podem converter normas em códigos de comportamento e novos hábitos.

Desta forma, reafirma-se que, até que estas mudanças sejam naturalizadas, há de se perceber que necessitará de um tempo considerável para a sociedade brasileira reconhecer os direitos a que vêm reclamando as minorias, notadamente os homossexuais. Ignorar tal fato representaria esquecer os direitos alcançados por outros grupos no passado e que hoje desfrutam de tais direitos sem que outros se sintam na posição de ignorar tais conquistas. Precisamos reconhecer que as mudanças sociais não são aceitas de forma repentina; é necessário, antes de tudo, o amadurecimento de novas perspectivas, uma ação que requer um acentuado grau de tolerância por parte da sociedade a ser dispensado às minorias marginalizadas.

¹⁰ Pirajá (2011, p. 59) afirma que no Brasil a luta pelos direitos que atendam ao grupo GLBTBT se dá em duas frentes: extensão dos direitos civis, os quais já contemplam aos heterossexuais, e a proibição da discriminação.

Em meio à agitação dos militantes que lutam pelos direitos das classes minoritárias e mesmo daqueles que simpatizam pela luta em favor da eliminação das desigualdades dos direitos civis entre cidadãos, é visível também a manifestação de resistências à aprovação de leis concernentes à homossexualidade. No próprio Congresso Nacional houve uma nítida oposição por parte de um número relevante de deputados que se manifestou contra a emenda que oficializava a criminalização da homofobia no Brasil, levando a uma tumultuada discussão e tornando conturbada a votação da lei. A reação encontrou na sociedade brasileira, principalmente no meio religioso, uma grande quantidade de simpatizantes, como aponta Natividade (2008, p. 45-46):

O pastor Silas Malafaia (Assembléia de Deus), no Programa Vitória em Cristo, exibido na Rede TV, organizou uma ‘campanha’ de protesto contra a proposta, incitando sua audiência a repudiar o projeto. Da mesma forma, têm-se notícias da emergência de uma condenação da “lei anti-homofobia” em púlpitos e congregações evangélicas em geral, como exemplos, a Igreja Batista do Recreio (bairro da Zona Oeste, Rio de Janeiro) e algumas congregações da Igreja Universal do Reino de Deus. O líder desta denominação, Marcelo Crivela, atualmente Senador Federal, declarou em ocasiões públicas sua disposição em atuar contra a aprovação do projeto. Grupos interdenominacionais, como a Associação brasileira de apoio aos que desejam voluntariamente deixar a homossexualidade (Abraceh) e a Visão Nacional para a Consciência Cristã (VINAC), ostentaram forte oposição à aprovação da proposta. Em seus sites, verificou-se a existência de uma série de convocatórias para que seus visitantes reagissem àquelas medidas: orações, jejuns e vigílias eram combinados a passeatas, envio de e-mails a parlamentares e abaixo-assinados. Ao invés de apoiar a “legitimação” e “naturalização da homossexualidade”, defendia-se que autoridades públicas deveriam incentivar medidas que promovessem “a moral e os bons costumes”.

No território brasileiro testemunha-se a presença de grupos que têm praticado atos de violência contra homossexuais. Um dos episódios mais discutido na mídia foi o caso de agressão registrado por câmeras na Avenida Paulista, em São Paulo. Se por um lado, um grupo luta pelo reconhecimento de seus direitos, por outro, veem-se verdadeiras cruzadas homofóbicas que lutam para exterminar pessoas cuja delinquência reside no fato de querer exercer sua sexualidade, nem sempre aceita socialmente. Neste sentido, a homofobia estaria representando uma abusiva restrição à cidadania, uma vez que colocaria o indivíduo sob o impedimento de exercer o direito de ir e vir, atrelado à sua orientação sexual. A partir daí, instauram-se verdadeiros palcos de batalha, cujos paradoxos logram possibilidades adversas, onde a conclusão da discussão torna-se inconsistente, tendo em vista que o reconhecimento de

direitos a um grupo minoritário e sua reprovação atrelada a valores há muito tempo arraigados se abre para uma luta cujo fogo cruzado está ligado a diferentes interesses sócio-políticos.

A construção de mecanismos de repressão ligados à questão de gênero corresponde, na verdade, a uma relação de poder e à formação de produção de diferenças culturais a partir das quais toda sociedade passa a construir um modelo sobre o que é ou não normativo. Numa tentativa de estabelecer qual o modelo natural a ser seguido constroem-se preconceitos tomando como referência uma matriz – em nossa sociedade esta é representada pela heterossexualidade – sobre a qual são instituídos os mecanismos de discriminação relacionados às questões de gênero que servem, na prática, para reafirmar o padrão socialmente instituído. Por esta razão, assiste-se à presença da discriminação demonstrada em agressões homofóbicas que se localizam na mesma concepção de campo de disputas sobre o qual são definidos socialmente a masculinidade, feminilidade ou sexo em trânsito. Por esta razão concordamos com Bento (2006, p. 87-88), quando afirma que:

A história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. Nesse processo, certos códigos naturalizam-se, outros são ofuscados ou/ sistematicamente eliminados, postos às margens do humanamente aceitável. A heterossexualidade não surge espontaneamente em cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais.

Neste contexto, pode-se perceber que ocorre uma acentuada relação entre as normas de gênero e as práticas de homofobia, que se manifestam em valores, crenças e expectativas estabelecidas sobre o comportamento a ser manifestado pelo homem e pela mulher que se transformam em verdadeiros instrumentos reguladores de atitudes responsáveis pela reprodução da discriminação. Sendo assim, sérias consequências podem recair sobre aqueles que “ousam” sair das características esperadas pela sociedade no que tange à sexualidade, pois uma vez identificados, estarão sujeitos a agressões, preconceito e discriminação, haja vista demonstrarem uma performance (comportamentos, modos de se vestir, gostos, gesticulações, estilos) que não corresponde ao padrão hegemônico socialmente instituído. “Dentro dessa lógica, a ausência da citada linha coerente entre sexo, gênero e desejo faz com que gays, lésbicas, travestis e transexuais sejam considerados gêneros “defeituosos”, falhos. A expressão corriqueira “ele não é gay não, ele é homem” é um ótimo exemplo disso”. (PIRAJÁ, 2011, p. 24).

Estas definições que regem o que é normal ou anormal surgem como uma necessidade de estabelecer as características viáveis à convivência em grupo, onde o contraste apresentado pelo estigma serve para determinar a normalidade, uma vez que, segundo Goffman (2004, p. 6), “ele não é em si, nem horroroso nem desonroso”, mas torna-se um sinal de anormalidade à medida que se defronta com as regras estabelecidas pelos sujeitos sociais. Neste sentido, os que não apresentam o padrão socialmente esperado estarão fadados a, ou esconder sua identidade, tendo que se esforçar para apresentar aos demais uma postura que não lhe custará reprovação, ou declarar sua condição sob pena de viver a exclusão ou perseguição sofridas em consequência da intolerância empreendida pelo grupo.

Em muitos casos, em busca de uma solução que promova o ajustamento social, a família ou o próprio indivíduo procura um profissional especializado em psiquiatria para um possível concerto, na tentativa de “reorganizar-se” psicologicamente para não mais infringir os comportamentos impostos socialmente como normais que lhe são esperados. Sem percebê-los como imposição social, o indivíduo passa a requerer uma cura, uma salvação de sua condição. Acreditando numa possível recuperação atribuída a um trabalho externo, vê-se na psiquiatria ou psicologia, a salvaguarda de seu suposto defeito. Sobre isso Goffman (2004, p.11) defende que “o que frequentemente ocorre não é a aquisição de um *status* completamente normal, mas uma transformação no ego: alguém que tinha um defeito particular se transforma em alguém que tem provas de tê-lo corrigido”. Assim, no caso do homossexual masculino, corrigir a fala, a delicadeza, o ato de andar, sentar, a postura os quais denunciam o gênero, abre-se como a oportunidade de cura. Isto permite-nos perceber que, na procura por uma técnica com base científica ou a subordinação a ações de fraudes que se colocam como salvadora de pessoas que apresentem tais características, os estigmatizados são postos muitas vezes a situações vexatórias, numa tentativa angustiada de se livrar da situação que os aflige, sem perceber fruto da ação intolerante daqueles que, uma vez considerados normais por estarem em conformidade com as regras instituídas por sua cultura, não aceitam a presença de indivíduos que se apresentam, do ponto de vista da sexualidade socialmente imposta, diferentes.

A insistência da intolerância comunga com a ação constante entre o estabelecimento da diferenciação entre a identidade social e a pessoal, onde o indivíduo carrega um sentido subjetivo sobre sua condição e seu caráter que vem a adquirir como consequência das relações sociais que estabelece com os outros. Neste sentido, a identidade social condiz com o conjunto de definições que estão dentro do interesse de outras pessoas e que conduz o comportamento e as ações com os quais o sujeito precisa adequar sua identidade pessoal.

Esses valores socialmente estabelecidos estão antes de o indivíduo nascer e, mesmo depois de sua morte, tais conceitos permanecerão em sociedade, o que não lhe permite abraçar as características pessoais sem tirar do foco a identidade social que lhe é requerida a qual condiciona a superação dos sentimentos e sensações de sua identidade.

Parafraseando Bento (2008, p. 128), no Brasil, o papel exercido pelos direitos humanos privilegia a um reduzido grupo formado por indivíduos possuidores de características que os deslocam para o topo da hierarquia. Estes são diretamente estendidos aos brancos, homens que denotem virilidade, pessoas ligadas à elite, características que os põe em lugar privilegiado na organização social na qual estão inseridos. A não identificação com estes grupos gera um afastamento avassalador desse padrão qualificador do que é ser humano e que, portanto, reduz os demais grupos à incapacidade de reclamar seus direitos. A normatização de gêneros só confere expressão de vida àqueles que estão diretamente relacionados com o gênero apoiado ao corpo sexuado, ou seja, vagina-mulher-heterossexual, pênis-homem-heterossexual. É esta linha de coerência (o gênero expressando o corpo sexuado) que dará unidade e sentido ao humano. Ter pênis e gostar de homens seria um dos níveis de ruptura desta unidade. Ter vagina e transformá-la em um pênis, seria outro nível de deslocamento. Para todos os casos em que a norma heterossexual é questionada a resposta tem sido, hegemonicamente, a violência que, em muitos casos, não implica necessariamente em agressão física, mas num conjunto de repressão que coaduna com a marginalização dispensada às categorias que rompem com o modelo socialmente estabelecido.

Neste sentido, testemunha-se a presença constante de inúmeros instrumentos reguladores, modelos de disciplina e mecanismos de controle voltados para a imposição de padrões regulamentadores ligados à sexualidade, ao gênero, ao corpo e a todas as questões que abrangem suas nuances. Sendo assim, a homofobia pode se manifestar não apenas nas agressões físicas, mas nos códigos de exclusão, valores institucionais, modelos de hierarquia, construções de poder, padronização de representação e crenças, padrões de relações sociais e de identidade, um conjunto instituído para reproduzir e reafirmar a naturalização, numa tentativa de tornar legítima uma única via cuja norma de gênero acentua sua centralização na heterossexualidade. Esta estaria posicionada num patamar que antecederia a cultura, isto porque a formação do discurso a impõe como um estado naturalizante onde a mulher e o homem seriam concebidos a partir da genitália como definidor de gênero. Visto desta forma, a sexualidade estaria sujeita a revelar uma coerência que se manifestaria no masculino (pênis) e

feminino (vagina)¹¹, construindo a noção de que o desejo sexual, para manifestar a suposta normalidade, deveria estar regulado por esse direcionamento, numa relação supostamente coerente entre corpo, identidade¹², postura e sexualidade.

Tal construção acaba por conduzir a heterossexualidade como a única possibilidade a ser legitimamente vivenciada, pondo outros modelos, notadamente o homossexual, num patamar de aberração, desvio, imoralidade. Embora estejamos lidando aqui com conceitos diferentes, não há como omitir a presença da heteronormatividade¹³ quando a presença da homofobia é exposta.

Por esta razão, a busca pela liberdade em seguir um caminho alternativo, por parte dos homossexuais, choca-se com uma esfera de interesses muitas vezes ameaçadora, uma vez que a superação de ações homofóbicas representa, na verdade, uma prática de difícil erradicação, haja vista que em nossa sociedade a prática da sexualidade ainda enfrenta muitos *tabus* que contribuem para a neutralização do reconhecimento das formas de viver que envolvem às questões de erotismo e afeto. Segundo Velho (1996, p. 15):

Em qualquer cultura e/ou sistema social, até para que exista a possibilidade de negociação, é necessário que haja uma noção minimamente compartilhada de *justiça*, sem a qual corre-se o risco de anomização da vida social. Pode haver desacordo em relação à efetivação e implementação da *justiça*, mas a ideia de que esta exista como valor comum é essencial para a continuidade da sociedade. Quando falo de justiça, não estou falando de Judiciário, mas sim de um conjunto de crenças e valores que dizem respeito ao bem-estar individual e social.

Percebe-se que, no Brasil, a utilização da Constituição é acionada no sentido de demonizar a prática homossexual, sem perceber que o mesmo instrumento de justiça que advoga a todo cidadão brasileiro o direito à igualdade, contribui para a reprodução de uma ideia de justiça a qual tende a priorizar aqueles que estão integrados ao centro do modelo socialmente concebido como ideal¹⁴.

¹¹ Em nossa sociedade há um conjunto de instrumentos que apresenta objetos ou características que são direcionados como sendo próprios do homem e da mulher. Em analogia ao texto “O arco e o cesto”, do antropólogo francês Pierre Clastres (1986), a heteronormatividade sinaliza o uso do “arco” apenas aos do sexo masculino e o “cesto” ao feminino. Se na tribo Guaiaki a troca destes objetos implicava na maldição imposta pela “pané”, no Brasil observa-se que o trânsito dos objetos previamente definidos para os gêneros é supostamente identificado como desvio.

¹² Stuart Hall (1999) traz uma importante discussão em torno da identidade na modernidade tardia. O autor compreende que a questão identitária não é inata, sendo antes um processo inconsciente postulado ao longo do tempo. Sua hipótese é a de que as mudanças verificadas nas sociedades modernas acabam descentrando ou deslocando o indivíduo de seu espaço, tanto de si mesmo quanto da sociedade, o que resulta em uma crise de identidade.

¹³ Segundo Bento (2008, p. 40): “Por heteronormatividade entende-se a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos”.

¹⁴ Cardoso de Oliveira (2010, p. 462-463) chama a atenção para a existência de uma tensão entre duas concepções de igualdade vivenciadas no Brasil. Uma refere-se ao caráter de isonomia jurídica sinalizado por nossa Constituição que estabelece a todos um tratamento uniforme; a outra, diz respeito aos tratamentos diferenciados que, na visão do autor, “implica (*sic*) desigualdade no plano dos direitos”.

Na ausência de uma regulamentação legislativa que reconheça os direitos dos homossexuais¹⁵ e no intuito de impedir prováveis prejuízos decorrentes da não realização de seus laços matrimoniais, marcados por ações jurídicas que não denotam disposição em proceder com a devida atenção àquilo que o assunto requer, atribui-se aos tribunais a responsabilidade de suprir tal lacuna. Espera-se, pois, que as decisões tomadas pelos juízes minimizem a injustiça enfrentada por uma parcela da sociedade impedida de exercer livremente sua vontade em constituir família em razão de sua orientação sexual e que está submetida a interesses diversos, o que inclui efetivamente a ação de grupos religiosos, os quais acabam revertendo seus valores pessoais para o exercício do impedimento dos direitos a serem deferidos para o pleno exercício da cidadania.

O estudo etnográfico sobre qualquer sociedade testemunha a presença constante da diversidade. A grande questão é que o que se observa é o perene combate a estas diferenças. Em diferentes contextos sociais, é possível notar a presença daqueles que reclamam para si a posição de desfrutar as melhores posições, delegando a outros a posição da marginalidade, numa prática bem sinalizada por DaMatta (1979): “você sabe com quem está falando?”. Assim, as desigualdades no seio social vão se fortalecendo. A presença de pessoas com estilos diferentes daqueles esperados pela maioria da sociedade vai criando cada vez mais grupos marginalizados. Desta forma, as diferenças sociais vão sendo construídas de maneira cada vez mais intensa, onde as minorias acabam subjugadas pelos interesses de grupos dominantes que, na maioria das vezes, impõem a proposição de que aqueles que se apresentam diferentes do ideal proposto, por uma parcela considerável da sociedade, estão condenados à marginalidade, sem ser levada em consideração a noção de igualdade, ética ou respeito.

Gradativamente, os grupos marginalizados trazem à tona suas reivindicações, denunciando a exclusão e agressões a que são submetidos. Operando com denúncias, passam a agir como verdadeiros agentes responsáveis pela transformação social imbuídos da luta pela conquista de seus direitos. A realidade vivenciada pela homossexualidade também aparece como um segmento social atingido pela segregação e violência. Não obstante, este grupo encontra-se nas mesmas condições de outros seres humanos submetidos às leis de direitos e obrigações, isto porque estão envolvidos em todas as esferas sociais, ocupam importantes cargos na política ou no mercado de trabalho. Todavia, o que se percebe é que, do ponto de

¹⁵ Pirajá (2011, p. 58) coaduna com a tese de que, em nosso país, a carência de instrumentos legais diretamente relacionados aos direitos daqueles que não estão alinhados ao modelo consagrado pela heteronormatividade, torna o combate à violência ainda mais difícil. A autora ainda ressalta que “tradicionalmente, o direito estatal foi produzido como instrumento de reforço e de conservação dos padrões morais sexuais dominantes”.

vista do exercício de sua sexualidade, ainda se encontram em posição de marginalização, estando, em muitos casos, vitimizados por ações homofóbicas que lhes são dirigidas.

Segundo pesquisa on-line, a expressão “homofobia” foi usada pela primeira vez pelo psicólogo George Winberg, em 1972, que aglutinou duas palavras de origem latina e grega, a saber, **semelhante e medo**, para traduzir sentimentos depreciativos ligados a homossexuais e suas peculiaridades. O termo tem sido constantemente reelaborado sem, contudo, dispensar as fortes conotações estabelecidas pelo discurso médico ao qual se atribui sua origem, principalmente, às áreas ligadas à psicopatologia.

A homofobia é conceituada internacionalmente como a prática da intolerância causada pela discriminação ou agressão físico-moral contra pessoas que apresentam orientação sexual ou afetiva diferente daquelas consideradas normais – entenda-se aqui a heterossexualidade e a afetividade apenas entre homem e mulher como padrão a ser seguido pelos partícipes sociais sendo, portanto, o papel atribuído à normalidade. Neste sentido, a expressão costuma ser usada quase exclusivamente para referenciar um conjunto de emoções negativas quando se refere a pessoas que mantêm relações sexuais com outras do mesmo sexo. Alguns traduzem estas atitudes como uma repulsa a tais práticas sexuais que se manifestam sob um ódio acentuado aos homossexuais.

Em linhas gerais, a discussão sobre o termo ganha um caráter medicalizante na medida em que a discussão divide dois grupos: de um lado, os que consideram a homossexualidade como uma doença a ser tratada, responsável por conduzir o indivíduo a um *status* desviante, de outro, os que consideram que a doença é a prática homofóbica, tendo em vista que a enfermidade residiria no fato de o agressor não ter condição psicológica para conviver com as diferenças. Próximo ao segundo grupo, encontramos os que lutam pelo reconhecimento de sua condição por meio dos saberes ligados à medicina. Convém lembrar que na década de 1990, o termo homossexualidade foi retirado do Código Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Hoje, no Brasil, os Conselhos Federais de Psicologia e Medicina não abordam a homossexualidade como transgressão, distúrbio ou doença.

Não podemos deixar de reconhecer a importância da medicina e sua posição sobre o tema em questão. No entanto, precisamos lembrar que é problemático estabelecer o reconhecimento da diversidade sexual levando em consideração somente os discursos clínicos ou jurídicos. Analisando criteriosamente nossa sociedade, podemos perceber que a medicina exerce um poder ligado ao conhecimento, projetando parâmetros os quais servem de mediadores no estabelecimento de inúmeros aspectos ligados à condição humana. Por esta

razão, acabam produzindo fortes influências sobre várias áreas, inviabilizando a possibilidade de novas compreensões, bem como a elaboração de novos direitos.

Ademais, é necessário perceber que toda produção de “verdades” está contextualizada à realidade de uma época e que as pessoas responsáveis por sua elaboração são revestidas de valores morais ou religiosos, o que acaba por influenciar a visão que é estabelecida pela maioria sobre grupos minoritários, passando a estabelecer seu foco dentro de uma concepção de mundo, na maioria das vezes excludente, tendo em vista que todo saber é elaborado sob tensões sociais que são próprias do processo histórico. Tal percepção justifica o fato de um número considerável de cientistas alimentar um frenético interesse em ratificar as causas do suposta transgressão natural efetivada pelos homossexuais.

Em nosso país, os argumentos proferidos pela justiça e pela medicina que posicionavam a homossexualidade¹⁶ como perversão ou doença vêm sendo paulatinamente contestados. Porém, a homofobia ainda encontra terreno fértil no meio religioso e nos discursos moralizantes ligados à prática homossexual. Não sabemos até que ponto a atuação da religião tem sido responsável pela manutenção de práticas homofóbicas, mesmo agindo relativamente com discrição. Contudo, é pertinente apreender que por ocasião da elaboração, em 2007, de um projeto de lei que estabelecia a criminalização para práticas discriminatórias ligadas à orientação sexual, houve uma significativa manifestação por parte das igrejas cristãs no sentido de combater sua aprovação¹⁷. O principal argumento utilizado para justificar sua ação residia no fato de que, uma vez sancionada, a lei proibiria as igrejas de pregar contra os homossexuais e, assim sendo, estaria transgredindo o direito à liberdade religiosa estabelecida pela Constituição Federal.

Em razão desta demanda social, um número significativo de correntes religiosas demonstrou ainda mais o interesse em defender a intolerância no que concerne à homossexualidade, o que torna a discussão cada vez mais acentuada. É notório que as religiões atuais não traduzem um preceito unificador ligado à sexualidade, o que dificulta compreender por que algumas religiões reprovam os homossexuais e outras não. Notadamente, as reações ligadas às leis que reconhecem os direitos atrelados à homossexualidade partiram da religião cristã, isto porque não se noticiou, neste contexto, a manifestação significativa de outros segmentos religiosos, pelo menos no Brasil.

No Brasil assiste-se a uma prerrogativa política que predispõem o legislativo a não

¹⁶ O termo homossexualidade foi usado pela primeira vez em 1869 pelo austro-húngaro Karoly Maria Benkert, um dos primeiros médicos a escrever sobre relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. (FRY E MACRAE, 1985, p. 40).

¹⁷ Sobre a reação de grupos cristãos frente à tramitação da lei que estabelece a criminalização das práticas discriminatórias relacionadas à orientação sexual, ler Marcelo Natividade (2008, p. 42-48).

conceder os direitos a essas minorias. Tal ação se dá pelo fato do aumento significativo de pessoas religiosas no ambiente político, sobretudo cristãs, que possuem um conjunto doutrinário o qual rege suas vivências, o que inclui a não aceitação ou o não reconhecimento da existência do homossexual e outros grupos que fogem ao padrão requerido por aquele determinado grupo, levando-o a se impor do ponto de vista sociopolítico, contra a aprovação de leis que tirem essas minorias da marginalização social. Isto porque no território brasileiro a produção de leis está subordinada exclusivamente a sanção do poder legislativo, uma vez que em nosso país predomina a forma representativa de poder, cuja população, por meio do voto direto, escolhe os governantes que serão responsáveis pela representação do povo que os escolheu.

Tendo em vista esse processo, as leis são elaboradas à medida que surgem demandas que exijam a viabilização de projetos que sancionem os instrumentos da legalidade. Tomando esse acerto como ponto de partida para a elaboração de uma lei, a inserção de um ponto de vista religioso sobre as decisões que permeiam os encaixos sociais, contribui para a reprodução de um mesmo sistema que perpetua a heterossexualidade como o sistema requerido como normal, sob o argumento de que a inclusão de uma lei que inclua o homossexual como agente possuidor de direitos que o permitam seu reconhecimento como um cidadão comum, não desviante, está fadada ao estabelecimento de um processo que culmina na reprovação divina e, sendo os legisladores seus representantes legais, não lhes cabe aceitar leis que alterem a harmonia instituída, do ponto de vista religioso, por forças que estão acima das instituições humanas.

Assim, a elaboração das leis passa do reconhecimento de direitos para a manutenção de uma ordem a qual estabelece uma verdade que está para atender uma avassaladora maioria que sempre está disposta a reproduzir o modelo considerado natural e afastar os traços sociais que representem uma ameaça à harmonia instituída.

A atual Constituição Brasileira apresenta como uma de suas máximas fundamentais, prevista em seu Artigo 3º, Parágrafo IV, a seguinte atribuição: – “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Sendo assim, o respeito à orientação sexual se impõe como elemento norteador das relações sociais que deveriam se consolidar em nossa sociedade. Na prática o que se percebe é que este objetivo fundamental estabelecido em nossa Carta Magna acaba sendo frustrado na medida em que a prática da homofobia continua sendo uma constante na realidade vivenciada pela sociedade brasileira.

No intuito de lutar pelo reconhecimento e pela defesa dos direitos dos homossexuais brasileiros, a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e sociedade civil organizada, desenvolveram o *Programa Brasil Sem Homofobia*. Não obstante, precisamos reconhecer que sua gradativa visibilidade e organização permitem-nos observar com maior clareza a acentuada presença de violação de direitos a que tem passado tais segmentos. O projeto foi articulado a partir da luta de grupos em conjunto com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e visa ao combate de ações preconceituosas e violentas contra os GLTB's (gays, lésbicas, transexuais e bissexuais), bem como ao reconhecimento dos direitos a que reclamam os homossexuais. A elaboração do programa representa um marco na luta pelo reconhecimento da homossexualidade na sociedade brasileira.

Ao avaliar o sucesso de determinada política pública precisamos levar em consideração dois aspectos relevantes: primeiro, o grau de comprometimento dos administradores públicos com questões ligadas à ética e a práticas políticas sobre as quais necessita pautar sua gestão. Segundo, o nível educacional apresentado pela sociedade sem o qual o exercício da cidadania fica a mercê de ações pautadas na ignorância e na desvalorização do respeito aos indivíduos enquanto cidadãos. A exemplo disso, pode-se mencionar a elaboração do projeto desenvolvido pelo Governo Federal que consistia na produção de um material a ser utilizado nas escolas com o objetivo de desenvolver um trabalho de conscientização pelo fim do preconceito contra homossexuais. Na prática, o senso comum passou a denominá-lo “kit gay” e, por não compreender sua real intenção, frequentemente encontrávamos pessoas afirmando que tal ação implicaria na divulgação de uma perversão e, conseqüentemente, numa oportunidade de as escolas “converterem” seus alunos à homossexualidade, pois, na mentalidade de muitos, este trabalho de conscientização poderia contagiar as crianças, ocasionando o risco de transformarem-se em homossexuais.

A reprodução da desumanização dos sujeitos com traços desviantes encontra em algumas instituições sociais terreno fértil para a sua ratificação. Não obstante, a escola passa a atuar como um espaço de identificação de quem é ou não homossexual¹⁸. Uma vez identificado, o sujeito passa a ser vítima de uma não aceitação que é demonstrada pelas ações de violência física ou psicológica as quais contribuem para o ostracismo ou o isolamento. À vítima muitas vezes a evasão escolar torna-se uma das armas pela qual ela pode escapar aos insultos sofridos, frutos da baixa autoestima gerada pela não aceitação do indivíduo no grupo. Para os meninos que apresentam o “transtorno”, é comum a zombaria e a perseguição por

¹⁸ A discussão aqui apresentada sobre a escola como um espaço reprodutor de preconceitos às diferenças, notadamente aquelas ligadas à orientação sexual, foi retirada do livro *O que é Transsexualidade* (BENTO, 2010, p. 127-137).

parte dos colegas, o que permeia todo o processo caracterizado pela violência a que passa o homossexual neste processo¹⁹.

A escola tem se mostrado incapaz de lidar com a diversidade e, ao contrário do que deveria ser seu papel, acaba por reproduzir o funcionamento e a consolidação do sistema de gênero, bem como a produção da heterossexualidade como o padrão institucionalizado. As brincadeiras dirigidas aos homossexuais em sala de aula são condicionadas a um patamar que carregam ingenuidade, mas que representam, na verdade, um relevante instrumento para reproduzir o preconceito; aquilo que é considerado pelo grupo como uma brincadeira sem má intenção, condiciona a perpetuação da exclusão, e de maneira sutil, produz um ambiente que vai gradativamente afastando o homossexual da escola, tendo em vista que o que é considerado como uma ação banal voltada somente à diversão daqueles os quais partilham o ambiente representa para quem as recebe como algo que produz desconforto e constrangimento.

Diante desse quadro, é contraditório atribuímos a evasão àqueles que a abandonaram por terem sido vítimas do processo de perseguição e violência atrelado ao sexo, aquilo que é tratado como evasão representa, na verdade, uma tentativa de fugir do ambiente hostil e limitador que se apresenta o espaço escolar para o homossexual. Neste sentido, poderíamos substituir evasão por expulsão, visto que as ações violentas contribuem para o afastamento do sujeito do ambiente escolar, posto que ele se sente preso a uma arena de intolerância, o que acaba por contribuir para a reprodução da violência contra aqueles que não se encontram dentro do perfil da heterossexualidade.

Se ao aluno que se apresenta como homossexual no ambiente escolar é imposta a violência, o mesmo também pode ser observado aos profissionais que atuam na educação. Um professor, por exemplo, que apresenta tais características estará fadado aos mesmos preconceitos. A exemplo disso, pode-se mencionar os discursos presentes no espaço escolar quando um educador é identificado por tais características. O que predomina é uma visão de medo por parte de alguns sujeitos sociais, que não concordando com tal condição, passam a defender que os alunos os quais estão submetidos à companhia deste docente estão sujeitos a serem influenciados e, conseqüentemente, a se tornarem (também) homossexuais, como se a prática homossexual fosse uma condição a qual pudesse ser transmitida via contágio. Para os defensores desta visão, seria necessário afastar o homossexual deste tipo de atividade ou que a

¹⁹ Fátima Weiss (2012, p. 122) aponta que “segundo Rogério Junqueira (2009), o espaço escolar figura como uma poderosa instância de reprodução das lógicas homofóbicas. Ali, a homofobia é consentida e ensinada, produzindo efeitos devastadores na formação de todas as pessoas”.

escola nem deveria aceitá-lo como profissional, haja vista a ameaça que o docente poderia estar causando aos discentes.

Outra situação que pode ser percebida é a presença de profissionais da educação que não têm demonstrado preparo no sentido de lidar com a questão da diversidade, seja ela de gênero ou étnico-racial. Na ausência de uma qualificação adequada a qual permita ao educador vivenciar um trabalho que conte com a presença de homossexuais em sala de aula, é possível notar discursos carregados de preconceito, aversão, possuidores de argumentos que buscam excluir a presença do diferente no ambiente escolar, proferidos por muitos educadores. Neste caso, se trabalhadores da área educacional sentem dificuldades para conviver com essa questão, como poderia se esperar uma atitude diferente por parte dos alunos?

Obviamente, seria limitado atribuir a falibilidade de lidar com a pluralidade dentro do espaço escolar a questões intrinsecamente ligadas à escola. É necessário pensar que essa instituição está inserida dentro de um contexto maior que extrapola os limites de seu ambiente. Há, na sociedade, todo um projeto que articula a produção de indivíduos tidos como normais que atendem à demanda instituída pela sociedade e que, embora funcione fora da escola, encontra neste espaço um ambiente ideal para sua reprodução. Sendo assim, percebe-se que essas ações voltadas para a ratificação do projeto de consolidação da heterossexualidade como sistema dominante dentro do ambiente escolar representam um reflexo direto daquilo a que se assiste na sociedade, pois, sendo esta pautada no paradigma que impõe a relação homem e mulher como a ação natural, esperada pelos sujeitos sociais, não seria o ambiente escolar o único local em nosso contexto social que estaria isento dessa reprodução preconceituosa, contrária às minorias marginalizadas pelo sistema de gênero imposto aos indivíduos.

A sociedade está organizada nas bases da desigualdade, numa ação que segrega os normais e os diferentes. Não se trata, pois, de saber viver com as diferenças, de não identificar o diferente como estranho, mas de pensar que o tachado de estranho pode ser considerado igual. A ausência dessa compreensão gera a perpetuação da violência na configuração do modelo hegemônico instituído, mas sempre considerado como causa natural.

É com razão que a escola não pode ser vista como um instrumento isolado de reversão a essa visão naturalizada das reações de gênero; no entanto, é possível perceber que discussões que incorrem na sociedade brasileira em torno da sexualidade têm se refletido nos trabalhos realizados em sala de aula, o que nos permite testemunhar uma mudança significativa no modo de conduzir os trabalhos realizados por profissionais da educação, na

tentativa de trazer para o ambiente escolar a discussão sobre a diversidade que, através de uma ampla perspectiva, busca uma incessante produção de discursos contrários aos modelos que perpetuam o padrão heterossexual como modelo dominante; a escola, neste contexto, possui uma força significativa neste processo de disputa.

Nos últimos anos a expressão homofobia tem sido usada frequentemente por diversos setores da sociedade brasileira. Seja na educação, por meio de campanhas de conscientização, seja na imprensa, área jurídica, saúde, entre os movimentos de cunho social, dentre outras, o tema tem conquistado espaço, o que nos leva a refletir o quanto as agressões homofóbicas têm se apresentado como um problema de caráter social que precisa ser admitido. A difusão desse conceito atrelado às denúncias que são constantemente anunciadas, principalmente na mídia, tem levado a sociedade brasileira a tratar o tema com mais criticidade, levando diversas instituições a refletirem sobre seu papel no processo de combate e reprodução do fenômeno.

A tentativa de desestruturar as práticas agressivas ligadas ao preconceito e discriminação concernentes à orientação sexual requer um trabalho conjunto que abrange diversos setores sociais, uma vez que o trabalho do movimento anti-homofóbico precisa estar consciente de que a luta a ser travada perpassa por áreas que extrapolam os limites da sexualidade, de modo que o conflito abarca concepções de enfrentamento a grupos que estão inseridos no domínio legal do Poder Legislativo, mas que encontram obstáculos no que concerne ao exercício de seus direitos; isto porque, na prática, o direito não está vinculado somente à “letra”, pois envolve a sociedade dentro um sistema que interpreta culturalmente as leis. De um modo mais claro, mesmo que as leis de proteção aos homossexuais venham a ser homologadas, dependerá de toda uma aceitação por parte da sociedade para que estas possam ser de fato consolidadas.

Os resultados das práticas homofóbicas são extremamente danosos àqueles que sofrem em seu dia a dia com o preconceito e a discriminação, muitos dos quais chegam a sofrer agressões físicas. Porém, precisamos perceber que as consequências de tais atos atingem, não apenas o agredido, mas, indiretamente, toda a sociedade, pois a passividade perante atos violentos corresponde à reprodução e manutenção de uma sociedade cada vez menos comprometida com o bem-estar de seus partícipes. Segundo Velho (1996, p. 10):

A vida social, em todas as formas que conhecemos na espécie humana, não está imune ao que se denomina, no senso comum, de *violência*, isto é, o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros. *Violência* não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início,

associa-se a uma ideia de *poder*, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro.

Se a violência é uma ação presente no seio da vida social, a tentativa de combatê-la corresponde a uma obrigação que diz respeito à cidadania, sendo, portanto, competência de todo indivíduo lutar para amenizar tais práticas que ainda se perpetuam em nossa sociedade. Isto porque, as modificações que se assistem no âmbito da justiça brasileira refletem as transformações a que tem passado o Brasil nas últimas décadas; essas mudanças ocorrem justamente porque o Estado, que corresponde a um mecanismo gerenciador de satisfação das necessidades de todos os seus membros, permanece, de forma perene, sujeito a transformação, tendo em vista que o próprio ser humano que o institui está constantemente se modificando.

O combate à homofobia perpassa à necessidade que temos de compreender o conceito de alteridade. Segundo o dicionário Aurélio (1989, p. 34), entende-se por alteridade “caráter ou qualidade do que é outro”; em outro termo, poderíamos afirmar que tal conceito corresponde ao respeito ao próximo; a necessidade de poder contemplar os tachados de diferentes em todas as suas características peculiares; corresponde à prática de compreender que as diferenças estão presentes e não podem ser sublevadas ou esquecidas, mas, ao contrário, necessitam ser vistas com a atenção que merecem.

Se a sociedade é formada de modo plural, é singular compreender que a diversidade torna-se, neste contexto, presença obrigatória, o que força-nos a perceber que tratar o outro com os olhares desprovidos de preconceitos e discriminação representa a prática de uma cidadania revestida de alteridade. Mas, para que ações de violência ligadas à homofobia sejam banidas, muito trabalho ainda precisa ser feito. Se concebermos que o Brasil representa, de fato, um Estado democrático, não poderemos sustentar a ideia de construir uma sociedade arraigada em princípios preconceituosos, que ofuscam a urgência de se respeitar e aceitar as diferenças. Uma ação contrária contribuirá para a construção de uma sociedade marcada pela violência e intolerância, que abarca condição social, raça, sexo ou gênero, ou ainda outros modelos de violação, o que contribui para a reprodução de atos cada vez mais acentuados de agressão.

Um ponto relevante que requer atenção no combate à violência contra os homossexuais é que um número significativo das queixas de homofobia é manifestado no relato de agressões físicas e verbais, ameaças de morte, extorsões, além de preconceitos ocorridos em instituições como escola ou ambiente de trabalho. A grande questão é que na maioria das vezes os casos não recebem o devido tratamento por parte das autoridades, uma

ação que tem contribuído para a ampliação de ações homofóbicas que encontram na impunidade um campo fértil para manifestar sua atuação. Por esta razão, muitos optam pelo anonimato, numa tentativa de esconder sua orientação sexual por medo de se submeter a inconvenientes públicos que vão de críticas pejorativas, violência física até a exclusão do meio social por manifestar a homossexualidade.

Do ponto de vista jurídico, não podemos esquecer que no Brasil este assunto tem conquistado avanços significativos. Todavia, ressaltamos que o Poder Legislativo precisa atentar para as transformações a que tem passado a sociedade brasileira, no sentido de garantir aos cidadãos a garantia efetiva de proteção e de direitos que lhes são outorgados. Entre estes direitos estão incluídos aqueles que dizem respeito ao combate às práticas ligadas à homofobia, que se manifestam das mais diversas maneiras de violência contra os que professam relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Ao que tudo indica, aqueles que são agredidos por causa de sua orientação sexual, na maioria das vezes, não procuram a polícia por temer repressão dos próprios policiais, a vingança por parte do agressor ou, em alguns casos, de seus cúmplices; isto revela que há uma descrença na capacidade que o órgão policial, ou a própria de justiça, tem de resolver conflitos os quais, uma vez comprovados, se tornaria ineficiente a um homossexual procurar uma delegacia. Se houvesse um trabalho de segurança pública que priorizasse atitudes de respeito aos cidadãos, independente de sua origem ou condição social, a repressão à homofobia seria ampliada, o que representaria um aumento na qualidade de ações preventivas. Neste contexto, corroboramos com Sinhoretto (2011, p.29) quando afirma que:

A antropologia política da administração de conflitos tem constatado que as instituições estatais, ao menos na experiência brasileira, não são cegas como deveria ser Themis, deusa da justiça, mas, ao contrário, enxergam muito bem as clivagens sociais, raciais, de gênero, culturais e religiosas, e reservam tratamento diferenciado para tipos de conflitos e para indivíduos conforme a posição que ocupam numa hierarquia de valores, pessoas, coisas e lugares.

Neste contexto, há de se perceber que seria necessária uma mudança de mentalidade por parte de alguns órgãos de segurança pública, começando pela polícia, que deveria garantir os direitos às minorias submetidas a atos de violência. Tal ação é necessária para desarticular a falta de atenção que muitas vezes é dada a determinadas categorias sociais que necessitam utilizar o serviço público de segurança e que, em alguns casos, são frustradas por não apresentarem uma posição social que mereça o cuidado dispensado por alguns policiais. Se isto fosse inserido como uma prática da sociedade, teríamos um aumento significativo de

violência contra homossexuais em nosso país, não em números, mas em registros, o que possibilitaria um diagnóstico mais fiel do problema, viabilizando a construção de políticas públicas que viessem a combater tais práticas.

Desta forma, a sociedade, e conseqüentemente as leis, neste contexto, mudará à medida que se perceber a necessidade de se evocar os direitos humanos e a compreensão da homossexualidade como um processo patológico inserido no conflito identitário. A luta corresponde ao processo do reconhecimento da existência da homossexualidade sobre a qual ninguém pode omitir sua existência. Esse é um conjunto de transformações que perpassa o direito de ser aquilo que se é; uma ação que exige da sociedade muito mais do reconhecimento dos direitos humanos do que a ligação automática entre homossexualidade e enfermidade²⁰.

Essa falta de reconhecimento por parte da sociedade acaba gerando um processo de violência sofrido pelos homossexuais. Não é raro acompanhar pelos meios de comunicação exemplos de pessoas que têm sofrido constantemente com ações violentas onde os agressores sempre partem do princípio de que toda identidade de gênero incompatível com a heterossexualidade é uma associação automática com pessoas inferiores que precisam ser dizimadas. A ausência de uma atitude enérgica por parte das autoridades, reprimindo tais práticas, acaba gerando uma impunidade que serve de estímulo à perpetuação desta violência. Essa não aplicação da lei no combate a essas práticas violentas está ligada a uma hierarquização dos crimes, isto ocorre porque a punição muitas vezes é associada ao perfil de vida apresentado pela vítima. Desta forma, quando ocorre o assassinato de algum sujeito social inserido no grupo GLBTTT, é comum associar a ideia de que o assassinado foi um gay e não uma autoridade, ou pai de família, o que põe o assassinato de um homossexual num patamar inferior. A reação da sociedade está diretamente ligada ao fato de o gay ter sido vítima de uma consequência de uma escolha mal feita em vida, o que justificaria, até certo ponto, a ação violenta do agressor.

A vítima é estigmatizada como merecedora daquele “castigo”, haja vista que no censo comum a homossexualidade é a porta que se abre para esvaziar o sujeito de qualquer resquício de humanidade, ou seja, a condição de homossexual em nossa sociedade põe o sujeito numa condição de inferioridade, isto porque a não aceitação das diferenças de gênero colabora para a manutenção desse olhar social de que a normalidade está pautada exclusivamente na

²⁰ “Em grande parte devido às pressões dos movimentos homossexuais, em 1973, a homossexualidade deixou de ser classificada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria. Ao longo dos anos, um número crescente de médicos e psicoterapeutas deixaram de tentar “curar” seus pacientes homossexuais, mas nem por isso deixaram de agir no campo da sexualidade”(FRY; MACRAE, 1985, p. 49).

heterossexualidade e que a apresentação de traços desviantes denota a ação de indivíduos que não demonstram o domínio da normalidade requerida pelo grupo social, o que relega o homossexual a um patamar inferior.

Reiteramos que, no que tange à ação do governo no combate à homofobia, existe uma necessidade urgente de decisões políticas que levem em consideração certos cuidados por se tratar de um assunto observado por diversos olhares, que elaborem leis circunscritas na lógica dos direitos humanos voltadas para efetivamente criar uma áurea emancipatória, capaz de sintonizar diferentes olhares, desenvolver inquietações, estimular sensibilidade, desestabilizar dogmas e criar instrumentos de combate ao próprio enfrentamento que tais sanções venham possivelmente a produzir.

No Brasil, foi publicado o decreto que estabelece o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia, o que representa um significativo avanço no que diz respeito à luta pelos direitos dos homossexuais. Obviamente, tal atitude, embora merecedora de nosso reconhecimento, está longe de resolver os inúmeros problemas que vivem os casais em relações homoafetivas estáveis no que diz respeito a preconceitos sofridos, pois ainda falta muito trabalho a ser feito pelo Legislativo no sentido de garantir a regulamentação de seus direitos.

Somos conscientes de que a eficácia de trabalhos que objetivam à problematização da homofobia está diretamente relacionada à compreensão que possuímos acerca do nível de institucionalização que permeia os diferentes grupos sociais e suas relações com outros mecanismos discriminatórios. Precisamos estar atentos a condições e tensões que perpassam em nosso país e que são responsáveis pelas circunstâncias nas quais o preconceito e a discriminação encontram ambientes propícios à sua reprodução.

Ignorar a prática da homofobia em nossa sociedade representa ofuscar o papel que cada cidadão tem na construção de uma sociedade mais justa; reiteramos que a mudança de mentalidade no sentido de reconhecer os direitos a uma minoria soa como fruto não apenas da mudança social consequência de um processo histórico, mas também como resultado da luta pelo reconhecimento dispensada por aqueles que reivindicam a prática de sua orientação sexual desprovida de visões preconceituosas.

4 UMA BREVE GENEALOGIA DA COMUNIDADE CRISTÃ NOVA ESPERANÇA EM NATAL

A linguagem religiosa do nosso país é, pois, uma linguagem da relação e da ligação. Um idioma que busca o meio termo, o meio caminho, a possibilidade de salvar todo o mundo e de em todos os locais encontrar alguma coisa boa e digna. Uma linguagem, de fato, que permite a um povo destituído de tudo, que não consegue comunicar-se com seus representantes legais, falar, ser ouvido e receber os deuses em seu próprio corpo.

Roberto DaMatta

Nos últimos anos têm-se assistido a discussões abertas acerca de questões ligadas à homossexualidade ou termos ligados à questão das relações sexuais sobre pessoas do mesmo sexo. A questão abriu precedentes para a religião cristã, em especial as igrejas convencionais que não dialogam com práticas sexuais desvinculadas da heterossexualidade, se impor abertamente, adotando um discurso intransigente no sentido de combater essa prática, sob a justificativa de que tal ação seria algo abominável, segundo a Bíblia. No entanto, há de se perceber que um conceito religioso pode ser modificado, isto porque, empiricamente, as instituições sempre mudam à medida que as exigências das atividades exercidas pelo homem também se modificam, isto ocorre porque “o modo de vida determinado religiosamente é, em si, profundamente influenciado pelos fatores econômicos e políticos que operam dentro de determinados limites geográficos, políticos sociais e nacionais” (WEBER, 2002, p. 310).

Não obstante, à medida que um grupo minoritário ganha força, abre-se margem para que este reclame para si uma maior participação na sociedade, numa ação que os leva progressivamente a buscar seus espaços. Em um país onde a maioria esmagadora declara-se cristã, é conveniente pensar que pessoas que possuem uma orientação sexual que foge do modelo socialmente instituído exijam para si o direito de participar da religião. Na impossibilidade de romper abruptamente a visão hegemônica cristã, é oportuno projetar novas igrejas que não apontem a questão da sexualidade como fator primordial para a condenação no seio cristão. Estas instituições, no entanto, não estão voltadas apenas para o acolhimento daqueles que estão vinculados ao grupo GLBT, nem tampouco se autodenominam “igreja para homossexuais”, mas ao contrário se impõem como igrejas cristãs, notadamente evangélicas, que não projetam a orientação sexual como ponto de exclusão. Como afirma Musskopf (2008, p. 168):

A própria expressão “igreja gay”, além de não ser usada por estes grupos, não reflete sua proposta de “ser igreja”. Em muitos casos pode-se falar de uma igreja *para* pessoas GLBT, que surgem e se organizam justamente por

estas pessoas não poderem viver sua religiosidade nas igrejas tradicionalmente constituídas. Outras preferem definir-se como organizações “inclusivas”, no sentido de que estão abertas a todas as pessoas, especialmente àquelas que se sentem “excluídas” de outros espaços.

Quando lidamos com os aspectos religiosos, não podemos esquecer que um conceito pode ser modificado, isto porque, empiricamente, as instituições sempre mudam à medida que as exigências das atividades exercidas pelo homem também se modificam. Assim, um paradigma pode cair por terra para dar lugar a outro que, quando não atende aos anseios de determinados grupos humanos ou não apresenta respostas que correspondam satisfatoriamente às suas necessidades, dará paulatinamente espaço para a adoção de novas verdades, dentro de um conjunto que abarca lutas, disputas, conflitos e processos sócio-históricos.

Na última década do século passado, assistiu-se a uma projeção de sujeitos sociais que puseram em xeque o modelo tradicional pautado exclusivamente no sistema heterossexual, o que contribuía para causar nos grupos GLBT'TT's certo desconforto, uma vez que sua postura não se apresentava compatível com a determinação imposta pelas igrejas tradicionais. Durante a pesquisa de campo, percebi que não eram poucos os indivíduos frequentadores da CCNE, que já haviam passado por outras igrejas e que declararam abertamente que não teriam abandonado suas congregações se não fosse o fato de serem literalmente excluídos após declararem-se homossexuais.

Em outros casos, havia a questão de continuarem se congregando, mas mantendo a omissão quanto a sua condição de homossexual, num processo que demandava naturalmente um desconforto, principalmente no trato dos discursos que eram proferidos pelos “irmãos” no que tange à questão da homossexualidade e à tentativa fracassada de olvidar uma condição que, quiçá, não seria obviamente aceita se sua orientação sexual viesse a ser declarada. Vendo sob esta ótica, fica claro compreender a razão de haver um número crescente destas denominações que atendem ao perfil daqueles que pronunciam declaradamente sua fé no cristianismo, mas que se encontram excluídos no meio das igrejas cristãs tradicionais.

A inauguração da CCNE em Natal marcou a inserção em nosso Estado de uma igreja cristã inclusiva, este termo é comumente utilizado para designar aquelas denominações que, de modo geral, convencionam-se aglutinar princípios fundamentais do cristianismo com a inserção de orientações sexuais não atreladas à heterossexualidade²¹, tem sido paulatinamente colocado no centro das discussões da sociedade brasileira atual. Isto se deve, principalmente,

²¹ Para Fátima Weiss (2012, p. 65), “Igreja Inclusiva, além de um termo êmico bastante controverso, pelo qual se designam as igrejas pode, em geral, ser definido em termos de compatibilizar sexualidades não heterossexuais e religiosidades cristãs; tais igrejas não são discriminatórias a LGBTs”.

pelo fato de nos últimos anos ocorrer uma enorme visibilidade dos grupos minoritários que reclamam para si o direito de gozarem dos direitos civis, independente de sua orientação sexual.

Convém lembrar que o surgimento de igrejas que acolhem a diversidade humana tem como efeito a denúncia do processo de marginalidade e exclusão dirigida aos homossexuais pela religião cristã em geral, haja vista que, ao atrelar tal orientação sexual à prática pecaminosa, muitos grupos religiosos acabam restringindo o direito à religiosidade àqueles que não estão enquadrados dentro do modelo requerido por estas instituições. Sob esta ótica, estaria justificado o surgimento de denominações como a Comunidade Cristã Nova Esperança, como um espaço alternativo para a prática religiosa por parte daqueles que almejam fazer parte do cristianismo sem estarem submetidos a um processo de repressão atrelado à sexualidade. Sobre este processo, afirma Jesus (2012, p. 73-74):

A grande parte destas igrejas é autônoma e existem apenas no país. Através da observação do conteúdo dos sites percebe-se que as “igrejas inclusivas” possuem discursos diferentes e conflitantes, doutrinários e com respeito às suas prescrições morais e que, apesar disto, todas têm ligação - e a utilizam como discurso fundador - com Igrejas tradicionais (Igrejas Protestantes, Pentecostais e Católica). (...) essas igrejas têm em comum o fato de que seus fundadores são oriundos de denominações cristãs tradicionais e que, em determinado momento de suas vidas, se desligaram das mesmas. Em alguns casos, fica evidente a manutenção da estrutura organizacional da igreja nos moldes das denominações de origem das lideranças.

Desta forma, convém perceber que estes grupos não objetivam separar-se das demais instituições cristãs voltadas exclusivamente para heterossexuais, tampouco não se reconhecem em relação a outras igrejas como antagonicos, mas sinalizam para a luta de uma nova corrente do cristianismo projetada na marginalidade de um sistema que já se impôs como dominante. Sendo assim, congregações que permitem a inserção da diversidade humana sinaliza como um ambiente acolhedor onde o indivíduo pertencente ao grupo GLBTTT pode converter-se e desenvolver sua fé em um espaço que reclama para si o título de imune ao preconceito.

Ademais, precisamos reconhecer que o surgimento desta categoria religiosa corresponde à própria identidade que caracteriza a sociedade brasileira, marcada pela ausência de uma homogeneidade étnico-cultural. Neste contexto, à medida que se tem um país formado por grupos com características totalmente distintas abrem-se margens para que a religião também se apresente de maneira significativamente diversificada. Neste sentido, o que poderia parecer, à primeira vista, como uma multiplicidade de igrejas que marca o cotidiano brasileiro, representa, de fato, uma complementaridade recíproca, onde a própria organização

social com múltiplas categorias exige uma oferta de núcleos eclesiais que atenda a uma complexa demanda que não encontraria espaço se adotássemos somente uma mão única no sentido de estabelecer a relação entre o homem e Deus. Desta forma, concordamos com DaMatta (1984, p. 115-116), quando afirma:

Assim, essas experiências religiosas são todas complementares entre si, nunca mutuamente excludentes. O que uma delas fornece em excesso, a outra nega. E o que uma permite, a outra pode proibir. (...) O que pode parecer singular no caso brasileiro, então, é que cada uma dessas formas de religiosidade seja suplementar às outras, mantendo com elas uma relação de plena complementaridade. (...) Assim, em vez de opor a religião popular à religião oficial, ou erudita, será melhor entender que suas relações são complementares. Como as vertentes de um mesmo rio ou as duas faces de uma mesma moeda. Desse modo, o oficial contém tudo o que pode legalizar, atuando a partir de fora. Mas o popular contém todas as formas que lidam com as emoções em estado vivo, atuando por dentro.

Neste sentido, o surgimento de igrejas inclusivas estaria diretamente ligado à visibilidade social que o grupo GLBTTT tem reclamado no sentido de lutar pelo espaço em nossa sociedade buscando suprimir as visões preconceituosas que lhe são dirigidas e ao desejo que muitos têm de querer fazer parte de uma instituição cristã, mas são tolhidos por sua orientação sexual. Sobre o surgimento destas instituições, afirma Lima (2009, p. 24):

O precursor da Teologia Inclusiva foi o reverendo Troy Perry, fundador e moderador da Fraternidade Universal das Igrejas da Comunidade Metropolitana – ICM. Nascido em Tallahassee, Flórida, foi criado em um lar cristão, de mãe Batista e pai pentecostal. Iniciou seu ministério aos 13 anos de idade pregando em Igrejas Batistas. Após casar-se e ter um filho passou a estudar no Midwest Bible College, em Chicago. Nos anos 60, buscou confirmação de Deus, que o fez compreender que uma pessoa podia ser homossexual e cristão. Em 1968, na cidade de Los Angeles, fundou a primeira denominação a aceitar homossexuais, a ICM. Em 2004, com 65 anos de idade, foi nomeado membro da Junta Administrativa do Chicago Theological Seminary.

Conforme Cristiano Silva²², Troy Perry descobriu-se homossexual ainda na adolescência, mas sua formação cristã o levou a contrair matrimônio com uma mulher. Ao tornar-se professor de teologia, investiu nos estudos acadêmicos sobre a relação homossexualidade e religiosidade cristã. Após expor sua condição, separou-se de sua esposa e passou a investir em suas pesquisas que o levaram a elaborar um livro intitulado *O Senhor é o meu Pastor e Ele sabe que eu sou gay*. O resultado do projeto foi sua expulsão do colegiado

²² Reverendo da Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo. Esse relato foi extraído do documentário *A fé e o arco-íris* (2010).

Batista e da igreja a qual congregava. Por esta razão, decidiu formar um grupo junto a outros pesquisadores e amigos na sala de sua própria casa para estabelecer um lugar de comunhão, realização de orações e estudos bíblicos com outros cristãos. As pessoas que ali se reuniam correspondiam àquelas que não eram bem-vindas nas igrejas cristãs convencionais, a saber: homossexuais, negros, mulheres divorciadas, mães solteiras ou qualquer um que fosse, por alguma razão, excluído de sua congregação de origem. Foi neste contexto que nasceu a primeira instituição cristã inclusiva.

Parafrazeando Daibert (2010), no Brasil, embora tenham ocorrido cerimônias isoladas que sinalizavam para a aceitação de homossexuais na liturgia cristã, a Igreja Presbiteriana Unida de Copacabana, no Rio de Janeiro, apresentou-se como a primeira instituição evangélica a emitir parecer favorável à inserção da homossexualidade em sua organização. Sua liderança era exercida pelo pastor Nehemias Marrien. Desta forma, como aponta Natividade (2008, p. 135-137), 1990 seria a data em que o pastor teria inaugurado, de fato, o movimento em nosso país, isto porque, segundo o autor, não houve uma produção de pesquisas que pudesse resgatar a trajetória dos grupos que atuaram antes desse período. Com seu desligamento no início deste século, articulado pelo Conselho de Doutrina e Ética, a igreja passou a chamar-se *Bethesda*. Seu posicionamento foi passivo de muitas críticas por meio de outras instituições evangélicas, principalmente por sua postura em defender a inserção da homossexualidade, realizar enlace matrimonial entre homossexuais e por ter ordenado, no final dos anos 1990, pastores homossexuais.

Um deles, Victor Ricardo Sotto Orellana, cuja formação religiosa havia se dado na Assembleia de Deus, juntou-se a um grupo militante homossexual, participando da criação da Igreja Cristã Gay. Mais tarde, tornou-se um dos fundadores da Igreja Acalanto. Assim, percebe-se que o movimento evangélico inclusivo no Brasil é bem recente. Somente nos primeiros anos do século XXI assistiu-se a uma propagação da Teologia inclusiva²³, quando em 2002, na Igreja Acalanto, realizou-se o primeiro culto voltado exclusivamente para o público GLBT.

Com a dissolução da Igreja Acalanto, surgiram dois grupos dissidentes, sendo a Comunidade Cristã Nova Esperança uma delas. Segundo Bruno Lima (2009), a CCNE em 2009, já contava com o estabelecimento de templos em 11 cidades em nosso país, mais duas congregações no exterior, uma na Argentina e outra em Lisboa (Portugal). Levando-se em consideração o número de participantes, a CCNE naquele momento representava a maior

²³ Corrente do cristianismo que defende a inserção da homossexualidade no espaço religioso cristão.

instituição evangélica da América Latina a inserir em sua organização pessoas hetero e homossexuais. Esta informação torna-se importante na medida em que nos faz perceber que a congregação de Natal não está isolada em seu propósito, mas, ao contrário, faz parte de um conjunto maior de igrejas que em seu conjunto formam a CCNE em nosso país. Sobre a presença de igrejas inclusivas em nosso país, aponta Daibert (2010, p. 68):

O Estado do Rio de Janeiro conta com a presença da Comunidade Betel que se declara uma igreja protestante, reformada e inclusiva. Fundada em agosto de 2006, atuou como igreja independente até março de 2010, quando a Assembleia Geral de Membros decidiu filiar-se à ICM. Além da Comunidade Betel, a Igreja Contemporânea também compõe o grupo de igrejas inclusivas no Estado do Rio de Janeiro. Esta fundada também em 2006, por Marcos Gladstone, que se converteu a fé cristã na Igreja Congregacional e por Fábio Inácio, ex-pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, possui dois templos na região central, um no Bairro Nova Iguaçu e outro em Belo Horizonte (MG). (...) Identificamos diversas outras igrejas de menor visibilidade: Igreja Inclusiva, Igreja Amor Incondicional, Igreja Caminho da Graça, Igreja Renovada Inclusiva para a Salvação (IRIS), Nação Ágape, Apostólica Nova Geração e Comunidade Família Cristã.

Em nosso Estado, a ideia de trazer a igreja para Natal partiu do pastor Bruno Lima que, conforme afirmou, teve o primeiro contato com a instituição em 2006, através da internet. Ao se deparar com o site, afirmou não conseguir entender como uma igreja poderia ser capaz de aceitar o princípio da inserção de homossexuais em um reduto cristão; não obstante, sua formação protestante, desde a infância, projetava um cristianismo que não articulava a relação entre cristianismo e homossexualidade; ao contrário, ele mesmo afirmou que seu interesse era sempre criticar esta ação, coagido pelos ensinamentos que havia adquirido nas congregações das quais fazia parte antes de conhecer a Teologia inclusiva.

Após estabelecer contato, participou, em 2007, de um retiro realizado em São Paulo, onde pôde intensificar suas relações com a igreja. Tal ensejo lhe oportunizou a experiência de vivenciar cerimônias espirituais e sociais²⁴, conhecer o pastor Justino, presidente internacional da Comunidade Cristã Nova Esperança, e auxiliá-lo na realização de um batismo²⁵. Bruno Lima trouxe a instituição para o Nordeste brasileiro, tornando-se o primeiro a instituir uma igreja inclusiva em nossa região.

²⁴ Referimo-me aqui às programações realizadas pela igreja que não estão diretamente vinculadas à questão da espiritualidade, mas que buscam momentos de descontração e interação que permitem aos seus membros terem um momento de lazer que lhes possibilite uma maior aproximação. Em seu livro, Bruno Lima (2009, p. 14) cita, por exemplo, os jantares temáticos como “o havaiano” onde os participantes vestiam-se a caráter ou “o jantar do sinal” no qual se utilizavam fitas para diferenciar os solteiros, namorados e casados.

²⁵ As imagens do batismo relatado por Bruno Lima, no livro *Cristianismo e Homossexualidade*, encontra-se disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=k2kPzYggyZU&feature=relmfu>>.

O movimento iniciou-se com um pequeno grupo de oração que funcionava semanalmente e que, segundo fui informado por um dos interlocutores, funcionava no bairro do Mirassol, em Natal. Gradativamente, a organização foi ganhando força, com a chegada de novos adeptos que, em sua maioria, já conheciam o cristianismo por haverem frequentado outras denominações antes de conhecer a CCNE. Com aumento do número de partícipes, a pequena sala já não comportava mais a quantidade que ali se reunia, cogitou-se a possibilidade de passar para um ambiente maior, o que insurgiu a necessidade de dar continuidade àquele trabalho através da organização de uma igreja. A ideia foi recebida com estranheza pela pastora *Débora* que, segundo ela mesma relatou em um dos cultos, não conseguia ver uma igreja com estas características em nossa cidade, dadas as dificuldades que os membros, que naquele momento representavam um número reduzido, precisariam enfrentar, o que incluiria o preconceito para estabelecer uma igreja inclusiva em nossa cidade.

Débora havia substituído o pastor Bruno Lima que havia se afastado para se dedicar à escrita de seu livro *Cristianismo e Homossexualidade*, lançado em 2009. A mudança implicou na investidura de duas pastoras que eram provenientes da Igreja Batista e que se dispuseram a assumir o ministério da CCNE em Natal, a qual estava sendo por elas dirigida à época desta pesquisa.

Com a instalação da igreja na Avenida Bernardo Vieira, estava consolidada a implantação de uma igreja inclusiva em nosso Estado, a primeira a realizar um casamento homoafetivo na região Nordeste. Na última cerimônia conduzida naquele templo, foi feita uma retrospectiva que consistiu numa análise, afirmaria nostálgica, sobre os momentos em que a congregação funcionou naquele local. O culto fora realizado em 13 de maio de 2012, na ocasião foi aberta a oportunidade para a liderança da igreja e os membros mais antigos expor as experiências cristãs vivenciadas naquele recinto.

A pastora *Débora* afirmou que não conseguiria esquecer os primeiros dias de instalação da CCNE naquele espaço; sentia, no início, um desconforto em saber que a igreja precisaria pagar o aluguel do prédio, mas não contava com um número tão expressivo de membros para realizá-lo; isto porque todas as despesas da igreja eram, e ainda são, custeadas pelas doações que são efetuadas pelos seus partícipes. Por uma razão óbvia, a aquisição de materiais responsáveis pelo bom funcionamento do templo seria diretamente proporcional à quantidade de doadores que a igreja pudesse contar, os quais na época, segundo afirmou, não eram muitos. Ademais, lembrou que logo nos primeiros dias a igreja foi surpreendida com um arrombamento que não fora descoberto os autores, deixando a instituição na época com um sério prejuízo.

Além disso, havia um desconforto porque era muito frequente a presença de pessoas que vinham à CCNE por curiosidade com o intuito de saber como funcionava uma igreja para GLBTTT's. A pastora anunciou que sempre respondia dizendo que se houvesse algum interesse em saber como a congregação funcionava, era só comunicar-lhe que ela mandaria um e-mail ou daria um estudo para expor a organização da instituição.

Gradativamente, o número de participantes foi aumentando, principalmente através do trabalho dos próprios membros que convidavam outras pessoas a conhecer a igreja, além das atividades litúrgicas que funcionavam como um instrumento missionário para a divulgação da teologia inclusiva em Natal. Com o aumento significativo de pessoas frequentando aos cultos, o templo na Avenida Bernardo Vieira não comportava mais a quantidade de indivíduos que se dispunham a participar da CCNE. Em inúmeras ocasiões, principalmente nos cultos de domingo, que sempre contavam com um número bem expressivo de frequentadores, a pastora solicitava aos que já faziam parte da congregação a assistirem ao culto de pé para poder oferecer assentos às pessoas que visitavam a igreja. Assim, havia a necessidade de buscar um espaço maior, o qual fosse capaz de atender ao público sempre presente que participava das liturgias e que aumentava a cada semana. Porém, precisava-se de local onde pudessem alugar por um valor que correspondesse às condições financeiras da igreja. Durante alguns cultos, eram dirigidas orações no sentido de encontrar um prédio que pudesse atender à instituição.

O prédio encontrado para sediar o novo templo da CCNE localiza-se no bairro do Alecrim, onde hoje se encontra a igreja, na esquina da Avenida Presidente Bandeira com a Avenida Jaguarari. O espaço é bem mais amplo, o que corrobora para o desenvolvimento das atividades sem o desconforto de um ambiente apertado, o qual proporciona condições para todos assistirem às cerimônias sentados.

Todavia, há uma observação a ser feita no que tange à mudança de endereço da igreja da Bernardo Vieira para o Alecrim. Em meu diário de campo, registrei reclamações dos membros em virtude da dificuldade que muitos partícipes encontram para chegar ao novo templo, devido à localização, registre-se que no antigo prédio a acessibilidade era bem maior, sobretudo para aqueles que vinham da zona norte de Natal, por exemplo, e que não possuíam veículo próprio para se deslocar, desciam a poucos metros da igreja. Porém, para estas pessoas que dependem de transporte coletivo para chegar ao local atual da instituição, ocorre um significativo desconforto dada a falta de acesso para aqueles que não dispõem de alternativa de locomoção para se dirigirem até à Avenida Presidente Bandeira.

Em conversa com alguns membros²⁶, cheguei a dialogar com pessoas que me informaram da dificuldade em assistir aos cultos naquela localização porque dependia de realizar uma caminhada relativamente longa até chegar à igreja e que, dado os riscos de se expor a violência, a exemplo disso eram os assaltos, ocasionados pelo trajeto que após aos cultos realizados à noite inviabilizava o retorno para casa o que, conseqüentemente, comprometia sua assiduidade às cerimônias, principalmente aos cultos que aconteciam no horário das 18 às 21 horas.

Quando estava para concluir o trabalho de campo, enquanto os membros realizavam os últimos retoques na organização do novo templo, os cultos estavam sendo realizados no Parque das Dunas. As pessoas foram comunicadas por mensagens compartilhadas via telefone móvel para garantir a realização das cerimônias. Participei de alguns cultos na atual sede e pude testemunhar que, para aqueles que estavam participando das cerimônias naquele espaço, havia certa euforia em poder desenvolver as atividades da igreja em um ambiente bem mais amplo.

Essa mudança, na verdade, reflete o crescimento da instituição em nossa capital. Um movimento que havia se iniciado como uma pequena célula de uma igreja inclusiva cuja sede central localiza-se em São Paulo, ganhou forças. Na análise feita pelas pessoas sobre a trajetória da CCNE em Natal, não foram omitidas as dificuldades pelas quais a igreja passou e, quiçá, tem passado para se estabelecer enquanto instituição. Se a mudança de local gera em alguns participantes de uma igreja certo desconforto, nos discursos ali proferidos percebia-se o sentimento de euforia por estar cultuando a Deus, numa rede de relações que acaba por ofuscar a angústia da incerteza e a garantia de proteção espiritual proporcionada pela instituição.

4.1 UMA DESCRIÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA CCNE

Quando iniciei a pesquisa de campo, a Comunidade Cristã Nova Esperança estava localizada na Avenida Bernardo Vieira, no bairro de Lagoa Seca, em Natal. Com um prédio bastante modesto, sem muitos detalhes em sua fachada, a igreja contava com 90% de pessoas pertencentes ao grupo GLBT. Esse foi o número indicado por um dos presbíteros²⁷ da congregação, mesmo número que foi divulgado por uma das pastoras em entrevista ao jornal

²⁶ Diário de campo (outubro de 2012).

²⁷ Presbítero corresponde a um cargo de ministro dentro da igreja. Ele é o responsável pela congregação depois do pastor e co-pastor.

Diário de Natal²⁸; no entanto, à medida que eu conversava com outros membros, percebi que não havia um número consensual sobre esta questão, por razão óbvia: não havia uma preocupação por parte da liderança da igreja em averiguar a sexualidade de seus membros. Certa vez, um dos entrevistados chegou a brincar dizendo que no preenchimento da ficha batismal²⁹ não existia este tópico: “e aí, você é ou não é gay? (risos)”³⁰. Isto porque a própria placa acima da igreja já anunciava o propósito daquele espaço religioso: “CCNE NORDESTE acolhendo a diversidade humana”.

Um dos entrevistados chegou a afirmar que havia 30% de heterossexuais frequentando aos cultos, mas a julgar pelo que observei, defendo que esta informação estava deslocada, tendo em vista apresentar um número bastante elevado, se comparado com aquele informado pela liderança da igreja. Ademais, o entrevistado declarou-se heterossexual, o que justificaria sua intenção ao pronunciar a informação sem nenhum compromisso com a exatidão.

Na reportagem mencionada pelo jornal da capital, fora anunciada a máxima de que a CCNE seria uma “igreja para gays”; no entanto, aqueles que fazem parte da instituição não a veem desta forma, mas, ao contrário, projetam a igreja como um espaço onde os cristãos cuja orientação sexual diverge da heterossexualidade podem exercer sua religiosidade sem serem rejeitados ou vitimados pelo preconceito. Sobre esta questão, Musskopf (2003, p. 135-136) afirma que:

Nesses lugares, em geral ainda escondidos e camuflados, à margem dos grandes centros de circulação e, portanto, num clima de clandestinidade e exposição dessas pessoas a inúmeros riscos, é que elas se encontram para compartilhar suas histórias, construindo comunidade. Nesses espaços, produz-se uma *subcultura gay* (...), com linguagem, sistema de símbolos, códigos de vestimenta e normas de comportamento e estilos de vida próprios. Por isso, essa comunidade também desafia os conceitos tradicionais de *eclesiologia* (...). Essa não quer ser uma *eclesiologia* especificamente para *igrejas gays*, mas um exercício de respeito às diferenças e de envolvimento na luta contra estruturas heterossexistas opressoras e na busca por justiça para todas as pessoas.

Pude observar que, durante as entrevistas, sempre se repetiam os discursos de que ali era um espaço voltado para atender a todos que desejassem se aproximar de Deus, inclusive os heterossexuais. Jesus (2012, p. 66-67) aponta que esta é uma projeção vivenciada em todas as igrejas que atendem à diversidade humana no seio cristão. Segundo a autora:

²⁸ Reportagem divulgada em 27 de fevereiro de 2011.

²⁹ Por ocasião do batismo, o neófito preenche uma ficha com seus dados pessoais. Ao que tudo indica representa um cadastro em que a igreja recolhe informações sobre seus membros.

³⁰ Diário de campo (setembro de 2001).

É interessante perceber que as igrejas que se afirmam “inclusivas”, - embora sejam direcionadas a uma perspectiva de inclusão e aceitação da homossexualidade como perfeitamente compatível com uma religiosidade cristã expressa por elas -, não são exclusivamente para homossexuais, estando abertas a todas as pessoas, incluindo, assim, heterossexuais.

A maioria dos membros assíduos na igreja é composta por homens, entre 19 e 45 anos. Segundo informação de um dos presbíteros, em 2011 a igreja contava com 50 membros. Esta questão sobre o número exato de frequentadores em uma instituição cristã é extremamente relativa haja vista que a assiduidade é significativamente flutuante. Por exemplo, quando fui informado a respeito desta quantidade, percebi que nas semanas seguintes outras seis pessoas havia se convertido por meio da declaração pública de aceitação ao evangelho via recebimento de Jesus Cristo como salvador pessoal³¹. Sendo assim, o número já estaria desvirtuado daquele que me fora informado anteriormente. Ademais, era notória a evasão de pessoas que frequentavam e que depois de alguns dias não conseguia mais vê-las nos cultos. Sobre esta questão, informou *João Batista*:³²

Muitas pessoas têm dificuldades para permanecer na fé porque não conseguem resistir à tentação. Muitos que viviam uma vida de pecado e aceitam a Cristo precisam se consagrar para não voltarem para o mundo. Eu mesmo já me desviei da igreja uma vez. Eu era viciado em cocaína, entrei na igreja, mas não consegui me libertar das drogas naquele momento. Agradeço a Deus e ao apoio dos irmãos que ajudaram em minha libertação.

(Diário de campo, abril de 2012)

Durante a realização da observação participante, a Comunidade Cristã Nova Esperança era dirigida por duas pastoras, que a julgar por suas condutas pareceu-me que ambas possuíam um laço de amizade muito forte com os membros da igreja e que conheciam a história de vida de cada um daqueles que eram assíduos na congregação. Elas eram auxiliadas por dois presbíteros e cinco diáconos. Cada departamento que compreendia a música, a tesouraria, a secretaria, o setor de evangelismo e o culto do lar contava com o auxílio de pessoas que estavam responsáveis cada uma por uma área específica da igreja. Na semana em que ocorriam eventos especiais, havia um grupo específico que ficava responsável pela organização física do templo.

Às quartas ou sextas-feiras é realizado o “culto do lar”, onde um grupo de membros vai à casa de um determinado “irmão” (fui informado que o anfitrião não precisaria ser

³¹ A discussão sobre a conversão será melhor abordada no capítulo 6.

³² *João Batista* referia-se àqueles membros que não vivenciaram uma experiência cristã antes de conhecerem a CCNE.

necessariamente um membro da CCNE, pois a igreja estaria aberta a realizar este trabalho no lar de qualquer um que a convidasse) e realiza a cerimônia em frente ao domicílio e ao ar livre ou dentro de casa se a família assim o preferir. Eles chegam entre 40 minutos e uma hora antes de iniciar o culto, preparam os assentos e o som. A organização é conduzida pela irmã *Maria* que nunca esconde sua paixão pela música. Ela participa da banda da igreja e canta hinos, ora solo, ora em dueto. Após escolher a função de cada participante, é anunciada na congregação a casa escolhida para a realização da cerimônia naquela semana. A liturgia é bastante simples, oscilando entre a realização do louvor e o desenvolvimento da pregação sempre com um apelo no final, fazendo um chamado para os ouvintes aceitarem o evangelho. Não é regra, mas fui informado de que geralmente ao término do trabalho é costume o anfitrião servir alguns comes e bebes.

O sermão pronunciado no “culto do lar” é geralmente realizado por uma das pastoras e nunca faz qualquer referência à questão da inclusão, nem apresenta algum enfoque doutrinário, pois como informou o presbítero *Eliseu*:

Este culto é aberto a toda a comunidade e o objetivo dele é levar o evangelho de Cristo a todas as pessoas. Sempre que realizamos este trabalho, tomamos cuidado para não expor a questão da orientação sexual. É claro que não fazemos esforços para esconder o que somos (risos), mas achamos que não fica legal fazer esse tipo de discussão nestas ocasiões. O interesse realmente é evangelizar.

(Diário de campo, outubro de 2011).

Pude perceber que este trabalho, além de dirigir o esforço de projetar a evangelização, também serve como uma oportunidade de estreitar os laços de amizade entre os membros da congregação, isto porque, nestas ocasiões, a frequência dos membros da igreja é menor, o que permite uma maior aproximação por parte daqueles que dele participam. Ademais, após o culto ocorre uma espécie de confraternização, onde as conversas informais se tornam um excelente mecanismo de aproximação entre as pessoas ali presentes.

Tive a oportunidade de acompanhar uma preparação para um culto de “santa ceia”³³ que ocorreria em um domingo. Foi-me relatado que aquela era a rotina sempre que alguma ocasião especial estava para acontecer. Normalmente o grupo de dança que era responsável pelas coreografias se reunia para o ensaio; o mesmo ocorria à banda de música que se reunia

³³ O culto de santa ceia é realizado sempre no primeiro domingo de cada mês. Para os cristãos, esta é uma cerimônia especial, tendo em vista que neste dia toda sua liturgia está voltada para lembrar o sacrifício de Cristo pela humanidade. A participação do fiel ingerindo o vinho e o pão é uma demonstração pública de renovação de sua fé junto ao cristianismo.

semanalmente para estabelecer os preparativos para as apresentações que ocorriam durante os cultos.

Na tradição cristã, a santa ceia possui em sua liturgia a prática de estreitar a comunhão entre o homem e Deus. Após a realização de vários louvores e de uma pregação (na CCNE esta é conduzida pela pastora *Débora*), os diáconos passam pela congregação entregando às pessoas presentes uma pequena taça com suco de uva (eles anunciam na igreja como vinho, simbolizando o sangue derramado no sacrifício de Cristo), que é tomado logo após serem lidos os versículos³⁴ e feita uma oração. Em seguida os mesmos diáconos passam distribuindo um pedaço de pão que segue o mesmo ritual. Não são feitas exigências sobre quem podia ou não participar da ceia. A pastora *Débora* sempre enfatizava que a igreja não tinha e/ou não tem autoridade para fazer este tipo de objeção. No entanto, não descartou a importância de cada um ali presente averiguar sua consciência para não estar consumindo o “sangue” e “corpo” de Cristo indevidamente.

Nos momentos que antecediam o culto, as pessoas aguardavam com reverência e se cumprimentavam com discrição, não havia movimentação pela igreja, a liturgia seguia o mesmo padrão utilizado pelas igrejas hegemônicas. Contudo, não pude deixar de notar que logo acima do altar lia-se a inscrição: “Jesus, o único digno de louvor”. Neste contexto, a ênfase à música era uma marca saliente da congregação. A frase foi retirada após alguns cultos, provavelmente pela dinâmica de arrumação que impunha mudanças constantes na organização física do templo, principalmente quando ocorria algum culto festivo: santa ceia, aniversário de algum líder da instituição, aniversário da igreja, período da semana santa (esta é realizada pelas igrejas cristãs como forma de lembrar a morte e ressurreição de Cristo e para enfatizar este sacrifício como prova do amor de Deus pela humanidade), visita de irmãos de outras congregações. As cerimônias que se diferenciavam dos cultos que aqui denominarei “convencionais”³⁵ exigiam sempre uma arrumação mais sofisticada no espaço físico da congregação. No que tange à aceitação à diversidade humana, registrei:

Em relação à questão da inclusão, não há nada na estrutura física da igreja que denuncie a inserção da homossexualidade, nenhum cartaz, panfleto, desenho. Enfim, em relação à questão de gênero não há nada físico que denote diferença, o culto é realizado dentro do mesmo padrão que as igrejas evangélicas em geral. Os homens, notadamente homossexuais, usam roupas convencionais, as mesmas usadas em qualquer igreja cristã. Não percebi nenhuma pessoa que se vestisse diferente do padrão exigido a homens ou

³⁴ Durante a realização da santa ceia na igreja são sempre lidos os versículos 23 a 26 do livro de I coríntios, capítulo 11, onde o apóstolo Paulo instruiu quanto à “celebração da ceia do Senhor”.

³⁵ Utilizo aqui o termo “convencionais” para referir-me aos cultos que seguem à liturgia utilizada rotineiramente pela igreja, tendo em vista que esta sempre presencia um trabalho litúrgico diferenciado quando realiza-se alguma cerimônia especial.

mulheres pela nossa cultura. Nenhum estava travestido, mesmo uma moça sentada à minha frente, cuja roupa lembrava de longe o aspecto masculino, mas, mesmo neste caso, não havia uma demonstração acentuada que expressasse a saliência da homossexualidade. Embora fosse notória a presença de homossexuais ali presentes, o espaço da igreja parece ser preservado no sentido de não “extrapolar”.

(Diário de campo, setembro de 2011).

Julgo importante a exposição deste relato, visto que quebra a visão do senso comum sobre as igrejas inclusivas no tange à questão da sexualidade, isto porque a impressão que muitos têm quando se fala sobre uma congregação cristã que acolhe a diversidade humana, é que este espaço sinaliza para uma oportunidade do grupo GLBTTT extrapolar sensualidade, defender a prática do sexo livre num ambiente onde o cristianismo não seria reproduzido com seriedade. Não foram poucos os casos em que, ao ser interpelado sobre meu objeto de pesquisa, ouvi insinuações do tipo “cuidado, você pode ser influenciado”, “os irmãos lá podem querer te ‘converter’ à homossexualidade”. Neste sentido, concordamos com Musskopf (2008, p. 168) quando afirma que:

O surgimento de “igrejas gays” tem sido noticiado desde sempre como algo inusitado, estranho, muitas vezes em tom jocoso, como se organizações ou instituições deste tipo fossem uma contradição em si mesmas. Isto gera uma compreensão errônea e distorcida sobre o objetivo e a forma destes grupos. Supõe-se que queiram justificar o injustificável promovendo práticas e comportamentos moral e eticamente reprováveis.

Ao estabelecer uma aproximação maior com a CCNE, pude colher relatos os quais me fizeram perceber que na vida de muitos de seus membros, a igreja não está restrita somente aos vínculos espirituais. O espaço ali oferecido se estende a outras áreas da vida das pessoas que dela fazem parte. Para muitos, a igreja representa sua *família*, principalmente para aqueles que foram abandonados pelos seus parentes por causa de sua orientação sexual. Não foram poucos os relatos em que as pessoas declaravam: “na igreja encontrei verdadeiros irmãos que me aceitaram do jeito que eu sou”³⁶, o que permite perceber que a congregação se abre como um espaço de aceitação onde aqueles que foram marginalizados no seio familiar ou nas igrejas onde congregavam antes de conhecer a teologia inclusiva, acabam encontrado ali um ambiente de acolhimento.

Ademais, para alguns membros com quem conversei durante a pesquisa, não foi descartada a hipótese de que a igreja, em muitos aspectos, se torna um espaço privilegiado para encontrar bons companheiros para se estabelecer relações amorosas. Em um espaço onde

³⁶ Diário de campo (agosto de 2001).

peças dividem a mesma orientação sexual, compartilham a mesma fé e podem declarar sua relação abertamente, é conveniente pensar que a probabilidade para se conseguir um bom relacionamento não é algo ignorado, isto porque o convívio com os *irmãos* da igreja não se restringe apenas ao espaço dos cultos, mas corresponde a uma teia de relações que permite aos membros da instituição o estabelecimento de uma relação social que os remete a uma aproximação, quiçá, inevitável. Ademais, corroboramos que:

Podemos estar certos de antemão que as práticas do culto, sejam elas quais forem, são algo mais do que movimentos sem alcance e gestos sem eficácia. Pelo simples fato de terem por função aparente estreitar os vínculos que unem o fiel a deus, elas ao mesmo tempo estreitam realmente os vínculos que unem o indivíduo à sociedade, da qual é membro, já que o deus não é senão a expressão figurada da sociedade (DURKHEIM, 2000, p. 234).

Os cultos ocorriam semanalmente. Na terça-feira era realizado o discipulado, ou seja, neste dia os organizadores da igreja dirigiam o culto buscando algum tema relevante para a congregação. Das oportunidades que tive de estar nestas ocasiões, os temas sempre estavam ligados à questão da homossexualidade e religião ou, ainda, à relação entre o cristão e as políticas públicas atreladas à sexualidade, bem como temas que buscavam esclarecer aos fiéis pontos, na maioria das vezes, emblemáticos concernentes à Bíblia. Esses encontros representavam uma excelente oportunidade para que novos convertidos pudessem se aprofundar nos conhecimentos ligados à “palavra de Deus”³⁷ mas também às concepções e interpretações atribuídas às escrituras pela igreja. Em relação à liturgia, não havia uma produção tão intensa quanto ocorria em outros cultos.

Por ser um evento voltado exclusivamente à compreensão das doutrinas, os irmãos normalmente iniciavam cantando hinos, logo após era feita uma oração inicial, o orador responsável dirigia a explanação; encerrando-se com uma oração final. Dentre os dias que participei destes cultos, o que mais causou euforia naqueles que deles participavam foi quando o assunto que estava sendo debatido era *a homossexualidade à luz da Bíblia*. Por saber que esta questão abrangia meu objeto de estudo, fui informado pelo irmão *Jacó*, via email, de sua realização. A explanação realizada naquela noite, associada ao debate que prosseguiu durante o culto foi significativa para minha pesquisa.

Do ponto de vista teológico, há certa dificuldade para se caracterizar a CCNE uma vez que seus membros são provenientes das mais variadas instituições evangélicas gerando, com isso, uma diversidade que acaba impedindo uma caracterização exata sobre a igreja. Por

³⁷ Expressão comumente utilizada pelos cristãos para se referirem à Bíblia.

exemplo, em alguns cultos, afirmava-se que era um grupo pentecostal, em outras ocasiões neopentecostal. Desta forma, concordamos com a referência utilizada por Lima (2009, p. 33-34) quando afirma:

A CCNE pode ser considerada pentecostal de acordo com informações dadas pela liderança internacional da referida igreja, ou seja, acredita nos dons do Espírito Santo, como o falar em línguas, profecias, milagres. Entretanto, no meu ver, também poderia ser caracterizada como neopentecostal, já que as cerimônias religiosas são cheias de louvores, danças e celebrações. A única característica neopentecostal que não é pregada pela CCNE é a teologia da prosperidade, ou seja, não defende a ideia (*sic*) de que o cristão deve ser “obrigatoriamente” próspero em todos os aspectos da vida.

Às quintas-feiras ocorria o culto da vitória. Nesta ocasião, os membros da congregação tinham a oportunidade de assistir a pregações que estavam voltadas à orientação de como um cristão precisa proceder para alcançar bênçãos espirituais e materiais. Estava sempre em evidência a importância de estar em comunhão com Deus como mecanismo para se alcançar uma vida de êxitos. Pude observar que os cultos que ocorriam durante a semana não contavam com uma assiduidade acentuada por parte dos irmãos. Segundo o relato de uma das líderes isto se devia ao fato de muitos congregados trabalharem ou estudarem à noite, o que justificaria a ausência de uma parte significativa da igreja nos cultos que ocorriam às terças e quintas.

Aos sábados à noite realizava-se o culto de oração. Para os membros com quem conversei, este representava uma oportunidade para o cristão estar mais próximo a Deus, já que ali havia todo um trabalho no sentido de permitir que as pessoas presentes se mantivessem em reverência para “ouvir a voz do Senhor” e expor a Deus seus pedidos de oração. Nas oportunidades que tive de participar destas cerimônias, incomodavam-me as longas orações que fazíamos ajoelhados; não obstante à minha reação diante da situação, observava a devoção com que muitos irmãos vivenciavam aquele momento. Quando o templo mudou-se para o bairro do Alecrim, os cultos realizados aos sábados foram cancelados pela liderança da igreja. Segundo um dos presbíteros, o motivo estaria ligado à necessidade que muitos fiéis possuíam de estar com a família neste dia que, para muitos, é o único disponível durante a semana para fazê-lo.

O domingo estava reservado para duas cerimônias: pela manhã, o evento era dividido em duas partes: primeiro, realizava-se o culto de consagração, onde os membros tinham a oportunidade de participar de uma liturgia voltada especificamente para enaltecer a necessidade da aproximação entre o cristão e Deus. Em seguida, era realizada a escola

dominical, a qual durante o período da pesquisa estava voltada para o estudo do Gênesis, haja vista que a proposta dos líderes era seguir a sequência bíblica para garantir a leitura e o estudo das Escrituras Sagradas, por parte dos membros, seguindo a sequência do cânone bíblico.

À noite, às 18 horas, começava o culto evangelístico. No discurso de muitos membros com quem mantive contato durante as entrevistas, era frequente o uso da expressão culto festivo para referir-se ao culto do domingo. Neste dia, havia uma presença maior de visitantes, a maioria vinha por intermédio de algum irmão que havia estendido o convite. A música ocupava sempre um lugar especial nas cerimônias, era fácil para o visitante acompanhar os hinos, pois a igreja disponibiliza um “datashow” que expunha as letras das músicas que estavam em um banco de dados no computador o qual era manipulado, via de regra, pelo esposo de *Jacó*. Quando as músicas eram mais agitadas, caracterizando um momento de devoção carregado de euforia, os irmãos ficavam à vontade para dançar com discrição e acompanhá-las com palmas.

Todos os domingos, a liturgia seguia, com algumas exceções, a mesma sequência, a saber: boas vindas aos irmãos, serviço de cântico no qual se utilizava a harpa cristã, o momento de louvor (uma banda da igreja estava responsável por esta parte para a execução dos hinos), apresentação das visitas, o momento da pregação, o apelo aos visitantes (para aceitarem a Cristo) e a bênção apostólica³⁸. Esta organização era sempre intercalada pelas orações, que se realizavam, ora em pé, ora sentados.

Nos dias em que ocorriam conversões, os neófitos eram recebidos com palmas. Este era sempre um momento de extrema euforia, isto porque a chegada de um novo irmão representava o cumprimento missionário da igreja que consiste em levar pessoas à aceitação de Jesus Cristo como seu salvador. As pastoras, em geral, perguntavam-lhes o nome, expunham a satisfação que a igreja vivenciava com a conversão, sempre declaravam que a igreja estaria sempre de braços abertos para prestar-lhes assistência. Ao término do culto, o recém-chegado era cumprimentado pela maioria dos irmãos, que não media esforços para permitir que o novo convertido se sentisse bem, a partir de então, na sua congregação.

Aos visitantes sempre era dispensada uma atenção especial. Seus nomes eram mencionados durante o culto, recitavam-se frases de acolhimento e hinos eram entoados para fazê-los perceber que sua presença era sentida por todos. Os “irmãos” mais próximos eram orientados pelo dirigente do culto a saírem de seus lugares e demonstrarem hospitalidade

³⁸ Neste momento, para a finalização do culto, os congregados estendem as duas mãos para receberem a bênção apostólica, curvam suas cabeças em espírito de oração e o líder, geralmente uma das pastoras, pronuncia o versículo que se encontra em 2 coríntios 13:13: “A graça do senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós”, e acrescenta: “desde agora e para sempre”.

dando-lhes um caloroso abraço, uma atitude que estimula uma atmosfera de familiaridade por parte de todos os que dali fazem parte. Sempre lhes eram prometidos um brinde que poderia ser resgatado após a realização do culto e consistia em uma singela lembrança que continha um cartão de boas vindas acompanhado de uma Bíblia. Na verdade, soava muito mais importante o fato de reconhecer a presença daqueles que ainda não faziam parte da CCNE que o próprio valor do presente ali apresentado. Isto representava a gratidão da igreja pelo privilégio de recebê-los à congregação.

O modo cativante com que os visitantes eram tratados projetava o cuidado com o qual a igreja mantinha para com aqueles que ainda não faziam parte da congregação. Os cumprimentos repetitivos de boas-vindas e a preocupação em fazê-los sentirem-se bem soavam como uma maneira estratégica de envolver aquelas pessoas para ganhá-las para Cristo³⁹. À porta ficava um membro da igreja para receber as visitas, ele colhia informações como nome, bairro onde residia e telefone; assim ocorreu comigo nas minhas primeiras idas à instituição. Sem saber o objetivo de minha presença, o rapaz que me recepcionou dispensou-me atenção, afirmando que a igreja sentia-se feliz pela minha presença. Meu nome foi anunciado durante o culto e como sempre ocorre aos que chegam à primeira vez, recebi no final do culto um brinde, que consistia em um pequeno exemplar da Bíblia, acompanhado de um folheto que continha uma mensagem de cunho evangelístico.

A entrega do número do telefone ao recepcionista costuma-se não ser uma atitude despretensiosa, uma vez que os irmãos, não necessariamente a liderança da igreja, passam mensagens para esses números informando a programação da semana, principalmente quando ocorre alguma cerimônia especial, ou enviando versículos bíblicos. Quando conversei com *Zaqueu* sobre esta prática, após ter recebido várias mensagens suas com versículos da Bíblia, ele me informou que acha este trabalho extremamente importante, porque conforme relatou:

Já houve casos em que eu pensei em desistir da fé, mas os versículos que me enviaram me ajudaram a fortalecer minha fé. Além disso, eu acho que passando as mensagens é uma forma dos irmãos manterem-se mais unidos como igreja, não permitindo que ninguém se sinta fraco na fé. Ou seja, somos que nem uma brasa, se afastar do fogo se apaga. Fazendo isso, a gente fortalece a fé dos irmãos e também consegue manter todos informados sobre a igreja.

(Diário de campo, março de 2012).

³⁹ Expressão comumente usada no meio evangélico para expressar o interesse em converter pessoas ao cristianismo.

No contexto da pesquisa, esta ação surgiu como uma excelente oportunidade para eu estabelecer contato com muitos membros da igreja, o que permitia estar sempre informado sobre as programações, sobre a própria organização, além das informações inerentes à pesquisa. Mesmo depois da conclusão do trabalho de campo fui, por várias vezes, convidado a participar de programações promovidas pela igreja, através de ligações feitas por membros da CCNE.

A organização da CCNE segue um modelo de hierarquia que estabelece as funções que cada membro participante da congregação precisa ocupar para poder garantir a harmonia do desenvolvimento organizacional estabelecido pela liderança da igreja. Houve um caso em que, em um dos cultos, foi necessária uma ação mais energética da pastora *Dâmaris* quando julgou que esta ordem estava sendo ameaçada. Era um domingo, a igreja estava eufórica, a mensagem proferida pela pregadora naquela noite havia mexido espiritualmente com os “irmãos”. Após a pregação, alguns hinos foram cantados e em seguida iniciou-se uma fervorosa oração que agitou os fiéis. Uma jovem, que estava sentada na segunda fila, deitou-se no chão e passou a emitir sons, os quais para mim não faziam sentido. Uma senhora que não pertencia à CCNE aproximou-se daquela “irmã”, pôs a mão sobre sua cabeça e iniciou uma oração que chamou a atenção de toda a igreja, pois usava a voz acentuadamente alta e, utilizando-se de uma autoridade espiritual, passou a repreender aquilo que possivelmente seria um espírito que estaria perturbando aquela moça. A cena demasiadamente forte para os olhares daqueles que não estão inseridos no contexto cristão, faz-nos lembrar que:

É verdade que a vida religiosa não pode alcançar um certo grau de intensidade sem implicar uma exaltação psíquica que tem algo a ver com o delírio. É por esta razão que os profetas, os fundadores de religiões, os grandes santos, em uma palavra, os homens cuja consciência religiosa é excepcionalmente sensível, apresentam com muita freqüência sinais de um nervosismo excessivo e mesmo propriamente patológico: essas taras fisiológicas os predestinavam às grandes tarefas religiosas (DURKHEIM, 2000, p. 235).

A partir daí, todos pararam para acompanhar a cena. Após a jovem retomar seus sentidos, a pastora *Dâmaris* advertiu no púlpito que a CCNE possuía uma organização e entendia que Deus investiu alguns líderes para serem os responsáveis pela sua causa. Desta forma, a atitude daquela senhora em prestar assistência espiritual estava equivocada na medida em que havia um grupo específico ali representado e que está sob a responsabilidade de dirigir os assuntos pertinentes à espiritualidade entre os irmãos. Segundo a líder, “não é uma questão de condenar, pois Deus pode usar qualquer um, mas por uma questão de ordem,

seria mais interessante que as pessoas respeitassem a hierarquia da igreja”. Como alguém que estava no ambiente realizando uma pesquisa, a leitura que fiz da situação permitiu-me apreender que a questão se desenrolou em torno da inconveniência daquela senhora que, por não fazer parte da congregação, acabou tomando o lugar no trabalho daquele que deveria ser realizado pela liderança da igreja. Isto fica bastante claro quando analisadas outras ocasiões em que membros manifestaram o desejo de, no meio do culto, falar o que Deus havia lhe revelado e, mesmo estando no meio do público, que se encontrava sentado, pôde levantar-se e proferir o discurso o qual era projetado de uma forma extremamente inflamada, sem que houvesse qualquer reprovação.

No que tange ao trabalho social, a liderança da igreja se mostrava bastante preocupada no sentido de auxiliar pessoas que se encontravam com algum tipo de necessidade financeira. Assisti a ocasiões em que diante de pessoas que necessitavam de auxílio, a CCNE estava pronta a sanar o problema. A exemplo disso, menciono o caso de uma visita que a instituição recebeu do irmão *Neemias* o qual é responsável por uma instituição localizada na zona norte de Natal voltada para atender jovens que se encontram em processo de recuperação das drogas. A pastora *Débora* o chamou ao púlpito e o apresentou à congregação. Pediu-lhe para relatar sua trajetória com Cristo e como ele desenvolvia o trabalho com os jovens que o procuravam. Após a explanação realizada por *Neemias*, a líder ofereceu-lhe uma ajuda em nome da igreja e naquela noite explicou o trabalho que a CCNE tem realizado no sentido de ajudar pessoas que estão necessitando de apoio. Segundo ela, “era o que Cristo faria se estivesse em nosso lugar”.

A CCNE, a exemplo de outras instituições religiosas, é mantida pelo dinheiro que é doado pelos seus membros em forma de dízimos e ofertas. O primeiro corresponde a um compromisso que o cristão tem com Deus de devolver a décima parte de seus ganhos. Neste caso, o termo usado para o dízimo é devolver, isto porque no discurso cristão é uma parte do ganho que não nos pertence e que, portanto, independente da gratidão, precisa ser devolvido, neste sentido a Deus, por intermédio da igreja. Na antiga Israel, o povo tinha a obrigação de entregar essa parte aos sacerdotes tirando das crias dos animais domésticos ou produtos agrícolas, bem como outras rendas, como reconhecimento específico pelas bênçãos materiais permitidas por vontade divina, conforme Levítico 27:30-32; Números 18:21-26 e Deuteronômio 14:22-29. As ofertas, ao contrário, representam, segundo a igreja, uma prova de amor e, neste sentido, não é estipulado um valor específico, as pessoas ficam à vontade para fazê-lo. Em geral, no discurso proferido pelo cristianismo, a igreja expõe que ofertar é

uma ação de gratidão por aquilo que Deus tem realizado na vida do cristão. Portanto, a quantidade de dinheiro precisa ser proporcional às bênçãos a que o fiel tem alcançado.

Na CCNE, o recolhimento das ofertas e dos dízimos sempre ocorria ao final do culto. Enquanto era cantado um hino, dois obreiros eram solicitados pelo dirigente do culto para realizar o trabalho. Aos irmãos eram entregues envelopes, a saber: o envelope de cor vermelha era entregue especificamente àqueles que iriam devolver o dízimo, o verde para as ofertas e o amarelo era destinado à oferta de missões, ou seja, o dinheiro não era usado para a manutenção da parte física da igreja, mas destinado especificamente às pessoas que estão desenvolvendo algum tipo de trabalho missionário. No contexto cristão, a expressão *missionário* refere-se àqueles que trabalham na propagação do evangelho. Na maioria das vezes, evangélicos são voluntariamente deslocados de sua região para se dirigirem a outras cidades, ou países, com o intuito de realizar um trabalho que implique na conversão de pessoas ao cristianismo. Na maioria dos casos, a estada dos missionários é mantida pela igreja, o que justifica a aquisição de ofertas para esse fim.

Em algumas ocasiões eram realizadas outras campanhas no sentido de angariar fundos para o desenvolvimento do trabalho na congregação. Registro uma ocasião em que foi feito no púlpito um apelo aos irmãos para contribuírem na compra de cadeiras de plástico para atender ao número de membros que vinha crescendo paulatinamente e que não estava sendo assistido por falta de assentos suficientes e, por esta razão, a igreja contava com a sensibilidade dos fiéis no sentido de ajudar na campanha.

Sob este prisma, ficou claro que o uso dos envelopes não era o único meio utilizado para garantir a receita da CCNE. Quando havia a necessidade de comprar algum material específico e que demandava uma quantia significativa de dinheiro, na impossibilidade de usar os dízimos e ofertas que já possuíam destinos específicos, a igreja recorria a outras práticas para obter o dinheiro e uma dessas formas consistia na venda de rifas entre os irmãos. Houve uma vez em que foi sorteado um celular para a aquisição de um material que a congregação estava necessitando adquirir.

Um ponto importante que gostaria de ressaltar explorar diz respeito à ausência de crianças na CCNE. Durante o período que estive frequentando aos cultos, só registrei uma única vez um garotinho que acompanhava um casal homossexual masculino. A criança devia ter nove ou dez anos e dirigia-se a um deles como tio. Isto justifica o porquê de nunca haver nos cultos qualquer tipo de programação voltado para atender ao público infantil especificamente. Seria precipitado apontar os motivos para a falta de crianças entre os casais da igreja, isto porque ter ou não uma criança, além de incorrer em aspectos jurídicos, uma vez

que ainda há certa restrição para a adoção de crianças por parte de casais do mesmo sexo, pesa aspectos subjetivos, como o desinteresse que alguns têm de não ser pai ou mãe. Um dos interlocutores me informou que a razão para isto residia na dificuldade que os homossexuais têm em adotar legalmente uma criança no Brasil. No entanto, julgo importante não descartar outros motivos tais como o mencionado acima, ligados ao desinteresse que alguns possuem de não alimentar o desejo pela paternidade ou maternidade.

De qualquer forma, é importante registrar que a não participação de crianças no culto é uma característica acentuada a qual não poderia deixar de ser indicada. Durante a observação participante, não assisti, por exemplo, a nenhuma apresentação de crianças na igreja,⁴⁰ pois, como já havia mencionado, o público da CCNE é predominantemente adulto, não encontrei, por exemplo, nem mesmo adolescente ou pré-adolescente frequentando às programações daquela congregação.

⁴⁰ Algumas igrejas evangélicas não concordam com o batismo infantil. Onde isto ocorre, os pais são orientados apenas a apresentar suas crianças à congregação. Na ocasião, pai e mãe conduzem o filho até o altar da igreja, o pastor anuncia o nome da criança, chama a atenção da importância de educá-la sob os princípios do evangelho e, em seguida, a apresenta à igreja. Por fim, é feita uma oração onde os membros são solicitados a interceder por aqueles que terão a responsabilidade de criar seu filho, segundo “a vontade do Senhor”.

5 SIMILITUDES E DISCURSOS DIVERGENTES ENTRE A CCNE E AS IGREJAS CRISTÃS HEGEMÔNICAS⁴¹

O cristianismo, ao longo do tempo, consolidou-se como parte integrante da cultura ocidental. Dividida entre católicos, ortodoxos e protestantes, a religião cristã é hoje dona de uma hegemonia religiosa que impera no cotidiano brasileiro. Tomando como ponto de partida os ensinamentos registrados na Bíblia, tais grupos vão estabelecer suas verdades, atitude comum no seio de qualquer segmento religioso, independente do deus ou ídolos assumidos pelos indivíduos em sociedade. Assim, quando se conhece os caminhos trilhados pelos homens para a construção do discurso de massificação da conscientização da verdade estabelecida, sobre a qual os indivíduos passam a denegrir todos os credos que extrapolam o meio sobre o qual vivem, torna-se fácil compreender como o estabelecimento de novos dogmas pode se impor como uma nova verdade. Neste sentido, concordamos com Weber (2002, p. 312) quando afirma que:

Frequentemente, a geração seguinte reinterpreta (...) anunciações e promessas de modo fundamental, ajustando as revelações às necessidades da comunidade. Quando isto ocorre, então, é comum que as doutrinas religiosas se ajustem às necessidades religiosas.

É nesta adoção de novas interpretações e ajustes sobre os quais se projetam uma verdade absoluta que os atores sociais se impõem a resistir diante do novo que causa estranhamento, repulsa, ao que parece, sua área de conforto. Isto acaba por olvidar que novas realidades estão constantemente sendo criadas e que a construção pautada em um discurso enfático só requer tempo para que essas *novidades* se tornem logo verdades absolutas. É desta maneira que, dependendo do contexto, essas novas projeções estabelecidas podem sofrer alterações quando ocorre alguma mudança na mentalidade de grupo ou quando se presencia alguma mudança na sociedade, fruto das construções sociohistóricas, o que leva os dogmas a sofrer variações. Isto porque:

Todas as grandes religiões são individualidades históricas de natureza altamente complexa; tomadas em conjunto, esgotam apenas umas poucas das possíveis combinações que poderiam ser formadas a partir dos numerosos fatores individuais a serem considerados nessas combinações históricas (WEBER, 2002, p. 336).

⁴¹ Utilizo aqui o termo *hegemônicas* para me referir às instituições cristãs que não estão alinhadas à doutrina das igrejas inclusivas, notadamente no que tange ao princípio de inserção do grupo GLBTTT no seio cristão.

A defesa ufanista de uma verdade literal, a devoção a um único livro que, na maioria das vezes, é superficialmente absorvido pelos indivíduos, o estabelecimento de um único caminho a ser percorrido, a formação de teorias que estabelecem inimigos da verdade, o distanciamento dos sujeitos em relação a outras culturas, quando ocorrem, a situação torna-se um “barril de pólvora”, pronto a explodir. Essa é, de fato, uma paisagem do que acontece na maioria das religiões presentes entre os homens.

A partir desta questão pode-se dizer que as religiões, e neste caso refiro-me especificamente às cristãs, possuem características diferentes umas das outras e cada uma delas se considera, de forma exclusiva, como a única detentora da verdade absoluta e possuidora dos mecanismos que permitem ao homem encontrar a salvação. Sendo assim, para uma religião, as demais são heterodoxas⁴². Mas, na verdade, todas são ortodoxas, haja vista que possuem em comum características transcendentais essenciais e modos de proceder que convergem para a espiritualidade. Além disso, não se pode julgar de forma objetiva e integral uma religião com os critérios de outra, pois cada grupo religioso possui sua verdade estabelecida. A discussão entre dois grupos religiosos distintos, leva-os, reciprocamente, a inferir que o outro está pautando sua crença em dados que refletem a mentira. Esta proposição coaduna com as ideias de Weber (2002, p. 331) quando aponta:

Toda autoridade hierocrática e oficial de uma “igreja” – isto é, uma comunidade organizada por funcionários numa instituição que atribui dons da graça – luta principalmente contra toda religião virtuosa e contra seu desenvolvimento autônomo. A igreja, sendo portadora da graça institucionalizada, busca organizar a religiosidade das massas e colocar os seus próprios valores oficialmente monopolizados e mediados no lugar das qualificações estamentais autônomas e religiosas, dos virtuosos religiosos.

Quando as religiões cristãs adentram ao campo da sexualidade, por exemplo, qualquer discurso que extrapole o modelo socialmente estabelecido como o ideal abre as portas para o discurso inflamado de oposição. Como exemplo, apontamos a luta demonstrada em ações homofóbicas que se localizam na mesma concepção de campo de disputas sobre o qual são definidos socialmente a masculinidade, feminilidade ou sexo em trânsito.

Desta forma, a religião cristã em nossa sociedade precisa ser analisada como um conjunto de instituições que tem ocupado um importante papel no sentido de inibir e produzir as condutas de gênero, o que permite sua permanência na produção de julgamentos que se misturam com os discursos médicos sempre acentuando a censura. Destarte, a noção de

⁴² Refiro-me aqui ao discurso proferido pelas igrejas que afirmam que as outras denominações cristãs possuem princípios desvirtualizados da verdade proferida por Cristo.

pecado é também auxiliada pela defesa daquilo que é biologicamente anormal. Isto produz um discurso cuja eficácia consiste em expor os sujeitos sobre uma ótica padronizada não concordando para lograr um espaço para aqueles que são desviantes. Na impossibilidade de se conviver com essas diferenças, as instituições tradicionais reclamam o direito de curar os indivíduos que não demonstram uma correspondência, do ponto de vista da padronização, da demonstração de gênero e genitália que carregam consigo, numa tentativa de ofuscar, ou eliminar, quaisquer resquícios de traços que se apresentam desviantes, para, desta forma, trazê-lo para o centro, tentando-lhe impor a ideia de que a única sexualidade a ser vivenciada é a heterossexualidade⁴³.

Dada a quantidade de congregações cristãs existente em nosso país, não há como negar que a discussão sobre um estudo comparativo entre igrejas não poderia se restringir apenas à questão da sexualidade. No entanto, esta análise, longe de ser uma exposição que esgotaria o tema, está muito mais voltada para a suscitação da problemática que envolve o dilema das igrejas hegemônicas em concordar, ou não, com a inserção do grupo GLBTTT na prática litúrgica cristã. Isto porque, no que tange às demais questões ligadas às doutrinas, organização, questões do grupo ligadas ao compromisso com a parte financeira da igreja, a crença na Trindade (Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo), a Bíblia como regra de fé, a importância da oração e da comunhão com Deus e com os “irmãos”, no caso das igrejas pentecostais, o batismo com o Espírito Santo através de línguas⁴⁴, as igrejas hegemônicas e as inclusivas guardam poucas diferenças quando comparadas sob este prisma.

Se comparada a Comunidade Cristã Nova Esperança com outras congregações cristãs que estão dentro de um mesmo parâmetro que estabelece o protestantismo, notadamente o pentecostalismo ou neopentecostalismo, percebe-se que a primeira se impõe como espaço privilegiado de aceitação à diversidade humana no âmbito cristão, no que tange fundamentalmente à questão ligada à orientação sexual, como afirmou *Pedro*: “Lá (referindo-se à CCNE) eu continuo a servir a Deus como antes, mas sem me preocupar em ser o que as pessoas queriam me obrigar a ser”⁴⁵.

Na visão geral do cristianismo, com exceção de algumas instituições que têm gradativamente aberto espaço para a aceitação de outras formas de sexualidade além da heterossexual, as relações sexuais que extrapolam a heterossexualidade são consideradas

⁴³ Esta discussão foi extraída do livro *O que é Transexualidade*, de Bento (2008).

⁴⁴ Igrejas pentecostais são aquelas que consideram o falar em “línguas estranhas” - sons aparentemente sem significados emitidos pelo cristão pentecostal durante a oração - um símbolo de que o cristão está sendo batizado com o Espírito Santo. O movimento pentecostal emergiu no início do século XX. O texto utilizado para justificar este princípio encontra-se em Atos capítulo 2.

⁴⁵ Diário de campo (março de 2012).

desviantes do ponto de vista daquilo que Deus estabeleceu para a humanidade. Portanto, sua prática implicaria em aberração ou pecado. Sendo assim, para a maioria das religiões cristãs a prática sexual convencionalmente tomada como natural, do ponto de vista biológico, consiste numa relação heterossexual contraída após o casamento, com duas pessoas sexualmente maduras e monógamas. Desta forma, os cristãos retiram da Bíblia textos que denotam justificar a não aceitação às relações homossexuais, entre eles, um dos mais utilizados encontra-se em I Coríntios 6: 9-10 o qual afirma: “ou não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus”. Isto ocorre, obviamente, nas igrejas cujo discurso acaba sendo invalidado, se tomarmos como referência as igrejas inclusivas que utilizam o mesmo Livro Sagrado para justificar seus argumentos em favor da inserção da homossexualidade no seio cristão.

Na verdade, há de se considerar que as linhas que compõem o cristianismo no Brasil atual mostram que o dogmatismo presente nos diferentes grupos cristãos se intensifica de forma divergente mesmo quando a essência religiosa se baseia em um princípio comum: a propagação do cristianismo e o conjunto doutrinário formulado a partir de interpretações dirigidas à Bíblia. No entanto, todos caminham por vias que canalizam o evangelho através da defesa de correntes nem sempre convergentes.

É importante salientar que a religião cristã se constitui como uma organização que se afirma a partir do discurso pautado na institucionalização da verdade, cujo papel está respaldado pela missão de estender aos homens a redenção e a oportunidade destes desfrutarem de uma vida terrena de paz, vitória e prosperidade e uma eternidade a ser alcançada que, segundo a retórica religiosa, não seria encontrada em outro lugar, senão no seio de sua organização.

No entanto, há de se perceber que o ônus da prova a respeito da instituição que salvaguarda a verdade dispensa qualquer testemunho empírico, ou seja, não se concebe demonstrar provas palpáveis que denotem a afirmação da constituição religiosa como verdadeira. Aliás, sob quais parâmetros se estabelecem o conceito de purismo dogmático e quais argumentos são necessários para tal afirmação?

Uma vez que o estabelecimento da crença pauta-se no princípio da revelação estabelecido pela vontade divina, é neste contexto que o discurso ganha um espaço significativo, uma vez que a retórica torna-se o mecanismo pelo qual a religião se impõe como detentora da verdade que reclama para si a posição de universalista. Sendo assim, a

religião mais verdadeira será aquela que apresentar discursos mais convincentes, numa lógica que enquadre os indivíduos dentro de uma esfera que os estabeleça como necessitados no sentido de encontrar algo que os preencha espiritualmente. Os argumentos se tornam a ferramenta necessária para a afirmação verdadeira, num processo onde a verdade poderá ser construída ou destruída e sobre ela estabelecidas novas verdades, isto porque o homem é detentor da palavra, mecanismo articulador de formação de processos que engloba conjuntos de humanos que se reúnem com cumplicidade para defender a instituição da qual fazem parte.

No estabelecimento da religião como uma instituição verdadeira, encontram-se aqueles que não conseguem se enquadrar dentro deste processo, num quadro que leva determinados sujeitos a perceber que não se encaixam sob o discurso ali estabelecido. Desta forma, abre-se a necessidade de se criar novos discursos que canalizem a construção de novos dogmas. Uma vez que esse novo olhar se estabeleça como uma verdade, estará inclinado a se impor como a verdade que sobrepuja às demais e que tenta abarcar todas as esferas da vida, fato que não seria obtido se permanecesse na religião que a antecedeu. Este ciclo é o grande responsável pelo estabelecimento de um determinado segmento religioso que poderá estar fadado a enfrentar novas instituições que detenham novos argumentos com os quais tentam se sobrepor.

Na religião cristã encontra-se o argumento irredutível do combate à homossexualidade, onde aqueles que não conseguem se adaptar a este conceito estarão fadados a aceitar a ideia de que este mundo não está arquitetado para pessoas que apresentam características diferentes daquelas que a religião requer. Desta forma, aos que não encontram paridade entre o que são e o que o pensamento religioso lhes exige acabam por viver uma vida *no armário*⁴⁶, numa tentativa de se manter nos bastidores, sob pena de se colocarem à exposição e enfrentarem a repressão que é socialmente instituída. Como afirma Sedgwick (2007, p. 22):

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. (...) Cada encontro (...) constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição.

No entanto, se estes que não encontram espaço num determinado segmento religioso, por não estarem alinhados aos princípios doutrinários impostos pelo grupo ou por apresentar

⁴⁶ A expressão “manter-se do armário” é dirigida àqueles que possuem uma orientação sexual diferente da heterossexual mantendo-a em segredo, sob pena de sofrer consequências advindas de posições preconceituosas. Este tema é discutido por Eve Sedgwick em *A epistemologia do armário* (2007).

características que seus partícipes considerem inadequadas do ponto de vista estabelecido pela instituição, estabelecer novos discursos os quais lhes permitam criar uma nova religião, poderão, através da retórica, impor uma nova verdade e, quando esta for consolidada como tal, estará inclinada a receber pessoas que dividam a mesma questão situacional, as quais passarão a ver na nova religião o espaço ideal para se enquadrarem como participantes da instituição onde agora todos que dela fazem parte passarão a reclamar seu status de verdadeira, sem perceber que essa afirmação se trata de uma força exercida pelo discurso cuja presença se impõe como a oportunidade de contestar uma verdade que a precedeu num processo capaz de ofuscar a construção da força ideológica alicerçada no poder da palavra responsável pelo seu estabelecimento.

Para quem esteve frequentando a Comunidade Cristã Nova Esperança por alguns meses, tendo conhecido outras igrejas evangélicas em nossa cidade, reafirmo que a linha tênue que separa uma igreja inclusiva de uma convencional reside na defesa intransigente desta última em impor a heterossexualidade como o padrão sexual estabelecido por Deus para os homens, enquanto a primeira assume um discurso que busca inserir em seu espaço pessoas que dividem uma sexualidade que extrapolam esta perspectiva.

Entretanto, há de se observar que no cotidiano vivenciado pela CCNE, o que se apresenta é uma reprodução do modelo de normatização⁴⁷ imposto por outras denominações cristãs, ou seja, nas falas proferidas pelos membros da congregação sempre era repetido o discurso de combate à fornicação⁴⁸ e ao adultério, a ênfase ao casamento monogâmico, a importância de contrair matrimônio com aqueles que compartilham a mesma fé, o cuidado em manter-se fiel ao(à) companheiro(a), a realização do casamento na igreja feito por um(a) pastor(a) como símbolo de autoridade para canalizar as bênçãos direcionadas ao casal, ou ainda, a acentuada preocupação com a família para não separar aquilo que Deus uniu⁴⁹.

Enquanto realizava a observação participante, muitas vezes ouvi durante as pregações, mensagens persuasivas as quais buscavam justificar a relação inerente entre a homossexualidade e o cristianismo. Em certa ocasião, enquanto dirigia o sermão, a irmã *Miriam* afirmou que:

⁴⁷ Essa reprodução da normatização vivenciada em outras igrejas cristãs ficava bem nítida quando se observava que os homossexuais no momento da conversão usavam sempre um estilo de roupa que denunciava sua orientação sexual. Dias depois a mudança nas vestes voltada para atender àquele modelo socialmente concebido – leia-se calça e camisas sociais, gravata, etc. - era notória.

⁴⁸ Fornicação é o termo usado pela igreja para se referir à prática sexual contraída pelo casal antes do casamento. Na visão geral do cristianismo as relações sexuais que ocorrem fora do matrimônio, sob quaisquer circunstâncias, são combatidas e apontadas como pecado.

⁴⁹ Entre os cristãos essa é uma expressão extremamente difundida quando se refere aos laços matrimoniais, pode ser encontrada em Mateus 19:6, quando Cristo tratou sobre a questão do divórcio.

As pessoas nos diziam que Deus condenava os homossexuais e que todos eles iriam para o inferno; mas precisamos compreender que Jesus pagou o preço por nós. Por que continuaremos a achar que somos errados? Foi Deus quem nos resgatou. Como a Bíblia diz já “não há nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus”. Enquanto lá fora pregam sobre um Deus que só está preocupado em julgar, aqui adoramos um Deus que não faz acepção de pessoas.

(Diário de campo, outubro de 2011).

Desta forma, compreende-se que, nas características concernentes à liturgia, organização, crença, profissões de fé, postura enquanto cristão na sociedade contemporânea ou relações sociais que se estabelecem entre fiéis de uma mesma denominação, há poucos pontos divergentes a serem elencados. No entanto, a sexualidade se torna um objeto de empecilho que produz um profundo abismo entre os segmentos religiosos cristãos hegemônicos e a CCNE. Neste sentido, verifica-se que, na ausência de provas que não são requeridas quando se trata da fé, os grupos religiosos recorrem aos discursos para validar ou denegrir algum preceito inserido no seio da cristandade e recorrem à Bíblia para fazê-lo, numa relação na qual os argumentos proferidos são projetados para justificar os princípios estabelecidos no grupo.

Parafraseando Foucault (2002, p. 2), os discursos têm a função de disfarçar a materialidade. Por esta razão, seu controle, seleção, organização e redistribuição obedecem a um conjunto de procedimentos que canalizam seu poder no sentido de consolidar poderes. É neste processo que a sociedade, e seus grupos, produz o discurso numa tentativa de estabelecer suas verdades, uma ação que contempla uns, ligados ideologicamente a esse purismo, em detrimento de outros que estarão fadados à exclusão. Desta forma, concordamos com Natividade (2008, p. 92) quando afirma que:

A sociedade ocidental assistiu a ascensão da confiança como um dos mais importantes mecanismos de produção da sexualidade moderna. Importada da religião por certas disciplinas, esta técnica de direção da consciência instituiu novas formas de saber, implicadas nos métodos da medicina, da sexologia, da psiquiatria e de tantas outras teorias. No contexto destas ciências, a ‘revelação’ de si está imbuída de uma pedagogia da sexualidade, nas quais um arsenal de explicações é empregado como forma de instituir a verdade sobre o sexo.

Em nossa sociedade é exigida a consciência de que não se pode expressar-se livremente, pois os discursos precisam estar articulados ao conjunto ideológico imposto, uma vez que, apresentar uma proposta que não encontre acolhimento pelo grupo do qual o

indivíduo faz parte, é correr o risco de ser automaticamente reprovado, tendo em vista que os novos pontos de vista precisam estar articulados com o interesse que envolve, se não a todos, a maioria. Neste sentido, é reprovável se impor sobre qualquer circunstância não articulada na medida em que as colocações precisam estar vinculadas a um parâmetro esperado pelo grupo social envolvido. Neste contexto, o tema que envolve a sexualidade está dentro de um dispositivo que abarca tabu, rituais e proposições que a restringe de uma discussão aberta. A prática de uma verdade preestabelecida ofusca a possibilidade de outras práticas, onde novas verdades possam ser, de igual forma, estabelecidas. No entanto, a articulação de grupos de iguais⁵⁰ que na formação de uma comunidade que lhes seja comum, estabelece um vínculo que, uma vez consolidado, passa a se impor como uma nova verdade.

Segundo Foucault (2002, p. 02), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhormos”. Dada a relevância do discurso em nossa sociedade, nota-se que estará com a verdade aquele que impuser um discurso mais convincente, ou de outra forma, aquele que se apresentar como mais coerente dentro do modelo social ao que se requer na sociedade.

O discurso posicionado fora do contexto social, articulado sozinho, direciona o indivíduo a ser considerado praticante da loucura. Isto ocorre uma vez que sua posição não se impõe como verdade por não estar diretamente associado ao padrão que rege seu contexto social. Mas, se suas ideias encontrarem terreno fértil e puderem ser reconhecidas como reveladoras, encontrando nos grupos humanos a aceitação necessária, passam a ser conduzidas como uma nova verdade, ou quiçá, a que estava oculta e que veio à luz.

Esse jogo entre o verdadeiro e o falso se faz presente na religião estando em constante confronto onde a defesa a favor do primeiro é instituída arbitrariamente e as contingências históricas garantem sua validação que, segundo Foucault (2002, p. 03), não estão somente sujeitos à modificação, mas também se colocam em um perene deslocamento, o qual é sustentado por um conjunto de instituições que as impõem e as reconduzem. Nesse processo, a verdade é exercida sem constrangimento e sempre lhe é exigida um pouco de violência, isto porque sua existência também exige sua afirmação.

Um dado importante que merece ser destacado neste processo é o da necessidade de naturalizar a verdade, pois esta consiste na elaboração de discursos que conduzem os grupos

⁵⁰ Refiro-me aqui às pessoas que possuem características comuns que, uma vez estigmatizadas, passam a se organizar em torno de um mesmo espaço social objetivando superar a marginalização vivenciada em seus grupos de origem. Esta discussão pode ser encontrada em Goffman (1975).

humanos à prática de aceitar o modelo socialmente instituído como verdadeiro, onde este passa a representar tudo aquilo que está em consonância com a natureza, uma vez que suas proposições estão inseridas em um conjunto responsável por justificar melhor o entendimento em relação à necessidade humana. Tal naturalização acaba por ofuscar a criação da verdade por mecanismos absolutamente humanos e que, uma vez assimilados, passam a configurar a verdade que reclama para si o perfil de absoluta, sem perceber que a mesma representa a evocação de interesses particulares e jogos de poder, numa relação que agrupa os indivíduos para convencionar sua consolidação, passando a estigmatizar aqueles que não estão enquadrados dentro do modelo estabelecido como natural.

O modelo sexual imposto e a produção material humana estão vinculados à satisfação de um determinado padrão cultural⁵¹ que impõe aos sujeitos um estereótipo apontado como o naturalmente mais adequado a ser vivenciado pelo homem. O uso de uma roupa que é culturalmente determinada à mulher, feito pelo homem causa estranhamento, reprovação, isto porque àqueles que estão vinculados ao padrão estabelecido como o ideal não se permite admitir a existência de pessoas que conseguem se reconhecer em sua natureza física dentro do contexto de uma articulação culturalmente formada, que não condiz com as características vinculadas ao corpo daquele que é estigmatizado como sexualmente anormal. Sobre este processo, afirma Bento (2008, p. 24):

Pensar a heterossexualidade como um regime de poder significa afirmar que longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de constantes operações de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo sexuado e a suposta ideia da complementariedade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma contínua e incessante materialização intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas, e que se apresenta como a-histórica.

Diante desse quadro, convencionou-se a associação direta entre o feminino em corpo de mulher e o masculino em corpo de homem, cuja natureza dos sexos poderia ser diretamente traduzida em atos, ou seja, há de se considerar que uma vez homem, este deve apresentar um conjunto de comportamentos automáticos o qual garantirá diante dos demais indivíduos em sociedade a aprovação de que este é de fato homem. Do contrário, a apresentação de comportamentos que não estejam diretamente associados ao sexo masculino

⁵¹ Turner (2008, p. 27-28) faz uma importante abordagem que aponta para a dicotomia entre o que é natural em oposição àquilo que é cultural. Para o autor, é necessário estabelecer a manutenção da distinção neokantiana sobre esses dois tipos de sistema. Tal observação revela as disparidades que estão presentes na estrutura, composição e no conjunto de elementos que são responsáveis pela organização e justificativa da coerência social.

está fadada à uma reprovação automática, tendo em vista a apresentação de traços que não o identifica ao modelo que lhe foi projetado mesmo antes que este tomasse consciência de sua sexualidade. Isto é perfeitamente traduzido no processo onde o homem que apresenta ações carregadas de agressividade e a mulher com delicadeza estariam usufruindo da demonstração que não seria nada além da perfeição que requer a natureza.

Neste contexto, convém indagar se tais convenções foram estabelecidas para atender aos interesses de determinados grupos em detrimento de outros que representam minoria. Sendo assim, por quem foram estabelecidas as regras concernentes ao sexo? Quais características sexuais foram selecionadas como perfeitas? O próprio discurso científico, ao ser utilizado para ratificar determinada ideologia, corrobora para a formação de um imaginário que distribui os corpos como resultado preeminente de uma estrutura social que estigmatiza o padrão a ser seguido pelos diferentes gêneros. Tal ação pode ser bem percebida quando da gravidez, onde é criada toda uma expectativa em torno do sexo da criança. Quando este é revelado criam-se instantaneamente todos os atributos que estão vinculados aquele sexo. Fry e Macrae (1985, p. 8) afirmam que:

Estas expectativas, nem sempre conscientes, são impostas através de uma série de mecanismos sociais. Desde o berço, meninos e meninas são submetidos a um tratamento diferenciado que os ensina os comportamentos e emoções considerados adequados. Qualquer “desvio” é reprimido e recupera-se o “bom comportamento”.

O trabalho exaustivo em torno da manutenção do padrão heterossexual constitui um conjunto de aparelhos repressores sobre aqueles que não conseguem construir uma identidade dentro desse modelo socialmente requerido, o que abre margem para a reivindicação do gênero em discordância com o corpo sexuado, o que é obviamente reprovado pela opinião geral. As ações desviantes são logo apontadas pelo que Bento (2008) chama de produtor de masculinidade e feminilidade. Essa discussão reporta-nos à indagação sobre o significado atribuído a gênero.

Para Bento (2008, p. 39), uma das concepções formulada para gênero consiste nos “atributos culturais construídos para o masculino e o feminino levando em consideração as diferenças sexuais, para estabelecer suas posições na estrutura hierarquizada”. Desta forma, as condições de gênero sofrem variações de cultura para cultura, numa pluralidade norteadas pelo binarismo universal pautado nas diferenças estabelecidas entre os sexos. A autora diverge deste construcionismo que aponta a diferença estabelecida de forma binária e natural, uma vez que testemunha-se um conjunto de tecnologias sociais responsável pela afirmação da

disparidade que se apresenta entre homem e mulher, cuja reprodução possibilita a construção desses conceitos que relegam o diferente à marginalização. Sendo a heterossexualidade a reguladora desse processo, estão fadados à perseguição social ou exclusão, todos aqueles que se debruçam fora dos limites de seus referenciais.

Um importante marco na luta pela inserção dos sujeitos sociais que estão deslocados deste modelo imposto pelos defensores da heterossexualidade são os estudos *queer*, que consistem na identificação da produção de discursos focados na defesa da exclusão dos grupos minoritários ligados à questão da sexualidade, mas que reclamam seu espaço, uma vez que sua presença é um fato sobre o qual a sociedade não pode negar. Sua existência possibilita discutir e avaliar que o caráter ideológico é explícito na construção desses conceitos o qual impõe a normalidade tão consolidada em nossa cultura, mas que não pode ofuscar as posições de gênero ocupadas pelos corpos os quais são interpretados como um conjunto complexo onde está em jogo um movimento de múltiplas relações de poder, no qual se permite a formulação de discursos que impõe a resistência daqueles que se encontram na marginalização da padronização, a exemplo dos que estão na luta pelo reconhecimento identitário.

Os gregos criaram o conceito de estigma para se definirem “os sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 2004, p. 5). Goffman se apropria da noção de estigma para interpretar identidades que são construídas como marcadas pela falta, pelo pecado, pela anormalidade. A sociedade cria mecanismos para pôr em categorias os membros que dela fazem parte, atribuindo-lhes características que são consideradas comuns ou incomuns e que compartilham dimensões da vida tidas como naturais para os participantes das categorias, onde os indivíduos deverão, ou não, ter a probabilidade de serem classificados nos marcos de definições previamente estruturadas. Deste modo, o grupo passa a estabelecer concepções que passam a ser analisadas dentro um quadro naturalizado das identidades e subjetividades.

Parafraseando Dumont (1985, p.234) a própria natureza da ideologia é a responsável pela hierarquização de níveis, o que implica afirmar que um valor ou um não valor é postulado por uma organização ou constituição de um dado onde o marginalizado sempre subsistirá. Sendo assim, a ideologia exige que aqueles que vivenciam a marginalização seja sempre limitados para que o valor de inferioridade socialmente instituído se estenda gradualmente sobre eles, permitindo, progressivamente sua degradação.

A partir desta análise, percebe-se a necessidade da presença do desviante na sociedade no intuito de justificar ideologicamente a afirmação do modelo que reclama o *status* de

natural, numa tentativa de expor o normal a partir do contraste apresentado por aqueles que não se enquadram no modelo culturalmente imposto e que afirma a identidade instituída por sua normatização por meio da apresentação dos indivíduos que não demonstram a aptidão para seguir tal modelo que os reclama como sujeitos inadaptados.

Desta forma, a CCNE é uma alternativa significativa para aqueles que se declaram essencialmente cristãos, mas que não poderiam desfrutar sua fé em outras igrejas, dada a sua condição de homossexuais, numa tentativa de desnaturalizar o discurso acentuado contra a homossexualidade, pregado no reduto cristão. Isto porque, o papel dessa igreja no processo de inclusão estaria voltado para a normatização da relação entre homossexualidade e cristianismo, cuja ação está centrada na tentativa de justificar a criação da discriminação como uma ação socialmente construída e para denunciar o papel da religião cristã neste processo de construção de argumentos que justifiquem a ação de impor à marginalidade qualquer grupo que não apresente características apontadas como naturais, do ponto de vista defendido pela cristandade em geral.

Ademais, os diferentes grupos cristãos retiram da Bíblia os textos responsáveis pela formação de sua identidade religiosa. A discussão sobre a interpretação bíblica para sinalizar uma aceitação ou não da homossexualidade, longe de estabelecer um consenso, suscita elementos que inevitavelmente se chocam com as interpretações convencionais atreladas à questão da religião cristã e a homossexualidade. Embora muitos especialistas do estudo das Escrituras Sagradas não reconheçam tal argumento como legítimo, percebe-se que ele apresenta respaldos que indicam um merecimento de atenção maior no que tange aos novos modelos de interpretação dados à Bíblia, seja para reafirmar os discursos já estabelecidos que apontam qualquer modelo fora da heterossexualidade como pecado ou para estabelecer uma nova roupagem que respaldaria a inserção dos novos modelos de sexualidade (leia-se grupos ligados a GLBT) na realidade vivenciada pelo cristianismo.

É neste sentido que a Comunidade Cristã Nova Esperança, em Natal, tem contribuído para articular um novo paradigma na relação entre homossexualidades e religião ao permitir a inserção de homossexuais em seus trabalhos religiosos. Neste quadro, convém a realização de uma análise que nos leve a compreender em que aspectos os discursos, as relações sociais, as manifestações de fé, as apresentações litúrgicas, a relação estabelecida entre romper com a visão da heterossexualidade como o natural e manter uma vida em consonância com as práticas religiosas, cujas interpretações são utilizadas para o estabelecimento dessa mudança, rompem consideravelmente com a prática hegemônica a que tem defendido a religião cristã, cuja ação tem estado, por muito tempo, voltada para a estigmatização da homossexualidade.

5.1 QUANDO A BÍBLIA NÃO CONDENA A HOMOSSEXUALIDADE

Durante o período em que estive em campo, tive a oportunidade de participar, por duas vezes, de cursos promovidos pela CCNE intitulados “homossexualidade e a Bíblia”, realizados em 22 e 29 de novembro de 2011, voltados para o esclarecimento da relação entre homossexualidade e cristianismo à luz da Bíblia, numa tentativa de elucidar o posicionamento da teologia inclusiva no que tange à temática em questão. Tais eventos ocorreram nos cultos das terças-feiras, uma vez que estes são elencados como “discipulado” (encontro promovido pela igreja voltado especificamente para o estudo doutrinário defendido pela congregação. A cada terça-feira era ministrado um tema diferente). Para facilitar o estudo, foi entregue a cada participante uma apostila que apresentava de forma sucinta os principais tópicos relativos a versículos bíblicos que discutem a homossexualidade. Além de servir como guia para acompanhar o discurso proferido na igreja naquela ocasião, o material também serviria como fonte de pesquisa para os interessados em aprender sobre o tema.

A abordagem foi conduzida pela pastora *Dâmaris*, que apresentou ao público um conjunto diversificado de livros que revela interpretações bíblicas voltadas para justificar a aceitação de relações afetivas não heterossexuais no contexto cristão. Segundo ela:

É importante que a igreja aprenda mais sobre a Bíblia e que não fique apenas na superficialidade proposta por cristãos que muitas vezes estão mais preocupados em difundir preconceito do que atentar para o que a palavra de Deus diz. Precisamos aprender mais sobre as escrituras para termos a certeza daquilo que acreditamos. É um mistério que Deus deseja que cada um de seus filhos aprenda para quebrar preconceitos.

(Diário de campo, novembro de 2011).

Após essa apresentação, o curso seguiu com a introdução sobre o significado da Teologia e suas subdivisões (exegética, histórica, bíblica e sistemática) e uma exposição sobre as dificuldades que as minorias precisaram enfrentar ao longo da história para obter espaço junto à sociedade, a exemplo dos negros e das mulheres. Neste sentido, foram apresentadas resumidamente as lutas travadas por estes grupos para a aquisição do direito à liberdade religiosa que durante muito tempo lhes foi negada. Segundo a ótica proposta pela teologia inclusiva, o pleno reconhecimento dos direitos vinculados à religião aos homossexuais demanda um processo histórico que se articula dentro da mesma perspectiva de realidades vivenciadas por sujeitos sociais que no passado estiveram à margem da sociedade e que na atualidade desfrutam de plena liberdade social.

Na tentativa de quebrar visões alicerçadas nas escrituras, voltadas para denegrir a sexualidade desvinculada daquele que seria o modelo instituído por Deus aos homens e às mulheres, a CCNE apresenta como discurso “o que realmente a Bíblia diz sobre a homossexualidade”⁵². Neste sentido, *Dâmaris* solicitou que toda congregação a acompanhasse na leitura de uma passagem da apostila que afirmava:

Alguns versículos, de forma destacada e descontextualizada, são pescados da Bíblia e lançados por evangélicos sobre os homossexuais (cristãos ou não) afim de destruir sua vida espiritual e deixá-los sem chances de olhar para o Grande autor e Consumador da nossa fé, Jesus Cristo.

(Diário de campo, novembro de 2011).

As igrejas em geral buscam na Bíblia argumentos infalíveis que condicionem o comportamento social atrelado aos interesses do grupo, muito mais do que a utilização de textos sagrados que delimitem o discernimento voltado para uma interpretação pautada em conhecimentos que contemplem um estudo histórico e contextual de sua produção. Quando a discussão gira em torno da homossexualidade, os grupos cristãos hegemônicos recorrem a versículos bíblicos para justificar a reprovação automática sobre qualquer relação que esteja desvinculada da heterossexualidade. Neste sentido, esse discurso religioso estaria atuando para a reprodução automática de uma prática que ratifica a padronização da heteronormatividade. “De acordo com tal padrão, a sexualidade é orientada por aspectos biológicos. Há uma associação entre heterossexualidade e reprodução, concebida como natural, e são atribuídos papéis rígidos e estanques ao feminino e ao masculino”. (PIRAJÁ, 2011, p. 23) Na verdade, essa questão – para a maioria dos cristãos – ainda representa um tabu, sobre o qual a discussão encerra-se no discurso que já está pré-estabelecido: “homossexualidade é pecado, é assim que a Bíblia diz”. Muitos textos retirados das Escrituras são referidos para ratificar essa justificativa que sempre soa de forma direta e aparentemente simples.

Dâmaris defendia que esta visão consiste na interpretação objetiva que muitas igrejas adotam sem levar em consideração que os escritores bíblicos elaboraram textos originalmente voltados para a realidade vivenciada em sua época e que, portanto, precisaríamos observar que os conceitos em torno da sexualidade oscilam de cultura para cultura e sofrem, com o passar do tempo, alterações do ponto de vista social.

⁵² Durante a realização do curso esta frase era constantemente utilizada pela pastora logo após a exposição das interpretações bíblicas que são dirigidas pelas igrejas cristãs no tange ao combate à homossexualidade à luz das Escrituras Sagradas, em seguida eram apresentados os discursos proferidos pela CCNE que contestam tais argumentos.

O sistema binário adotado culturalmente por nossa sociedade impõe a constante e distinta dualidade, homem e mulher, onde o gênero passa a ser o reflexo do sexo e todas as nuances que formam o sujeito estão atreladas a essa determinação que constrói a ideia de que a natureza é a grande responsável pela sexualidade e é ela que estabelece os corpos conforme as imposições naturais⁵³.

Algumas pesquisas realizadas em outras sociedades apontam para a existência de culturas onde é possível assistir a comportamentos totalmente distintos de nossa sociedade no que concerne à questão do gênero atrelado à sexualidade. A exemplo disso, podemos mencionar a obra *Sexo e Temperamento*, de Margaret Mead. Em seu livro, a autora relata a pesquisa realizada em 1931, em Nova Guiné, na qual pôde constatar quão flexível constitui-se a humanidade. Lançando um novo olhar, ao estabelecer o cruzamento cultural, a autora contribuiu com uma significativa herança à escola antropológica americana ao instituir um olhar comparativo para responder a questões de seu tempo as quais foram vivenciadas nos Estados Unidos e, ao que parece, tornar-se-ia um importante instrumento nas lutas feministas nos anos 1970 naquele país.

Sendo assim, as imposições sociais que se atribuem a homens e mulheres sugerem um escopo no qual se compreende que as relações entre ambos constituem-se fruto de uma construção social que se organiza como se a diferenciação entre sexos consistissem em uma ação natural, omitindo o papel da atuação humana na formação deste processo. Isto fica evidenciado neste trabalho ao percebermos que Mead, respondendo a questões de sua época, esclarece-nos que, embora as associações e papéis atribuídos a homens e mulheres se coloquem como biológicos, não passam de construção cultural.

Segundo a autora, os atributos da biologia que exercem a determinação de ajustamentos sociais são irrelevantes, uma vez que a raça humana é notadamente dependente do processo de socialização. Porém, o que se observa no senso comum é a defesa de que as condutas do homem e da mulher estão ligadas diretamente ao padrão natural, onde cada um carrega consigo heranças genéticas as quais não podem ser negadas. Sendo assim, existiria um modelo de personalidade ou de comportamento que acompanharia o sexo. Em nossa cultura, por exemplo, acredita-se que a mulher está confinada a um comportamento reservado à delicadeza, ao passo que o homem deve estar sempre com um comportamento que denote maior agressividade.

O trabalho de pesquisa desenvolvido por Mead realizou-se a partir da análise de três

⁵³ Esta discussão é apresentada por Berenice Bento no livro *O que é Transexualidade* (2008).

sociedades primitivas: os Arapesh, Mundugunor e de Tchambuli. A partir destas, tornou-se possível a descrição do temperamento partindo das funções que são atribuídas ao sexo e da análise sobre o impacto à sociedade causado pelas diferenças sociais, para assim perceber os elementos que se constituem como padrões socialmente construídos em oposição àqueles biologicamente ligados aos gêneros, isto porque homens e mulheres são diretamente influenciados e transformados de acordo com os padrões sociais de um determinado grupo social ou de uma determinada época, ocorrendo, embora os sujeitos sociais não percebam essa construção, uma relação que pode ser compreendida quando analisada a cultura isoladamente, pois homens e mulheres manifestam características distintas segundo o padrão sociocultural do qual fazem parte. Conforme aponta Fry e Macrae (1985, p. 8):

A partir da constatação de que os papéis sexuais de homem e “mulher” variam de cultura para cultura e de época para época, é agora um lugar-comum observar que cada sociedade, classe e região tem a mulher e o homem que merece. Ninguém hoje em dia acredita que as diferenças de comportamento entre os dois sexos possam ser explicadas apenas em termos de diferenças biológicas, pois reconhece-se que os papéis sexuais são forjados socialmente.

Neste sentido, propõe-se que a produção cultural e a organização social devem ser analisadas em sociedades separadamente, tendo em vista que cada grupo humano é responsável pela formação de sua própria cultura, havendo, neste sentido, uma relativização que precisa ser observada para não cometermos o equívoco de analisar grupos humanos de características distintas sob uma mesma perspectiva.

É possível perceber que, mesmo nas sociedades remotas, é inevitável a presença de trânsito entre os gêneros, onde não é raro encontrar homens que adotam comportamentos que são impostos culturalmente à mulher. Em nossa sociedade, a religião exerce um papel fundamental no que tange à normatização que relaciona sexualidade e gênero, principalmente quando se faz uso de um discurso que há muito tempo tem sido usado como arma infalível para contestar qualquer grupo que reclame a imposição de uma postura diferente daquela que está estabelecida como o padrão social. Refiro-me ao argumento de que Deus criou homem e mulher e que ambos foram estabelecidos para relacionarem-se recíproca e monogamicamente, no que se refere ao sexo, numa tentativa de sufocar qualquer outra realidade vivenciada que não atenda a esse modelo.

Sob este prisma, a religião cristã tem ocupado um importante papel no sentido de inibir e produzir as condutas de gênero, o que permite sua permanência na produção de julgamentos que se misturam com os discursos médicos sempre acentuando a censura. Assim,

a noção de pecado é também auxiliada pela defesa daquilo que é biologicamente anormal produzindo um discurso cuja eficácia consiste em expor os sujeitos sobre uma ótica padronizada que resulta no não reconhecimento de um espaço para aqueles que são desviantes. Na impossibilidade de se conviver com essas diferenças, as instituições hegemônicas reclamam o direito de curar⁵⁴ os indivíduos que não demonstrem uma correspondência, do ponto de vista da padronização, da demonstração de gênero e genitália que carrega consigo, numa tentativa de inibir, ou eliminar, qualquer resquício de traços que se apresentam incompatíveis, para, desta forma, trazê-lo para o centro, tentando-lhe impor a ideia de que a única sexualidade a ser vivenciada é a heterossexualidade.

No meio cristão, observa-se que, para muitos, um importante mecanismo voltado para a justificativa do combate à homossexualidade reside na utilização de Gênesis capítulo dois quando afirma “por isso deixa o homem pai e mãe, e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne” como a chave para a interpretação de que Deus, ao estabelecer a criação da humanidade, também determinou um modelo de sexualidade que engloba a todos, no qual se estabelece a heterossexualidade acompanhada da prática monogâmica e que esta ordem corresponde a um padrão perene, o qual independe de processos históricos ou mudanças observadas na cultura ao longo do tempo. Sob esta ótica, as relações sexuais deveriam centralizar-se na reprodução e serviriam apenas para complementar a relação estabelecida entre um casal heterossexual. É defendida a ideia de que estão sujeitas à reprovação quaisquer formas de atividades sexuais que extrapolem o modelo que atende ao perfil de moral ou naturalmente concebido.

Não obstante, as mudanças sociais pelas quais tem passado o nosso país têm permitido novas interpretações sobre os textos bíblicos que nos permitem perceber que a discussão sobre a homossexualidade no âmbito cristão não representa uma visão unitária, tendo em vista que o dissenso é evidenciado quando são observados outros princípios instituídos pela Bíblia e que poderiam soar como instituição eterna. No entanto, são descartados quando percebidos como obsoletos em nossa sociedade. Neste contexto, menciono um exemplo de argumento pró-homossexualidade que tomei conhecimento por meio do irmão *Matheus*. Enquanto conversávamos, perguntei-lhe o que achava da afirmação de que homossexualidade é pecado. Como resposta, indicou-me o documentário *For the Bible tells me so (como diz a Bíblia)* e disse-me que não conseguia ver esta relação senão com o olhar exposto no filme. Em uma das

⁵⁴ Em sua tese, Natividade (2008) apresenta um conjunto de literaturas a ser usado como manual de libertação da homossexualidade, segundo a ótica de algumas igrejas cristãs. Durante a pesquisa, presenciei relatos de participantes da CCNE que no passado se submeteram a essas tentativas de “cura” nas instituições religiosas onde frequentavam antes de conhecer a teologia inclusiva.

cenar, ocorre um diálogo extraído da minissérie norte-americana *The West Wing* entre o “Presidente dos Estados Unidos” e a “Dra. Jenna Jacobs” onde ocorre o seguinte diálogo:

- “Presidente: Eu gosto da maneira como chama homossexualidade de aberração.

- Dra. Jenna Jacobs: Eu não chamo homossexualidade de uma aberração, Sr. Presidente, a Bíblia chama.

- Presidente: Sim, a Bíblia chama! Levíticos!

- Dra. Jenna Jacobs: 18:22

- Presidente: Capítulo e verso. Eu queria te fazer algumas perguntas, já que está aqui. Eu quero vender minha filha mais nova como escrava como é permitido em Êxodo 21:7. Ela está no segundo ano da Georgetown, fala italiano fluente, e sempre limpou a mesa quando era sua vez. Qual seria o preço adequado a ela? Enquanto você pensa, posso perguntar outra? O meu chefe de assessoria Leo Macgary, insiste em trabalhar aos sábados. Êxodo 35:2 diz claramente que ele deve ser morto. Eu sou moralmente obrigado a matá-lo, ou posso chamar a polícia?”

Observando o diálogo presente no filme, podemos compreender em que aspectos uma igreja inclusiva acena para a defesa da inserção da homossexualidade em seu conteúdo litúrgico: se imposições morais projetadas para o povo de Israel nos tempos bíblicos não são atualmente observadas em sua totalidade, então como justificaríamos a condenação da homossexualidade como uma prática atemporal? De que forma poderíamos sustentar um relato de criação projetado para se perpetuar como regra imutável quando outros princípios, elaborados na mesma época e dirigidos a um mesmo povo, são refutados como leis cerimoniais dirigidas apenas àqueles que vivenciavam o passado? Esse processo denuncia que as pessoas, de um modo geral, buscam interpretar a relação entre a ética religiosa e as situações de interesse, de tal maneira que a primeira funciona como simples função da segunda (WEBER, 2002, p. 312).

Utilizando-se esse exemplo como ponto de partida, ratifica-se que a Bíblia é, acima de tudo, um livro passivo de interpretações, sendo assim, a justificativa utilizada pela CCNE pauta-se no princípio de que a análise de versículos isolados, observados com uma visão fundamentalista, sem haver a preocupação de se analisar o contexto de sua produção não representaria o melhor mecanismo para buscar argumentos pautados na ética que projetem a vivência da sexualidade. Sobre esta análise, afirmam Caldeira e Furtado (2010, p. 2):

É muito importante para entendermos as passagens bíblicas, não desvincularmos seus textos do contexto geral. Se fizermos isso deixaremos

de colher informações importantes sobre o texto escrito, a tradição religiosa em que se insere, e o seu objetivo direto, o que pode nos levar a interpretações que não sejam as da mensagem bíblica real. E acabamos por colocar sentidos morais e sexuais aos textos que não estão de acordo com a época em que foram escritos, por uma falha de ligação do texto bíblico com a atualidade.

Segundo a pastora *Dâmaris* (Diário de campo, novembro de 2011), “é uma questão de falta de conhecimento. As pessoas em geral, simplesmente leem um versículo da Bíblia e já interpretam literalmente”, não há um cuidado para se averiguar em que contexto histórico se deu sua elaboração, o que contribui para que muitas igrejas cristãs tratem o tema da homossexualidade à luz da Bíblia, embasada por uma visão anacrônica.

Citaremos como exemplo dois episódios registrados na Bíblia que são usados para justificar a ação de grupos religiosos que os utilizam para nortear as críticas às ações homoafetivas e como estes são refutados segundo a teologia inclusiva. O primeiro caso diz respeito à destruição de Sodoma e Gomorra, descrita na Bíblia em Gênesis capítulos 18 e 19. Para muitos cristãos, a ação divina estaria diretamente ligada ao fato das populações das duas cidades estarem sendo castigadas por práticas pecaminosas, notadamente a homossexualidade. Ao que tudo indica a tentativa da população em manter relação sexual com os dois hóspedes que Ló havia recebido em sua casa poderia ser tomada como o ápice que conduziria a fúria divina em eliminar aquela população.

A posição tomada pela CCNE caminha no sentido oposto a esta interpretação dado que os estudos sugeridos pela igreja apontam que esta afirmação teria surgido no século XII e repetida ao longo dos anos, o que contribuiria para a afirmação da relação homossexual como um pecado punido nos tempos bíblicos com morte e que, portanto, estaria inibindo o real motivo da destruição que seria a violência, principalmente contra a mulher, e a falta de cuidados aos pobres e necessitados. Segundo Modesto (2011, p. 4):

Ora, o motivo real da destruição daquelas cidades está descrito no Livro de Ezequiel 16:49: “Eis que esta foi a iniquidade de Sodoma, tua irmã: soberba, fartura de pão, e abundância de ociosidade teve ela e suas filhas; mas nunca fortaleceu a mão do pobre e do necessitado”. Onde está dizendo que o pecado de Sodoma e Gomorra foi a homossexualidade?

Na exposição feita pela pastora *Dâmaris*, havia uma preocupação no sentido de chamar a atenção para o cuidado de ler os versículos que apresentam a narrativa da destruição e sempre enfatizava que, uma vez que não estava explícita a afirmação de uma conotação de

pecado atrelado a práticas homossexuais, o leitor precisaria de um maior esforço interpretativo que respaldasse a afirmação proferida pelos cristãos no que concerne ao uso do texto bíblico para condenar a homossexualidade. Ela ainda afirmou que a tentativa dos homens em Sodoma em contrair relações com os hóspedes de Ló residia num costume antigo que consistia na humilhação a estrangeiros, sobretudo quando estes eram capturados em guerra, usando-os sexualmente como mulher.

Outro caso registrado na Bíblia e que é atribuído à condenação à homossexualidade está descrito em Romanos capítulo 1, versículos 18-29. Ali encontramos, dentre outras, a afirmação de que “Por isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas: as suas mulheres mudaram as relações naturais em relações contra a natureza. Do mesmo modo também os homens, deixando o uso natural da mulher, arderam em desejos uns para com os outros, cometendo homens com homens a torpeza, e recebendo em seus corpos a paga devida ao seu desvario”. A explicação apresentada pela igreja anuncia a condenação que o apóstolo Paulo dirigia a práticas de idolatria e que tal proposição pode ser observada se o texto bíblico for analisado no contexto em que se deu sua produção. Conforme aponta Modesto (2011, p. 10):

Assim, a ira de Deus está direcionada àqueles que praticam idolatria, em todas as suas formas. (...) Naquela época e localidade era comum encontrar pessoas que se envolveram em práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo (ou não) como expressão de adoração ritualística de ídolos. (...) Aqui, portanto, a condenação expressa se faz com relação à prostituição ritualística que acontecia nos templos destinados a ídolos.

O objetivo maior de expor estes argumentos é deixar claro que, à medida que surgem novas demandas de grupos sociais que reclamam o direito de participar da religião cristã, mas que se encontram impedidos por apresentar alguma característica desvinculada daquele que seria o modelo ideal imposto a um cristão segundo a ótica de igrejas cristãs já estabelecidas, tornam-se inevitavelmente necessárias novas interpretações da Bíblia que, na maioria das vezes, consistem numa forma de buscar a legitimação a partir de novos olhares apontados às escrituras e que buscam uma nova elaboração que justifique sua existência enquanto grupo religioso. Para Natividade e Oliveira (2010, p. 137):

The emergence of the inclusionary churches on the contemporary cultural scene appears to indicate the constitution of a specific social world, in which people socialized in Christian religions who adhere to LGBT identities can constitute elective ties that make visible and allow the sharing of this intimate dimension of life, often experienced in a relatively clandestine

situation, until they enter an inclusionary community. In this way, these groups offer the people who were socialized in Christian religions – and who experience *self-alienation* linked to sexual orientation – a space for the construction of a positive self-image through interaction with subjects considered to be “similar” to themselves.⁵⁵

Durante a realização dos cultos, na fala daqueles que dirigiam as cerimônias, sempre estava presente a utilização das frases: “Deus nos ama e nos aceita do jeito que somos” e “Deus não faz acepção de pessoas”⁵⁶, e que eram reproduzidas na fala dos interlocutores que se dispunham a conversar comigo sobre sua experiência com o cristianismo. Tal ação soava como uma afirmação que sinalizava para uma contraposição aos discursos excludentes que ainda se perpetuam no seio de muitas igrejas cristãs. Neste sentido, o uso destas proposições torna-se um mecanismo que salvaguarda o sentimento de pertença a um grupo que utiliza a Bíblia para acolher cristãos, independente de sua orientação sexual.

Embora observemos uma rejeição acentuada contra homossexuais em nossa sociedade, não há como negar que nos últimos anos percebe-se uma mudança gradual que tem apontado para avanços significativos no reconhecimento de direitos a esta categoria social. Desta forma, a consolidação de uma igreja cristã que aceita a diversidade humana mostra, na verdade, a tentativa de alguns grupos minoritários que tem trabalhado efetivamente no sentido de ultrapassar preconceitos.

A utilização da Bíblia no intuito de promover uma inserção da homossexualidade na religião cristã denuncia os direitos sociais a que tem alcançado aqueles que possuem uma característica a qual extrapola o modelo que estabelece a heterossexualidade como norteadora da sexualidade humana e que têm dispensado esforços no sentido de ter reconhecida a plena aprovação de sua condição frente a uma sociedade que, uma vez impossibilitada de ofuscar a presença destes sujeitos sociais, tem sido gradativamente conduzida a estabelecer novos contornos.

Desta forma, a articulação dos discursos no sentido de alterar a visão sobre a sexualidade predominante em nossa sociedade, com a utilização do mesmo livro sagrado que é usado para combater os modelos considerados desviantes, denuncia a compreensão da

⁵⁵ A emergência das igrejas inclusivas no cenário cultural contemporâneo parece indicar a constituição de um mundo social específico, no qual inserir pessoas em religiões cristãs que aderem às identidades GLBT pode constituir laços significativos que produzem visibilidade e permitem o compartilhamento deste estilo particular de vida, frequentemente experimentado em uma situação relativamente clandestina, até eles entrarem em uma comunidade inclusiva. Desta forma, esses grupos oferecem às pessoas que faziam parte de religiões cristãs – cuja experiência de autoalienação estava vinculada à sua orientação sexual – um espaço para a construção de uma autoimagem positiva pela interação com sujeitos que compartilham uma mesma identidade. (Tradução livre).

⁵⁶ Esta expressão pode ser encontrada em vários versículos na Bíblia, sendo a citação do apóstolo Paulo, em Romanos 2:11, a mais mencionada.

normatividade sexual como fruto de uma construção social, delineado por uma complexa rede de regulações condicionada por diferentes poderes, sendo a religião um deles. Além disso, frise-se a importância de perceber como os indivíduos inseridos em uma igreja inclusiva problematizam ou canalizam suas ações, numa relação com diversas realidades sociais, ora aglutinando, ora sufocando os discursos presentes em nossa sociedade, carregados de diferentes olhares sobre o mundo, esta projeção a que Ortner (2007) chamou de agência, representa a prática de validar a ação do indivíduo frente à organização na qual está inserido, uma vez que o sujeito não é passivo no processo de inserção da homossexualidade na religião cristã, ao contrário, sua participação denota o fortalecimento da luta pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais na sociedade brasileira.

6 TORNAR-SE UMA “PEDRA VIVA”

“Miriam: Às vezes as pessoas me diziam: você tem que ser preto e branco, mas que culpa eu tinha de ser colorida? Mas Jesus me disse: eu quero você, mesmo colorida. (risos)”

(Diário de campo, Natal, abril de 2012).

Conforme pesquisa on-line, a palavra pedra deriva do grego *pétra*, ou rocha, que traduz a ideia de um elemento natural, rígido, duro, do reino mineral. Na linguagem utilizada pelo cristianismo, o termo pode ser usado para identificar diferentes sentidos. Por exemplo, quando se utiliza a expressão “pedra angular” está se referindo a Jesus Cristo como símbolo de fundamento, base ou suporte, neste caso atrelado aquilo que Ele representa para a religião cristã. No entanto, quando os cristãos aplicam “pedra de tropeço” para se referirem a alguém que está inserido no espaço da religiosidade cristã, referem-se a alguém que não pode ser tomado como modelo por outros que desejam estar nos quadros do cristianismo.

Via de regra, estar desvinculado da heterossexualidade em uma igreja cristã tradicional representa ser uma “pedra”. Esta transposição semântica é manipulada por alguns cristãos para se referirem àqueles que não estão alinhados ao conjunto de dogmas estabelecido pela religião. Para estas pedras, não resta outra alternativa a não ser vir para o centro, ou seja, adaptar-se à ideologia imposta pelo grupo, ou desbravar a apostasia, tendo que partir para o ostracismo sob pena de permanecer no mesmo espaço religioso e estar passivo de críticas ou exclusão.

Aos cristãos que desejam ardorosamente continuar vinculados a igrejas tradicionais, mas que partilham de uma orientação sexual que transgride o discurso hegemônico imposto pelas relações heterossexuais, resta-lhes omitir sua condição, optar pelo celibato para evitar a “prática do pecado”, tentar a cura por meio de práticas espirituais impostas pela igreja ou, em última instância, buscar uma nova religião que os aceitem independente de sua condição. Esta última análise representa a realidade vivenciada por muitos daqueles que se tornam membros da CCNE que, uma vez inseridos na congregação, passam a vivenciar a experiência de ser uma “pedra viva”, alguém que em outro contexto seria uma “pedra de tropeço”, mas agora se tornou um cristão ativo, livre da marginalização imposta pela sua sexualidade.

O termo “pedras vivas” foi o tema do retiro que ocorreu no período do carnaval em 2013, pela CCNE. Ao indagar sobre o título escolhido para o evento, um dos líderes me explicou que este ocorreria em um espaço que seria dividido com outras igrejas evangélicas.

Ele afirmou que “a ideia é que os irmãos deem um bom testemunho para mostrar às pessoas que, para os preconceituosos que se afirmam cristãos, podemos ser pedras, mas estamos lá para mostrar que somos verdadeiros representantes de Cristo”.

Neste processo, chama-nos a atenção o fato de que um cristão que fora obrigado a sair de sua igreja em virtude de estar vinculado ao grupo GLBTTT e que, excetuando sua sexualidade, estava enquadrado dentro dos moldes requeridos pelo cristianismo, ao aceitar novamente a religiosidade cristã na CCNE, passa a considerar-se alguém que experimentou uma nova conversão, haja vista que nos discursos proferidos pelos interlocutores, fica clara a afirmação de que não poderiam se considerar verdadeiros cristãos, mesmo convertidos em igrejas cristãs tradicionais, se não podiam viver sem o desconforto causado pelos discursos que os marginalizavam no meio em que viviam.

Entre os processos vivenciados no cristianismo, a conversão se apresenta como um momento efetivamente significativo tendo em vista que, no discurso daqueles que professam a fé cristã, representa o “novo nascimento”, a oportunidade de o indivíduo se transformar em uma “nova criatura”, “alguém que vivenciava uma vida de pecados, mas que agora encontrou a luz”. Entre os cristãos esse discurso é muito forte, isto porque o fato de alguém aceitar a religião cristã significa o cumprimento da missão proferida por Cristo o qual representa o resgate da humanidade e seu encontro com a redenção. A demonstração pública da aceitação do evangelho por meio da confissão representa um importante passo no sentido de ser aceito pelo grupo. Para a igreja, é a consolidação de sua tarefa, mas também a oportunidade de ratificar sua permanência enquanto instituição.

No contexto cristão, o momento da aceitação à mensagem proferida pela igreja representa um ritual de passagem que identifica o momento em que o indivíduo passa a se tornar membro daquela comunidade. Afirma-se que os rituais estabelecem formas de estilo e convenções voltados para organizar alguns aspectos da vida em sociedade. O ritual corresponde, neste sentido, a um conjunto de regras e regulamentos e, portanto, sempre que uma burocracia determinou sua inserção, a religião assumiu um caráter ritualístico (WEBER, 2002, p. 326). Tal formalidade torna-se importante na medida em que sua prática repetitiva cria no grupo o sentimento de segurança. Ao perceber uma familiaridade com o processo que envolve os rituais, percebe-se o que vai ocorrer, numa ação que envolve o compartilhamento de sentimentos comuns, responsáveis por manter a coesão do grupo. Neste sentido, coadunamos com Durkheim (2000, p. 240) quando afirma:

As consciências individuais (...) não podem se comunicar senão por meio de signos que traduzam seus estados interiores. Para que o comércio que se estabelece entre elas possa levar a uma comunhão, isto é, a uma fusão de todos os sentimentos particulares num sentimento comum, é preciso que os signos que as manifestam venham a se fundir, eles próprios numa única resultante. É o aparecimento dessa resultante que indica aos indivíduos que eles estão em uníssono e que os faz tomar consciência de sua unidade moral. É soltando um mesmo grito, pronunciando uma mesma palavra, executando um mesmo gesto relacionado a um mesmo objeto, que eles se põem e se sentem de acordo.

Na Comunidade Cristã Nova Esperança, o processo de se tornar um novo membro na igreja ocorre quando sempre ao final dos cultos, aquele que dirige a mensagem, ou algum dos líderes, estabelece o apelo para as pessoas ali presentes: “dirija-se à frente aqueles que desejam aceitar a Jesus como Salvador”. As luzes são parcialmente apagadas, uma música de fundo acompanha o momento, é formulado um ambiente de reflexão, tudo em vistas a convencer os de fora da necessidade de aceitarem a oportunidade de uma nova vida que ali se apresenta. Naquele momento, quando alguém levanta a mão, é graciosamente acompanhado por um irmão, normalmente um obreiro⁵⁷, que o conduz até à frente do altar. O neófito é recebido calorosamente pela congregação com uma salva de palmas (“dirigida para Cristo”), é apresentado à instituição e é feita uma oração dirigida ao fortalecimento da fé deste que é recém-chegado.

A simplicidade do processo de conversão não revela ao observador os caminhos que o novo convertido precisou trilhar para chegar até aquele momento. A euforia que toma conta dos irmãos ali presentes faz-nos olvidar de todo um contexto de vida que envolve o cristão recém-convertido, seus medos, traumas, dificuldades, ansiedades. Tudo a que assistimos, à primeira vista, é a anunciação de uma passagem “da morte para a vida”. Não obstante, tal ação tem o objetivo de viabilizar a permissão que é dada ao indivíduo de obter condições de projetar sua posição nos processos simbólicos a que corresponde o ritual. Esse processo de transição entre a vida pregressa e o novo estado em que o indivíduo passa a adotar por meio desta aceitação foi chamado por Weber (2002, p. 321-322) de “renascimento” termo que significava “a aquisição de uma nova alma por meio de um (...) ascetismo metodicamente planejado”. A isso se segue o processo de “redenção” onde os interesses material e ideal que conduzem o sujeito a ser redimido passam a governar diretamente sua conduta.

⁵⁷ Na igreja, obreiro corresponde à função de um auxiliar na hora do culto, recebe as pessoas que chegam ao templo, faz pequenos favores que viabilizam a realização da cerimônia e contribuem para a acomodação dos fiéis. Quando alguém se converte, ele anota os dados pessoais, concedendo-lhes as primeiras orientações.

A repetição constante dos rituais estabelece a organização e cria nos indivíduos a certeza da permanência perene do grupo, ao passo que define o lugar que o sujeito ocupa naquela determinada sociedade. Isto ocorre em todos os grupos sociais que estabelecem os eventos que passam a ser considerados únicos e se manifestam, em cada um deles, de modos diferentes. O que deve ser salientado no que concerne aos rituais é o fato de não precisarmos atentar somente àquilo que está explícito, mas buscar compreender a organização das formas, a maneira como se processam suas repetições e convenções. Não podemos deixar nos levar exclusivamente pelos valores racionais, bem como pelos critérios estabelecidos pelo grupo no qual estamos inseridos, tendo em vista que os modelos que usamos em nossa sociedade podem não representar o mesmo significado em contextos sociais de outros povos. Concordamos com Peirano (2003, p. 11) quando afirma:

O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas sequências têm conteúdo e arranjos caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição).

Neste sentido, o rito corresponde a uma prática desenvolvida e contextualizada em um determinado espaço e ocorrida em um tempo específico, o que difere de ações ligadas à vivência cotidiana, distanciando-se dos comportamentos sociais considerados comuns. Embora se reconheça que o processo que envolve o ritual de passagem possa ser observado de uma maneira imprecisa, ao abarcar as atividades que possam vir a se concretizar através da padronização, formalização e repetição, os ritos nos fornecem modos de reflexão e observação que salientam normas de conduta que preestabelecem como os homens precisam se comportar no que tange aos símbolos a serem defendidos pelo grupo, posto que consolidam a sensação de dependência e, ao mesmo tempo, pertença ao conjunto a que está inserido, numa relação que, ao passo que protege, também garante ao indivíduo a abstenção da desordem. Por esta razão, concordamos com Geertz (1989, p.82) quando afirma:

Num ritual, o mundo vivido e o mundo imaginado fundem-se sob a mediação de um único conjunto de formas simbólicas, tornando-se um mundo único e produzindo aquela transformação idiossincrática no sentido de realidade.

Com frequência, pude assistir a pessoas que expunham no púlpito seu “testemunho” (ato de expor publicamente como se deu o processo de sua conversão). Normalmente, o interlocutor expõe como era sua vida antes de experimentar a experiência religiosa, como

ocorreu seu encontro com a igreja, os conflitos internos que oscilavam entre permanecer na mesma realidade ou aceitar uma transformação proposta pela religião e que mudanças efetivas ocorreram após aceitar a mensagem proferida pelo cristianismo.

Neste contexto, sempre é feita a comparação entre o estado que o sujeito se encontrava antes em relação a sua condição atual, sempre enfatizando que esta última representa o melhor estilo de vida a ser por ele vivenciado. O ato de dividir com os “irmãos” tal experiência é visto pelos pregadores como um importante mecanismo de fortalecimento da fé, ao mesmo tempo em que estimula nos ouvintes não cristãos o encorajamento de aceitar a mensagem ali proferida.

Em uma das pregações executada em um domingo à noite, a irmã *Miriam* expôs a trajetória de vida que a conduziu à CCNE. Ela afirmou que já havia estado por dezessete anos em uma igreja evangélica hegemônica e neste período desbravava diversas cidades do interior junto a um pequeno grupo de missionários, pregando o evangelho; “eu estava levando muitas almas aos pés de Cristo”, afirmou. Era uma cristã devota, não escondia seu interesse em defender os princípios cristãos, participava ativamente de todas as programações e nunca havia conhecido o “mundo”, pois fora criada praticamente dentro da igreja. Todas as competências a que podiam ser exigidas a um cristão ela possuía, exceto pelo fato de uma mulher homossexual. Ao expor este tópico, não pôde esconder as lágrimas que logo denunciavam a tristeza de saber que não poderia naquele momento declarar sua sexualidade, sob pena de ser excluída da congregação da qual participava.

Ela disse que por muitos anos teve que esconder sua condição e que isto a angustiava, pois, quando pregava, via muitas pessoas se convertendo. Porém, quando voltava para casa ficava desconfortável por saber que seu desejo por pessoas do mesmo sexo a impediam de ser uma autêntica cristã. Não conseguia entender por que Deus a havia criado “colorida” se todos diziam que Ele a queria “preto e branco”.

Na possibilidade de buscar ajuda, procurou um dos missionários para relatar o segredo que a afligia. Aquele, segundo ela, foi o pior momento de sua vida, pois a reação do irmão foi automática: “Mas você não sabe que isto é pecado? Como alguém que conhece a palavra de Deus pode dizer uma coisa desta? Se você continuar com isto sabe qual é o seu destino.” O missionário propôs ajudá-la fazendo-lhe uma fervorosa oração, pedindo para que Deus a libertasse. Nos dias que se seguiram, ela orava constantemente clamando por libertação, mas o desejo por mulheres persistia.

Na impossibilidade da cura, preferiu abandonar a fé. Iniciou uma vida de “pecados”, frequentava boates, entregou-se a novas namoradas, bebia com frequência, passava final de

semana em festas que duravam à noite. Não obstante a sua nova condição, nunca esqueceu os momentos que passou na igreja, seu desejo de retornar estava sempre presente, se não fosse o fardo que a impedia de fazê-lo.

Miriam relatou que através de uma amiga ouviu falar da CCNE, mas não conseguiu acreditar que uma igreja declaradamente evangélica poderia comungar com sua orientação sexual, sabia que sua condição de homossexual estava consolidada e, por esta razão, pensava que a instituição seria mais uma que tentaria curá-la. Após ouvir a insistentes convites, resolveu assistir a um culto. Segundo ela, chegando ao recinto, foi tomada por uma euforia ao ver pessoas, cuja orientação sexual estava desvinculada daquilo que em outro contexto representava a condenação, louvando e exaltando o deus que ela nunca havia esquecido e que agora ela poderia cultuá-lo independente de sua situação atrelada à sexualidade.

Jamais esquecerei a noite em que a pastora *Débora* perguntou: quem deseja nesta noite aceitar a Jesus? Naquele dia tornei-me verdadeiramente uma cristã, pois sabia que nenhuma condenação haveria para mim. Tenho a certeza de minha salvação. Hoje sou uma verdadeira cristã e não importa o que digam a meu respeito, eu sirvo a um deus que pode transformar vidas.

(Diário de campo, abril de 2012).

Miriam dizia que o trabalho desenvolvido por aquela igreja era muito forte e repetidamente afirmava a importância dos membros da CCNE divulgar para o mundo a mensagem do evangelho, pois, como ela, muitos vivem constantemente este conflito; desejam ardorosamente estar em uma igreja cristã, mas são impedidos dada sua orientação sexual.

Durante o período em que estive em campo, pude perceber que a história de *Miriam* não se distancia daquela vivenciada pelos membros da igreja, pois tanto os discursos proferidos no púlpito quanto às informações dispensadas nas entrevistas denunciavam que uma parcela significativa de membros é representada por pessoas que vivenciaram, em outros contextos, a experiência de pertencer a outras religiões, a maioria cristã.

Em muitos casos, me foi relatado que alguns “irmãos” já haviam manifestado o desejo de pertencer a uma igreja, mas não o fizeram porque sabiam qual seria a reação caso tentassem fazê-lo. Isto ocorre uma vez que “o modo de vida determinado religiosamente é, em si, profundamente influenciado pelos fatores econômicos e políticos que operam dentro de determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais” (WEBER, 2002, p. 310). Neste sentido, impõe-se aos indivíduos a exigência de se enquadrarem ao modelo social previamente estabelecido. Tal ação é explicada pelo fato da religião se estabelecer como uma organização que se afirma a partir do discurso pautado na institucionalização de conceitos,

cujo papel está respaldado pela missão de estender aos homens a redenção e a oportunidade de estes desfrutarem de uma vida terrena de paz, vitória e prosperidade que, segundo a retórica religiosa, não seria encontrada em outro lugar, senão no seio de sua organização.

Para tanto, os que dela desejam fazer parte precisam compreender que existe a necessidade de se enquadrar dentro dos valores que são exigidos pelo grupo. Tal projeção torna-se inviável a alguém que não se declara heterossexual, tendo em vista a reprovação automática que este encontra no seio cristão tradicional ao declarar sua sexualidade. Estes representam, segundo Benedict (s./d, p. 287) “exemplos do dilema em que se encontra o homem cujos impulsos naturais não são admitidos pelas instituições da cultura a que pertence”.

Isto foi muito bem percebido quando conversei com *Pedro* sobre esta questão, quando me relatou que por diversas vezes sentia arduamente o desejo de ser uma pessoa religiosa, mas que se via impedido por ser homossexual. Ele afirmou:

Não sou daquelas pessoas que gosta do ‘mundo’⁵⁸, não bebia, nunca fumei, nunca gostei de ir *pra* festas, odeio agitação, enfim. Sempre me diziam: rapaz, você é crente? Parece um crente. Quer dizer, eu sempre quis ser da igreja, mas eu sabia que não podia. Já pensou se eu dissesse na Assembleia que era gay? (*risos*). Eu sei que muitas pessoas como eu gostaria de ser de uma igreja, mas sabem que não podem. Sou gay e sou cristão e não consigo ver nenhum problema nisso.

(Diário de campo, março de 2012).

A condição de *Pedro* representa a experiência de muitas pessoas que desejam arduamente participar de uma religião, mas se veem impedidas devido à questão da orientação sexual. Não foram raros os casos em que durante as entrevistas me foram mencionadas experiências de pessoas que já haviam passado por outras denominações antes de conhecerem a CCNE, muitas das quais participaram de cultos de libertação e, na tentativa de se libertar da homossexualidade, realizaram campanhas, votos proferidos publicamente a Deus, no intuito de alcançar a cura, todos sem resultados. Natividade (2008, p. 98) afirma, a respeito desta questão do cristianismo projetar uma ação que busque resgatar o homossexual, que “os agentes religiosos que ‘ajudam a sair da homossexualidade’ são missionários que realizam aconselhamentos, terapias e rituais, de forma a remover efeminação de certos indivíduos e, assim, torná-los heterossexuais”. Sobre a utilização da cura no intuito de promover o resgate do homossexual à heterossexualidade afirma Lima (2009, p. 37):

⁵⁸ Expressão usada pelos cristãos para designar as atividades atreladas aos prazeres que os bens materiais proporcionam ao homem. Ou ainda, para se referirem às atividades que não estão atreladas ao conjunto regido pela religião cristã.

Muitos grupos e igrejas tentam impor aos homossexuais que eles aprendam a se comportar heterossexualmente. A Associação Americana de Psicologia e o Conselho Americano de Psiquiatria alertam que esta prática não é científica, nem ética. A tentativa de reversão da orientação sexual põe em risco a saúde mental do indivíduo, podendo causar danos irreparáveis, desencadeando depressão, baixa auto-estima (sic), ansiedade, suicídio.

Esta discussão aponta para uma realidade que chama a atenção daqueles que se debruçam diante de uma pesquisa etnográfica em uma igreja inclusiva. Ouvi por diversas vezes a afirmação de que há muitas pessoas que sentem ardorosamente o desejo de professar o cristianismo como princípio de fé, não ignoram a necessidade de desfrutar uma experiência com Deus, acreditam fervorosamente nos ensinamentos professados pela religião cristã, mas não se enquadram na normatividade imposta pelos grupos que impõem a heterossexualidade como modelo norteador para a inserção do indivíduo no meio cristão. Aos que não apresentam características esperadas pelo modelo estabelecido socialmente e que não conseguem alcançar a cura esperada, passam à marginalização, à condição de desviante, sobre a qual será evidenciado pelo estigma que carrega sobre si.

Estas definições que regem o que é normal ou anormal surgem como uma necessidade de estabelecer as características viáveis à convivência em grupo, onde o contraste apresentado pelo estigma serve para determinar a normalidade, uma vez que, segundo Goffman (2004, p. 6) “ele não é em si, nem horroroso nem desonroso”, mas que se torna um sinal de anormalidade à medida que se defronta com as regras estabelecidas pelos sujeitos sociais. Neste sentido, os que não apresentam o padrão socialmente esperado estarão fadados a esconder sua identidade, tendo que se esforçar para apresentar aos demais uma postura que não lhe custará reprovação, ou declarar sua condição sob pena de viver ante a exclusão ou perseguição sofridas em consequência da intolerância empreendida pelo grupo.

A exemplo disso, aponto o caso do irmão *João Batista*, que pertence à CCNE da cidade de Fortaleza. Quando esteve em Natal a convite da pastora *Débora*, afirmou que no passado fazia parte de uma igreja evangélica em sua cidade, mas pelo fato de ser homossexual, resolveu orar para que Deus o libertasse. Como as tentativas de libertação foram fracassadas e como “não conseguia viver sem Cristo”, tomou uma decisão drástica: não deixaria de ser homossexual, uma vez que não conseguiria mudar sua história de vida, mas a partir daquele dia optaria pelo celibato. Agindo desta forma, evitaria a prática do pecado ao mesmo tempo em que não forçaria uma mudança que sabia ser impossível de realizar.

A estratégia adotada por *João Batista* era continuamente frustrada, pois sempre surgia

alguém por quem se interessava. Ele relatou que não conseguia evitar o desejo de namorar outros homens, e isto lhe proporcionava uma sensação de derrota. A constante batalha entre o que sentia e o que precisava realizar para ser um cristão o levou à apostasia⁵⁹. Abandonou a igreja e logo entregou-se à bebida e às drogas. Afirmou ter usado por anos a cocaína. Um dia foi interpelado por um irmão sobre a possibilidade de ele aceitar o cristianismo como um estilo de mudança para sua vida.

Neste momento, *João Batista* sentiu passar “um filme” em sua mente, lembrando-se de tudo o que havia passado para tornar-se um cristão e não conseguira. Começou a relatar a sua história ao missionário, crendo que a sua causa era perdida. Quando o irmão declarou que fazia parte da CCNE e explicou-lhe o modo como a igreja lida com a diversidade humana, ele viu diante de si a oportunidade de abraçar uma nova vida sem precisar se esforçar para esconder sua orientação sexual. Declarou que sua conversão representou um plano de Deus para alcançar outros homossexuais que tenham vivenciado os mesmos conflitos que ele experimentou no passado. Registra-se aqui que o mesmo indivíduo que hoje pertence a uma igreja inclusiva fora excluído em outra denominação religiosa possuindo as mesmas características que carrega no presente. Esta análise é válida para apresentar de que modo o sagrado e o profano podem ser caracterizados de acordo com a visão que determinado grupo religioso possui acerca de instrumentos que projetem tais conceitos. Esta ação demonstra que:

A única forma de distinguir entre estados “religiosos” e profanos é a referência ao caráter extraordinário dos estados religiosos. Um estado especial, alcançado por meios religiosos, pode ser buscado como um “estado sagrado”, que deve tomar posse do homem e constituir seu destino permanente. A transição de um estado sagrado transitório para outro, permanente, foi fluida (WEBER, 2002, p. 322).

Não é raro encontrar depoimentos de homossexuais que durante uma vida tiveram que se esforçar arduamente para transvestir uma conduta que não condiz com sua condição de gênero, ação justificada pela não aceitação da família, violência sofrida na escola, rejeição social, não lhe restando nada além de infringir sua vontade, apresentando-se de modo a esconder o estigma que lhe colocaria sob o patamar da exclusão. Tal atitude causa-lhe o incômodo de ficar constantemente se perguntando onde ele está errando, o que acontece com o seu corpo que não lhe permite ser igual aos outros ou que, se suas ações ocorrem de modo involuntário, por que razão as pessoas não o aceitam?

⁵⁹ A prática da apostasia, no contexto cristão, consiste em abandonar a fé. Nesta perspectiva, este pecado é cometido quando o fiel deixa a comunhão da igreja e nega sua crença ao Salvador, tornando-se, segundo o discurso proferido por aqueles que fazem parte da congregação, um “desviado”.

A apresentação de um estigma e sua reprovação imediata tira do estigmatizado suas chances de desfrutar uma vida normal. Parafraseando Goffman (2004, p. 8) a sociedade é responsável pela construção do estigma e de um conjunto de ideias para justificar sua inferioridade e construir um imaginário acerca do perigo que ela representa, numa relação onde são criados termos específicos para identificar o estigmatizado com expressões pejorativas que o denigrem em nosso discurso como fonte de metáfora sem pensar no significado real que carrega consigo, jargões que camuflam o preconceito e a discriminação.

A insistência da intolerância comunga com a ação constante entre o estabelecimento da diferenciação entre a identidade social e a pessoal, onde o indivíduo carrega um sentido subjetivo sobre sua condição e seu caráter que vem a adquirir como consequência das relações sociais as quais são estabelecidas com os outros. Neste sentido, a identidade social condiz com o conjunto de definições que estão dentro do interesse de outras pessoas e que conduz o comportamento e as ações com as quais o sujeito precisa adequar sua identidade pessoal. Esses valores, socialmente estabelecidos, se apresentam antes de o indivíduo nascer e permanecem mesmo depois de sua morte, o que não lhe permite abraçar as características pessoais sem tirar do foco a identidade social, que lhe é requerida e que condiciona a superação dos sentimentos e sensações de sua identidade.

Neste contexto, menciono a história de conversão do irmão *Isaias*, o qual relatou que durante sua vida sempre esteve interessado em vivenciar a experiência de ser um membro de uma igreja evangélica. Contudo, seu desejo fora sufocado pelo fato de ele não apresentar o perfil de sexualidade imposta pelo grupo. Na impossibilidade de fazê-lo, resolveu frequentar o candomblé. Disse-me que era um participante ativo, envolvia-se na organização, participava assiduamente das cerimônias. Declarou ter feito pacto de sangue com o diabo, mas expressou abertamente que durante todo esse período jamais adormecera a vontade de ser um cristão, vivenciava a frustração de saber que estava ali por possuir um traço que seria tachado pelo cristianismo como um estigma. Sobre o candomblé, Fry e Macrae (1985, p. 36) afirmam que:

No Norte e Nordeste do Brasil, os candomblés são vistos como “lugares de bicha”, e, de fato, grande número de pais e mães-de-santo são homossexuais, inclusive alguns dos mais famosos e bem-sucedidos. Os candomblés não têm nenhum preconceito em relação à homossexualidade e não raro que um rapaz ou um menina que tenha dificuldades em causa por causa de constantes acusações de “maricas” ou “sapatão” encontre nessas comunidades religiosas um lugar onde serão aceitos. (...) O candomblé, então, oferece a possibilidade de um jovem rapaz ou menina homossexual transformar seu estigma social em vantagem.

Pessoas que apresentam uma identidade sexual desvinculada da ordem hegemônica da sociedade da qual estão inseridas, tendem a abandonar os segmentos religiosos nos quais estiveram socializadas (evangélica ou católica) para crenças espíritas⁶⁰ (kardecismo e cultos afro-brasileiros) ou escolher pela desinstitucionalização religiosa. “Segundo os dados produzidos, essa tendência poderia estar relacionada ao “caráter excludente” das religiões cristãs e à relativa tolerância atribuída aos cultos afro-brasileiros” (NATIVIDADE, 2008, p. 87).

A história de *Isaiás* começou a mudar quando ouviu de um amigo sobre a existência da CCNE, “uma igreja que aceitava homossexuais”. Sua reação foi imediata, ao afirmar que “uma igreja assim não podia ser séria, como poderia acreditar numa igreja conduzida por duas lésbicas?”. No entanto, dada à insistência daquele que o convidou, resolveu assistir a um culto e para sua surpresa, aquela instituição representava exatamente o reduto religioso que há muito tempo havia procurado. Ao falar sobre o processo de conversão, afirmou:

O grande problema do cristianismo é que as igrejas não deixam Deus realizar seu trabalho. Pelo contrário, adiantam o trabalho do Espírito Santo e determinam quem pode e quem não pode ser cristão. Isso é no mínimo absurdo, porque se Deus não nos amasse como somos, não permitiria ser o que somos. Se ser um homossexual fosse abominação como dizem, Jesus mesmo teria condenado. O que eu vejo na Bíblia é Jesus recebendo todas as pessoas, não condenando ninguém pelo que é. No dia que aceitei Jesus, naquele domingo, para mim, foi o dia mais feliz de minha vida. Louvo a Deus por isso.

(Diário de campo, abril de 2012).

A experiência proferida pelo irmão *Isaiás* faz-nos refletir como uma pessoa pode ser estigmatizada ou não, dependendo do contexto social no qual esteja inserida. Em outras igrejas cristãs, poderia ter sido excluído, porém, ao abraçar o cristianismo por intermédio da CCNE encontrou um espaço de acolhimento que o permitiu realizar seu desejo de servir religião cristã, sem precisar esconder sua orientação sexual.

É necessário estabelecer o conceito relacional da estigmatização, isto porque, para ser estigmatizado o indivíduo precisa estar dentro de um contexto social que não adote as características por ele apresentadas. Sob este prisma, aqueles que não compartilham o modelo determinado que permeie a normatização são, neste contexto, desviantes, uma condição que,

⁶⁰ Segundo Carrara e Ramos (2005, p. 24), a diminuição do número de pessoas não heterossexuais frequentando instituições católicas ou protestantes em contraste ao crescimento desse número entre os adeptos dos cultos afro-brasileiros e do espiritismo kardecista estaria muito provavelmente ligada à condenação moral à homossexualidade que caracteriza as religiões cristãs de um modo geral. Os autores se basearam na pesquisa realizada na 9ª Parada do Orgulho GLBT, em São Paulo, em 2005.

estando o sujeito inserido num grupo que estabelece suas regras em sintonia com sua identidade pessoal, o colocaria na categoria dos normais, num processo que dialoga com a relativização, ou seja, se o indivíduo é desviante, se sua identidade apresenta um estigma, é necessário que se perceba que seu desvio está contextualizado a um determinado grupo social. Assim, torna-se necessário estabelecer em relação a quem ou a quem o sujeito possui traços desviantes.

Durante o período em que estive em campo, tive a oportunidade de conversar com alguns membros da CCNE que, na tentativa de mudar sua sexualidade, recorreram no passado a alguns rituais propostos por igrejas evangélicas que prometiam a cura para esta questão. A ideia de apontar os modelos que se desviam da heterossexualidade como doenças, suscita em muitos cristãos, a projeção de um resgate via cura espiritual.

Neste contexto, o relato de *Marta*⁶¹ foi um dos que mais me chamou a atenção. Ela relatou no púlpito que fora criada em uma família evangélica tradicional e que desde criança já participava dos cultos cantando e pregando, era uma cristã fervorosa e sempre elogiada pela sua atuação nos trabalhos desenvolvidos na igreja. No entanto, por muitos anos, precisou esconder o desejo que sentia em manter relações com pessoas do mesmo sexo, chegou a afirmar que inúmeras vezes, enquanto estava no púlpito, pregava enfaticamente que Deus criou homem e mulher para se inter-relacionarem reciprocamente e que o Senhor não tolerava a homossexualidade, numa tentativa de ratificar para si mesma a necessidade de mudança. Após um longo período de angústia, percebeu que não poderia mais manter o segredo e, ao revelar sua condição, os líderes de sua antiga igreja agiram prontamente, no intuito de apartá-la do “demônio” que a afligia. Várias sessões de orações, intercessões, leituras da palavra de Deus, aconselhamentos, “dicas” de como poderia agir para impedir que o “inimigo” (termo usado pelos cristãos para se referirem a Satanás, numa analogia àquele que tem inimizade contra Deus) a mantivesse acorrentada, ou seja, que caminhos poderiam trilhar para afastar o desejo da homossexualidade. Na pregação proferiu que em certa ocasião sugeriram-lhe procurar algum rapaz que a chamasse a atenção para tentar namorá-lo, pois poderia ser a melhor alternativa para sua cura.

Marta considerava seu caso perdido. A esperança de ser uma cristã fora esbarrada pela sua sexualidade desconforme com o modelo exigido pela igreja da qual fazia parte. No entanto, revelou-nos que tudo mudou quando assistiu pela televisão sobre o crescimento de igrejas inclusivas no Brasil e que a atuação de homossexuais, neste sentido, tinha colaborado

⁶¹ Diário de campo (setembro de 2011)

para a abertura de conquista dos direitos que há muito lhes eram negados. Na mesma semana estive à procura de uma destas igrejas e, em sua incursão, encontrou a CCNE. Hoje, toda sua família a abandonou. Para seus familiares não há como aceitar a relação entre cristianismo e homossexualidade. Para *Marta*, fazer parte desta igreja representou o encontro com sua nova família e o “início de uma nova história com Cristo”. Sobre a experiência que oscila entre a orientação sexual e subserviência aos princípios cristãos hegemônicos, afirma Lima (2009, p. 31):

O cristão, quando privado do convívio com outros, da vivência da espiritualidade na igreja e do serviço cristão, certamente se sentirá enfraquecido, pois será como uma brasa quando tirada do braseiro, fria e apagada. Os GLBT TT cristãos também sentem a necessidade de congregarem, de servirem a Cristo em uma igreja. Mas, este direito lhes foi negado pelas igrejas católica e evangélica. Por muito tempo os homossexuais tiveram que optar entre servir a Cristo ou seguir sua orientação sexual.

As experiências aqui relatadas apontam para a realidade vivenciada por muitos partícipes da CCNE, isto porque uma parcela significativa de membros é originária de outras religiões, a maioria cristã, mas que se viu obrigada a mudar de instituição em decorrência da disparidade apresentada entre ser cristão e não poder estar desvinculado da heterossexualidade. Esse processo ocorre em virtude da intolerância presenciada em outras denominações e que, na impossibilidade de mudar sua sexualidade, muitos são coagidos a curar-se de sua condição, abandonar a fé ou inserir-se em uma igreja que os aceitem mesmo estando inseridos no grupo GLBT TT. Deste modo, tornar-se uma “pedra viva” não representa, necessariamente, na linguagem cristã, “um novo nascimento”, mas a oportunidade de manter-se cristão (no caso daqueles que já frequentavam o cristianismo) sem ser obrigado a mudar sua orientação sexual.

6.1 A EXPERIÊNCIA DE SER UM CRISTÃO DA CCNE

Durante o desenvolvimento de minha pesquisa fui, por inúmeras vezes, questionado sobre qual temática me propunha trabalhar. Sempre que declarava sobre a observação participante que estava realizando em uma igreja inclusiva e apresentava que existem igrejas que aceitam as pessoas independente de sua orientação sexual, não foram poucos os casos em que me perguntavam: é possível não ser heterossexual e ao mesmo tempo ser cristão?

Nos últimos anos o Brasil tem assistido a um crescimento significativo de igrejas, notadamente evangélicas, caracterizadas pela aproximação que é estabelecida entre

homossexualidade e cristianismo⁶², que estende a oportunidade de as pessoas declararem-se cristãs, independente de sua sexualidade, numa ação que permite aos indivíduos inseridos no grupo GLBTBT assuirm sua identidade e ao mesmo tempo praticar a religião cristã sem serem perseguidos ou marginalizados, onde sua conduta passa a não ser proibida por práticas sexuais que extrapolam o modelo imposto pela heterossexualidade. Tais igrejas se intitulam inclusivas pelo fato de não excluir nenhum membro por razões ligadas à sua condição sexual.

Nestes novos espaços, a santidade de um cristão não está condicionada a uma identidade heterossexual, uma vez que são direcionadas novas interpretações que condicionam os fiéis a não serem impedidos de participar da crença ou liturgia por serem homossexuais, por exemplo. Ao contrário, percebe-se que numa igreja inclusiva há certa preocupação em enaltecer a homossexualidade no sentido de fazer com que seus membros a percebam como um ponto positivo, haja vista que o amor de Deus deve ser visto como uma ação incondicional, e que Ele não faz acepção de pessoas. Neste sentido, um importante questionamento se impõe: qual o significado de ser um cristão homossexual? Como se processa a manifestação religiosa em alguém que faz parte de uma denominação evangélica onde a homossexualidade não é vista como um pecado, mas, ao contrário, representa um modelo legítimo da sexualidade humana?

Para alguém se declarar notadamente cristão, precisa fundamentalmente aceitar publicamente o cristianismo, ter a Bíblia como única regra de fé, cultivar a Jesus Cristo e recebê-Lo como seu Salvador. Os cristãos precisam estar em comunhão com outros que partilham de sua crença. A religião cristã é basicamente a demonstração da espiritualidade que se manifesta na convivência entre outros que dividem os mesmos princípios religiosos fundamentados nas Escrituras Sagradas e sua interpretação.

Quando propus trabalhar com uma igreja inclusiva, não foram raras as ocasiões em que fui interpelado com questionamentos carregados de preconceitos os quais atestavam para a crítica automática sobre aqueles que são declaradamente cristãos homossexuais. A visão que as pessoas me apontavam, sempre acenava para a imagem de um grupo cristão devasso, atrelado a uma sexualidade latente, em uma busca constante por atividades sexuais, o que denotava a imagem preconceituosa que se tem a respeito de uma igreja inclusiva por pessoas que nunca a frequentaram. Contudo, o que se observa na CCNE é a adoção de um discurso carregado de seriedade, sobretudo, quando se trata de assuntos referentes às práticas sexuais.

⁶² Fátima Weiss afirma que, em 2004, segundo um levantamento feito pela internet, foram encontradas quatro igrejas denominadas “inclusivas” ou “para gays”. Em 2007, a autora havia localizado oito instituições. Em 2012, “mais de vinte denominações foram localizadas no Brasil” (JESUS, 2012, p. 73).

Ademais, é notória a exigência por parte da liderança no que tange aos trabalhos realizados pela igreja para que estes sejam feitos com zelo e responsabilidade.

A observação participante realizada na CCNE fez-me perceber a projeção de um modo particular de inserir a sexualidade desvinculada do modelo heterossexual à prática da vida cristã. Ocorre, neste sentido, uma tentativa de naturalizar a homossexualidade como uma forma legítima de orientação sexual. Obviamente, por se tratar de uma igreja, há uma preocupação em estabelecer parâmetros a serem seguidos por GLBT'TT's que denotem uma identidade alinhada com os domínios de uma vida atrelada às práticas ligadas ao cristianismo, a exemplo da moral proposta pela Bíblia, segundo a ótica a ser projetada pelos cristãos, diferentemente dos discursos proferidos por pessoas que não conhecem a organização de uma igreja inclusiva e sempre a apontam como um espaço a ser frequentado por pessoas que não conhecem a palavra de Deus, ou que estão somente preocupadas em trazer práticas lascivas para o meio cristão.

Conforme afirma Daibert (2010, p. 72), as igrejas inclusivas aproximam efetivamente a sexualidade a um “dom sagrado”, uma vez que no contexto cristão “os corpos não estão separados da experiência com Deus”. Na tentativa de justificar a inserção da homossexualidade às práticas religiosas, há um desvio no tange à questão do pecado atrelado à sexualidade. Se em outros contextos cristãos a prática homossexual é vista como pecado, na CCNE a prática pecaminosa estaria ligada a relações poligâmicas, à fornicação ou ao adultério. Por esta razão, é forte a ênfase em considerar o relacionamento como assunto sério, onde a monogamia, acompanhada da fidelidade, passa a representar o modelo a ser seguido por todos. Há um esforço no sentido de manter uma clara distinção entre estar com Deus e restringir a prática sexual ao espaço delimitado pelo casamento, afastar-se da vontade do Senhor e entregar-se ao sexo sem compromisso.

Neste contexto, é forte o discurso da manutenção da busca por companheiros dentro do espaço religioso e aconselha-se a não buscar namorados ou namoradas fora do reduto cristão. Para aqueles que já possuem uma relação estável, é aconselhada a prática de se manter fiel ao companheiro, que busquem orientações espirituais e que sejam vigilantes para adotar uma vida condicionada pelo diferencial de ser um casal guiado por Cristo. Tal ação sinaliza para a prática de um relacionamento em consonância com os princípios que englobam a prática de estar com alguém numa relação estável, a manutenção da fidelidade com o companheiro ou companheira e o esforço mútuo para garantir a presença perene de uma espiritualidade que não os faça esquecer de seus papéis enquanto cristãos.

Àqueles que ainda não passaram pela experiência de uma união estável, a orientação é

a de que “esperem no Senhor, não antecipem o que Deus está lhes preparando”, numa tentativa de evitar que os irmãos busquem relacionamentos em lugares que não representem a presença de Deus, sob pena de conseguir companheiros não cristãos que os induzam a afastar-se da obra do Senhor. O conselho não fica restrito à questão da sexualidade. Por diversas vezes pude presenciar membros que enfaticamente denunciavam a preocupação em proferir discursos que chamavam a atenção para que os fiéis evitassem amizade com aqueles que poderiam tirar-lhes do caminho do Senhor.

Nos discursos proferidos pelos membros e pela liderança da igreja, há uma nítida preocupação em supervalorizar a separação entre aquilo que pertence ao reino de Deus e aquilo que está atrelado ao mundo. A batalha espiritual ganha espaço na medida em que se busca ratificar a seriedade com que a CCNE tem tratado os assuntos concernentes à prática sexual. Isto se deve à tentativa de responder positivamente ao estigma que incide sobre homossexuais que se propõem converter-se ao cristianismo, na busca de mudar a visão preconceituosa que é dirigida às igrejas inclusivas, bem como confirmar a influência que seus participantes recebem da religião, onde a identidade pentecostal é salientada, quando prevalece no grupo a busca de seguir os padrões de vida atrelados à religiosidade e santidade.

A prática de tornar-se cristão, independente de sua orientação sexual, requer a construção de uma identidade que é acompanhada de múltiplos discursos e a presença constante de embates, que buscam a formação de um conjunto o qual deixe nítida a linha tênue que diferencia o que é legítimo ou ilegítimo. A respeito disso *Pedro* afirmou:

O fato da homossexualidade representar uma transgressão em outras realidades vividas pelo cristianismo, não quer dizer que nós cristãos de uma igreja inclusiva estamos livres para praticar tudo o que tem no ‘mundo’. As pessoas lá fora pensam que somos cristãos entregues ao pecado, mas nós sabemos bem diferenciar o que é de Deus e o que não é.

(Diário de campo, março de 2012).

Quando conversei com *Pedro* sobre sua experiência de ser um cristão homossexual, ele me afirmou que houve um caso em que foi questionado por uma senhora de outra igreja evangélica sobre o que ele achava de sua condição diante de Deus. Ele a respondeu que era fiel ao seu esposo, seguia a palavra de Deus e que, dada a sua fidelidade e a certeza de que Deus o havia escolhido para ser seu companheiro, não conseguia ver diferença entre sua condição e aquela vivenciada por qualquer cristão inserido em outra denominação.

No que tange à relação entre os membros da CCNE e de outras igrejas cristãs, percebe-se que há uma preocupação em mostrar a legitimidade de uma igreja inclusiva. Neste

processo, o testemunho, ou seja, a conduta que o cristão precisa ter em seu cotidiano, deve estar voltada para apresentar uma santidade requerida pelo modelo imposto pelo cristianismo. A leitura da Bíblia, o uso de trajés que não passe uma imagem escandalosa, mas que, ao contrário, estabeleça uma discrição de um comportamento cristão, o uso de um linguajar que aponte para uma comunhão entre o fiel e Deus, são imprescindíveis para a ratificação das práticas vinculadas, segundo a igreja, à fé cristã. Neste sentido, a adoção de uma linguagem atrelada ao sexo, a assuntos seculares os quais extrapolam os limites da realidade vivenciada por um cristão ou comportamentos contrários aos princípios estabelecidos pela igreja colocaria o indivíduo sob um patamar que não condiz com as ações de um cristão. O que se percebe, na verdade, é que a igreja se apresenta como um espaço que projeta a formação de uma nova família para aqueles que dela fazem parte, funcionando também como um *locus* de controle das relações afetivas, sexuais e amorosas.

Além disso, o que ocorre nestas instituições é a projeção de laços familiares que, em muitos casos, servem para substituir a própria família do homossexual, isto porque para muitos que declaram sua orientação sexual lhe é imputado o preconceito, uma vez que no seio familiar nem sempre ocorre uma aceitação, há lares onde a rejeição é a atitude de primazia à saída do armário. Em alguns casos, o indivíduo é expulso de casa, rejeitado por seus parentes e obrigado a buscar (em outros ambientes) um espaço de acolhimento. É neste contexto que se destaca o papel da igreja inclusiva que, ao receber o sujeito social vítima da exclusão, e ao permitir-lhe a convivência com outros que dividem sua mesma condição atrelada à sexualidade, passa a significar uma nova família a qual lhe oferece uma aceitação que não fora vivenciada em seu ambiente familiar de origem. Sobre a relação família e homossexualidade, Sousa Filho (2001, p. 04) afirma que:

Em geral, os pais temem que seus filhos sejam “gays” e suas filhas sejam “lésbicas”, e assim, desde cedo, os pais e demais membros adultos da família, consciente e/ou inconscientemente, adotam estratégias que visam reforçar o padrão sexual instituído e legitimado, a heterossexualidade, espécie de cuidado para evitar a “queda no homossexualismo”: estratégias que vão desde as brincadeiras sobre “namorado(a)s” com crianças com menos de cinco anos a cobranças de “casamentos” para jovens em idade inferior a vinte e cinco anos. Ainda, nas famílias, os adultos são vigilantes quanto a “sinais” que indiquem “homossexualismo” nas crianças. Vigilância que tem tornado crianças e jovens objetos de todo tipo de controle dos adultos, casos até mesmo em que são encaminhados para psicólogos, psiquiatras, etc., com a “esperança” de evitar um “problema” (uma “mancha”, uma “vergonha”) na família.

Por essa razão, muitos homossexuais passam anos tentando esconder de seus familiares sua orientação sexual, sob pena de sofrerem discriminação. Em muitos casos, quando a condição é imposta, ocorre uma gama de atitudes carregadas de violência que vão desde agressões físicas, onde na maioria dos casos visam a uma ação que implique em corrigir o que eles consideram defeito ou problema, até a expulsão de casa, quando se percebe que a situação é irreversível, ou seja, quando estão convencidos de que não há uma solução para corrigir a homossexualidade daquele membro da família. É neste contexto que muitos veem na igreja inclusiva a projeção de um espaço em que, além de encontrar o conforto espiritual proporcionado pela religião, podem participar de relações sociais isentas de atitudes carregadas de preconceitos relacionados à sexualidade.

Este tópico torna-se importante na medida em que se percebe que a igreja, longe de ser uma instituição exclusivamente voltada para as questões espirituais, abarca um grupo de participantes heterogêneo que a ela se vincula muitas vezes com interesses efetivamente distintos, os quais vão desde a busca por um lugar em que possam comungar sua fé em uma religião cristã, encontrar refúgio frente às perseguições sofridas no próprio ambiente familiar, até ver na congregação um ambiente propício para encontrar alguém com quem possa estabelecer uma relação homoafetiva.

Durante o processo de realização das entrevistas, tive a oportunidade de conhecer *Matheus*, um jovem que frequenta a CCNE há três anos. Segundo ele, sentia uma dificuldade enorme em manter uma comunhão com Deus, considerava um fiel de pouca fé. Ao proferir tal relato, passei a questioná-lo sobre como ele justificava o fato de estar numa igreja evangélica e ao mesmo tempo não acreditar naquilo que era pregado. Ele afirmou:

Embora eu reconheça que não tenho fé suficiente para me declarar um cristão, estou feliz na igreja. A verdade é que como homossexual sempre tive uma dificuldade enorme de conseguir alguém com que eu pudesse ter um relacionamento sério. Estou solteiro hoje, mas acredito que a possibilidade de arranjar uma boa pessoa na igreja é bem maior do que estando no “mundo”.

(Diário de campo, junho de 2012).

Ademais, *Matheus* afirmou que, por ter sido várias vezes vítima de atitudes preconceituosas em outros espaços, inclusive em sua própria casa, precisava frequentar um ambiente que se sentisse acolhido, por essa razão, resolveu frequentar a CCNE, pois sabia que ali poderia expor sua sexualidade sem estar condicionado a esconder sua identidade ou ser vítima de ações homofóbicas a exemplo do ocorrera em outros ambientes por ele frequentados.

Em muitos relatos estão presentes os conflitos enfrentados entre os fiéis que precisam muitas vezes enfrentar cristãos cujos discursos estão voltados a combater a inclusão da homossexualidade no cristianismo. Dois deles chamaram-me a atenção. Conforme um dos líderes, houve um caso em que foi convidado para pregar numa determinada denominação. O pastor que o convidou sabia que o irmão era evangélico, mas desconhecia sua orientação sexual. Ao dirigir a pregação, relatou que foi usado por Deus naquela noite, almas se converteram, não podia entender como o Senhor o havia usado para dirigir tal obra. “Havia sido uma bênção.” Não obstante ao que ocorrera no culto, o próximo convite para repetir a experiência fora feito pelo mesmo pastor; porém, desta vez teve o cuidado de lhe perguntar a qual igreja o irmão pertencia. O anúncio de que fazia parte da CCNE, uma igreja inclusiva, deu início a uma longa discussão. O pastor havia se sentido lesado por ter conduzido um homossexual a pregar em sua igreja, dizia que o engano poderia ser passivo de um processo na justiça, que aquilo era falsidade ideológica. Enfim, o irmão precisou dispensar horas conversando com aquele líder no intuito de tentar, sem sucesso, convencê-lo de que era um verdadeiro cristão, independente de sua orientação sexual.

Em outro episódio, *Pedro* me relatou que um amigo de sua mãe, um homem muito católico, o questionou sobre sua vida religiosa, queria saber se ele pertencia a alguma igreja, pois nunca o via indo a festas, ouvindo “músicas do mundo”, tinha a certeza de que somente alguém religioso poderia apresentar tal comportamento. Ao anunciar que fazia parte de uma igreja inclusiva, o rapaz indagou-lhe acerca do que isso significava. Enquanto explicava-lhe, foi bombardeado por frases que, segundo ele, soavam como agressivas. Precisou encerrar a conversa, pois achava que o modo como estava sendo conduzida a discussão poderia terminar em agressões desnecessárias.

Em outros casos, alguns entrevistados me relataram de sua relação amigável com membros de outras denominações. Eles pregaram e/ou cantaram em igrejas tradicionais a convite de líderes que conheciam sua condição e participaram de eventos promovidos por outros grupos evangélicos; no entanto, em todas as ocasiões, precisaram omitir sua orientação sexual. Uma das líderes, enquanto pregava, afirmou que houve uma vez em que passou por um profundo constrangimento quando dividiu o púlpito com líderes de outras denominações em um evento evangélico e um dos pregadores, ao ser anunciado para dirigir a fala, pediu permissão aos irmãos para orar para que Deus não permitisse a aprovação da lei que permite a união estável de casais homoafetivos. Este discurso denuncia a ação de muitas igrejas cristãs em nosso país, as quais têm representado um significativo obstáculo no sentido de combater a elaboração de leis que efetivem o reconhecimento do matrimônio entre pessoas do mesmo

sexo.⁶³

Convém lembrar que a defesa intransigente de combate à homossexualidade no cristianismo não representa uma opinião homogênea por parte daqueles que estão inseridos na religiosidade cristã. Há de se reconhecer que mesmo em igrejas convencionais é possível encontrar pessoas tolerantes, cujos princípios não lhes impedem de exercer o respeito à prática religiosa daqueles que pertencem ao grupo GLBT. A exemplo disso, menciono o caso relatado por uma das pastoras da CCNE, em Natal, a qual afirmou que houve uma ocasião em que estava sozinha no templo fazendo os últimos ajustes para o culto que ocorreria horas depois. Enquanto estava concentrada nos trabalhos, foi surpreendida por uma senhora que adentrou à igreja anunciando que era evangélica e que, ao passar por ali, recebeu uma revelação na qual Deus a pediu para lembrar a pastora que “ela não poderia parar a obra que o Senhor a confiou” e que não se importasse com o que as pessoas pensariam a respeito de seu trabalho, pois aquilo “era obra de Deus”.

Esses relatos permitem-nos perceber que o tipo de relação estabelecido entre um cristão homossexual e um membro de uma igreja cristã convencional depende, em muitos contextos, do grau de percepção que este último tem a respeito da homossexualidade.

⁶³ Natividade (2008, 28-71) faz uma importante discussão em torno dos conflitos desencadeados pelo antagonismo entre a construção de leis que atendam aos direitos dos homossexuais no Brasil e a visão convencional cristã que, objetivando manter seus princípios, tem trabalhado no sentido de inibir sua elaboração.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como negar que o universo cristão, notadamente, o protestante, apresenta-se hoje como uma manifestação heterogênea, que permite ao pesquisador alimentar o desejo de adentrar a um mundo cada vez mais construído por modelos os quais extrapolam a religiosidade a que estávamos acostumados a vivenciar em nosso país. Por esta razão, projetei este trabalho elencando a análise sobre duas dimensões: a compreensão da CCNE enquanto instituição e a percepção de como se caracteriza a trajetória de pessoas que estão nela inseridas.

As igrejas inclusivas em nosso país refletem as mudanças sociais que vem gradativamente ocorrendo, onde grupos minoritários, à medida que ganham espaço em nossa sociedade, passam a reivindicar uma maior visibilidade enquanto categoria, concorrendo para uma transformação que permite o surgimento de instituições voltadas para o acolhimento daqueles que vivenciavam a marginalização em contraposição àquelas já instituídas que têm suscitado esforços na tentativa de manter aceso o padrão religioso dominante.

A experiência de tornar-se uma “pedra viva” anuncia a oportunidade de desfrutar uma vida religiosa em um ambiente cristão que não remete ao pecado a orientação sexual, numa ação que sinaliza para a quebra de paradigmas instituídos pelas igrejas cristãs hegemônicas que, na tentativa de manter o modelo normativo que compreende a sincronia entre gênero e sexualidade, acabam conduzindo muitos à marginalidade por não possuírem características que os alinhem à heterossexualidade. Desta forma, a CCNE se apresenta como uma alternativa para estes que estão buscando a prática da religiosidade, sem se dispor a uma tentativa de “cura” ou à exposição de comportamentos ou atitudes que denotem um perfil diferente daquilo que eles realmente são.

Sendo assim, analisei as formas como cristãos cuja sexualidade está desvinculada dos padrões hegemônicos instituídos pelo biopoder (conforme aponta Foucault) manifestam sua fé, que desafios são enfrentados, suas relações entre os iguais de sua igreja e/ou outros que desfrutam de outras profissões de crença. A relevância em discutir a singularidade destes processos quando observados a partir de uma pesquisa etnográfica pauta-se na apreensão à subjetividade de sujeitos que estão inseridos na vertente protestante dentro de uma estreita relação entre cristianismo e homossexualidade.

A instituição de um padrão sexual está sempre pautada no argumento de que os papéis atribuídos aos gêneros sexuais são potencialidades propriamente inatas a homens e mulheres, quando na verdade trata-se de uma construção específica de um grupo que as possui e as

disseminam, sempre buscando justificar que tais modelos estabelecidos correspondem a uma conexão que deve ser aceita como um sistema natural, nunca percebido como um conjunto de valores culturalmente impostos. Sendo assim, tal construção é denunciada quando presencia-se o surgimento de novas instituições que, uma vez não enquadradas nestes modelos socialmente impostos, passam a reclamar um maior espaço de reconhecimento e aceitação.

A busca pelo reconhecimento e a emergência de discursos que engendram as discussões entre o cristianismo e a homossexualidade devem ser compreendidas sob a ótica de processos sócio-históricos específicos. Em nosso país, houve significativas mudanças nos últimos vinte anos, onde a organização homossexual passou a exigir espaço dentro dos direitos civis, a exemplo da luta pela despatologização e contra as violências físicas ou psicológicas sofridas.

É neste cenário que homossexuais passam a reclamar também o direito ao espaço religioso. Neste contexto, o protestantismo despontou como o segmento cristão aberto às mudanças sociais, dada sua abertura às rupturas, basta observar o crescimento de igrejas evangélicas que possuem diversas denominações voltadas para o atendimento ao público das mais variadas características em nosso país. Tal ação tem gradativamente acentuado o crescimento de novos segmentos sociais no seio cristão, o que tem contribuído para a desconstrução do discurso da naturalização da homossexualidade como doença, ou ainda, tem rompido com a justificativa de que a heterossexualidade estaria enquadrada nos padrões naturais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, parti da concepção de etnografia que englobou a pesquisa de campo, o levantamento de dados bibliográficos e documentais, participação aos cultos e eventos proporcionados pela CCNE e a realização de entrevistas, ora sistemáticas (com questões previamente elaboradas), ora assistemáticas (conversas construídas com base na informalidade). O modo como esta dissertação se delineou é fruto das condições da pesquisa realizada em campo, do acesso que tive a determinados informantes e a alguns segmentos que foram essencialmente importantes para o levantamento de informações necessárias ao desenvolvimento desta pesquisa.

Quanto ao que escrevi sobre a CCNE, julgo como resultado dos momentos que passei entre aqueles que dela fazem parte, durante os meses em que estive em campo, na igreja ou nos espaços fora dela, ou ainda, das leituras que realizei, livros ora defendendo, ora criticando igrejas inclusivas. Por não declarar-me um membro da congregação, mas ao mesmo tempo por ter compartilhado momentos significativos em minha observação participante, quero

lembrar que, como autor, se em algum momento, ao fazer uso da pena, pendi para defendê-los ou para reprovar alguma ação que, por alguma razão, inconsciente ou não, julguei desconcertante, independente do lado que assumi nas disputas entre “cristão gay vai para o inferno” ou “Deus nos ama independente de quem somos”, garanto-lhes que minha intenção esteve voltada para apresentar ao leitor a CCNE como fruto das transformações sociais a que tem passado nosso país, demonstrar de que forma categorias sociais se articulam para alcançar espaços que antes lhes eram negados, bem como enfatizar o modo como a plasticidade religiosa, notadamente ao que se assiste no meio cristão, permite repensar velhos dogmas e se adaptar a novas realidades. Desta forma, apresentei-lhes o resultado de minha experiência etnográfica, na certeza de que sua relevância consiste na apresentação de mudanças que, embora sejam olvidadas por muitos que não aceitam conviver com a diversidade humana, representam uma realidade sobre a qual ninguém pode negar.

REFERÊNCIAS

- A FÉ e o arco-íris. Direção de Kiko Goifman. Brasil: SESC, 2010. 1 DVD.
- APPADURAI, Arjun. “**Putting Hierarchy in Its Place**”. *Cultural Anthropology*, 3:1, Place and Voice in Anthropological Theory, 1988.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, [s/d].
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGER, P. L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus. 1985.
- BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: Vida Nova; Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas nº 1/1992 e 35/2001 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6 de 1994. Brasília/DF: Subsecretaria de edições técnicas, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto de 04 de julho de 2010**. Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Publicado no DOU de 07 de jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em 04 jan. 2012.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história – novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURROW, John. W. In: **Evolution and Society, a study in Victorian social theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- CALDEIRA, Angela Cristina Germiné Pinto; FURTADO, Maria Cristina S. **Cristianismo e Diversidade Sexual: conflitos e mudanças**. *Fazendo Gênero* 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>>. Acesso em: 13 out. 2012.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004.** Rio de Janeiro: Clam, 2005.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DAIBERT, Vânia. **Em tempos de inclusão...** uma análise teológica sobre a homossexualidade no contexto cristão brasileiro. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Roberto. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DISPONÍVEL EM: <<http://artigosimportantesdalublogspot.com.br>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

DISPONÍVEL EM: <<http://ccnefortaleza.wordpress.com>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

DISPONÍVEL EM: <<http://fantastico.globo.com>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

DISPONÍVEL EM: <<http://www.youtube.com/watch?v=k2kPzYggyZU&feature=relmfu>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

DURKHEIM, Emile. **As Formas Elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

DUMONT, Louis. **O Individualismo.** Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

FERREIRA, A.B.H. **Minidicionário Aurélio.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FOR the Bible tells me so. Direção de Daniel G. Karlslake. EUA: Vision Quest/Atticus Group, 2007. 1 DVD.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Relógio D'água Editores, Lisboa, 1997.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1997.

_____. **Sexualidade e solidão.** In: M. B. da Motta. (Org.). **Ética, sexualidade, política.** Tradução de F. Durand-Bogaert. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975).** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRY, P.; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1985. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/m2Q5YYbv/Coleo_Primeiros_Passos_-_Peter.html>. Acesso em: 29 ago. 2012.

GAARDER, Jostein. HELLERN, Victor. NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

GÓIS, João Bôsko Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol.11, n.1, Florianópolis, Jan./Jun., 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HELMINIAK, Daniel A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. Tradução de Eduardo T. Nunes. São Paulo: Summus, 1998.

JESUS, Fátima Weiss. **UNINDO A CRUZ E O ARCO-ÍRIS: vivência religiosa, homossexualidades e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo**. Tese de doutorado, UFSC. Florianópolis, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Disponível em: <www.leticialanz.org>. Acesso em: 10 jan. 2012.

LIMA, Bruno. **Cristianismo e Homossexualidade: uma introdução à teologia inclusiva**. Curitiba: Prottexto, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Tradução de Anton P. Cart. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

_____. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MODESTO, Daniela. **Homossexualidade e a Bíblia**. Apostila CCNE Nordeste. Natal, 2011.

MUSSKOPF, André Sidnei. **A Teologia que sai do armário: um depoimento teológico**. Artigo, Revista Impulso, 2003.

_____. **Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil**. Tese de doutorado, EST/PPG. São Leopoldo, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo. **Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre os evangélicos no Brasil**. Tese de doutorado, PPGSA/IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; GOMES, Edlaine. Para além da Família e da Religião: Segredo e exercício da sexualidade entre evangélicos. **Religião e Sociedade**, v. 26, n. 2. Rio de Janeiro: ISER, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. “Religião e intolerância à homossexualidade: Tendências contemporâneas no Brasil”. In: GONÇALVES, Vagner (org.). **Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: SP, Edusp, 2007.

_____. **God “Transforms” or God “Accepts”?** Dilemmas of the Construction of Identity Among LGBT Evangelicals. In: Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology. Brasília: ABA, v. 7, n. 1. p. 132-156, jan./jun. 2010. Disponível em: < <http://www.vibrant.org.br>>. Acesso em: 18 out. 2012.

OKITA, Hiro. **Homossexualismo: da opressão à libertação**. São Paulo: Proposta Editorial, 1981.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos**. In: Revista de Antropologia da USP. São Paulo: FFLCH/USP. Volume 53, n. 2. p. 451-474, jul./dez. 2010.

ORAÇÕES para Bobby. Direção de Russel Mulcahy. EUA: Lifetime, 2009. 1 DVD.

ORTNER, Sherry. “Uma Atualização da Teoria da Prática” e “Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência”. Grossi, Miriam Pillar *et alii* (Orgs.). **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PIRAJÁ, Tess Chamusca. **Das calçadas à tela da tv: representações de travestis em séries da rede globo**. Dissertação de Mestrado. UFBA. Salvador, 2011.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Cad. Pagu [online]. 2007, n.28, pp. 19-54.

SILVA, Vagner Gonçalves. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SIMON, Rita J.; BROOKS, Alison. **Gay and Lesbian Communities: the world over**. New York: Lexington Books, 2009. Disponível em: < <file:///F:/e-books.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

SINHORETTO, Jacqueline. Campo estatal de administração de conflitos: reflexões sobre a prática de pesquisa para a construção de um objeto. In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lúcia; PIRES, Lênin (Orgs.). **Burocracia, direitos e conflitos. Pesquisas comparadas em antropologia do direito**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SOUSA FILHO, A. **Educação sem preconceito**: a família e a homossexualidade. Boca da Noite, Natal/RN, v. 3, p. 4 – 4, 30 dez. 2001.

Stonewall 40 + o que no Brasil? / Leandro Colling, organizador. - Salvador : EDUFBA, 2011. 282 p. - (Coleção CULT; n. 9).

TAMBIAH, Stanley J. **Magic, Science, Religion and the Scope of Racionality**. Cambridge University Press, 1990.

TISCORNIA, Sofia. Antropologia política e jurídica: problemas de investigação e intervenção em perspectiva comparada. In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lúcia; PIRES, Lênin (Orgs.). **Burocracia, direitos e conflitos. Pesquisas comparadas em antropologia do direito**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

TRANSFERRETTI, José Antônio; LEE, Bernardino. **Homossexuais e ética cristã**. Campinas: Átomo, 2002.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas. Ação simbólica na sociedade humana**. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2008 [1974].

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

WEBER, Max. A Psicologia Social das Religiões Mundiais. In: **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 2002.